

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO**

VALÉRIA VÂNIA COSTA DA SILVA

**GESTÃO, TRANSPARÊNCIA E *ACCOUNTABILITY*
NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL
EM TEMPOS DE COVID-19**

Brasília/DF
Dezembro de 2020

VALÉRIA VÂNIA COSTA DA SILVA

**GESTÃO, TRANSPARÊNCIA E *ACCOUNTABILITY*
NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL
EM TEMPOS DE COVID-19**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Direito.

Orientador: Prof. Me. Welliton Caixeta Maciel

Silva, Valéria Vânia Costa da.

Gestão, Transparência e *Accountability* no Sistema Penitenciário do Distrito Federal em Tempos de Covid-19/Valéria Vânia Costa da Silva; orientador Welliton Caixeta Maciel. - Brasília, 2020.

133 p.

Monografia (Graduação em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

1. Covid-19. 2. Gestão; *Accountability*; Transparência. 3. Sistema Penitenciário. 4. Distrito Federal. 5. Netnografia. I. Caixeta Maciel, Welliton. II. Gestão, Transparência e *Accountability* no Sistema Penitenciário do Distrito Federal em Tempos de Covid-19.

VALÉRIA VÂNIA COSTA DA SILVA

**GESTÃO, TRANSPARÊNCIA E *ACCOUNTABILITY*
NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL
EM TEMPOS DE COVID-19**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Direito.

Orientador: Prof. Me. Welliton Caixeta Maciel

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Welliton Caixeta Maciel – Orientador
FD/UnB

Prof^ª. Dr^ª Camila Cardoso de Mello Prando – Examinadora
FD/UnB

Prof^ª. Dr^ª. Kátia Sento Sé Mello – Examinadora
ESS/UFRJ e InEAC/UFF

Prof^ª Dr^ª Carolina Barreto Lemos – Suplente
PPGAS/UnB e Frente Estadual pelo Desencarceramento de MG

Brasília, 15 de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Welliton Caixeta Maciel, por todos os meses de orientação, disponibilidade e diálogo. Por respeitar a minha forma de escrita e pela relação horizontal que construímos, sempre me lembrando de que, por mais que eu tivesse que entregar uma monografia no fim, não era momento para “autocobranças punitivistas”. Por aceitar orientar sobre um tema delicado. Esse trabalho não seria possível sem a orientação dele. Além disso, volto a frisar, se o mundo acadêmico tivesse um pouco da empatia do Welliton, com certeza, seria mais encorajador fazer parte desse campo.

Agradeço às examinadoras e a suplente, professora Carolina Barreto, por terem aceitado o convite e terem reservado um tempo para leitura e participação da minha banca. A professora Camila Prando pelos comentários pertinentes e pelas recomendações de leituras que agregaram muito ao meu trabalho. A professora Kátia Mello pelo nosso primeiro encontro, que foi proporcionado por essa realidade virtual que estamos vivendo em 2020 e pela leitura gentil que fez do meu trabalho.

RESUMO

Objetivo, neste trabalho, apresentar um panorama de como foi conduzida a gestão dos presídios do Distrito Federal, durante os primeiros meses da pandemia de Covid-19, considerando a transparência (ou não) na produção e publicidade das informações e a questão da *accountability*. Neste sentido, busco analisar as medidas tomadas pelas diversas instituições públicas envolvidas na questão prisional local, sobretudo a atuação da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (VEP/TJDFT), diante desta situação de emergência sanitária. Para tanto, adotando a abordagem qualitativa de pesquisa empírica em Direito, realizei intenso trabalho de campo consistente em: 1) pesquisa exploratória em fontes primárias, tais como: documentos oficiais, legislação, boletins informativos e epidemiológicos, bases de dados e painéis eletrônicos sobre a situação da pandemia nos presídios, notas técnicas e decisões judiciais e outras fontes oficiais, principalmente sites do/a: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Governo do Distrito Federal (SEAPE/GDF), Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DEPEN/MJSP), Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT); 2) *netnografia* de reuniões virtuais/remotas, *live* e *podcast* sobre o tema, com destaque para o encontro promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) intitulado “Reunião sobre o Covid-19 no sistema carcerário do Distrito Federal”, a *live* realizada pela Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), com o nome de “Os desafios do sistema penitenciário no cenário da pandemia do covid-19”, e o episódio “Covid-19 no sistema prisional. Um bate-papo sobre como o encarceramento em massa contribui para a disseminação do vírus”, do *podcast* “Papo de Quebrada”; e 3) pesquisa informacional sobre o tema nos noticiários locais, tais como: G1, Correio Braziliense, Portal Metrôpoles e Jornal de Brasília. Busquei, assim, responder às seguintes questões: 1) qual a natureza e a qualidade das informações prestadas para a tomada de decisão acerca da pandemia de Covid-19 nas unidades prisionais do DF?; 2) O Direito, por si só, consegue resolver o problema de saúde pública dos presídios do DF?; 3) A Recomendação nº 62 do CNJ foi seguida no DF?. Nesse sentido, o material analisado revelou existir forte resistência entre os operadores do Direito e gestores públicos quanto ao atendimento às demandas dos presos e de seus familiares, bem como a persistência de um discurso punitivista que se utiliza do argumento da manutenção da prisão por conta da pandemia como evidência de uma política criminal e de segurança pública, e não em gestão penitenciária, quando, na verdade, medidas de desencarceramento em meio à pandemia deveriam ser vistas também como política de saúde pública. Aliás, observou-se a persistência entre as instituições envolvidas de um discurso de pseudo normalidade da situação, uma espécie de acordo ou alinhamento interinstitucional no sentido de que “está tudo sob controle” nos presídios do DF, quando, na realidade, até às 17h, do dia 31 de outubro de 2020, havia 1.868 contaminados pela Covid-19 e 4 mortes em decorrência da doença nos presídios. Por fim, analisou-se a responsabilidade do Estado pela tutela de todas as pessoas privadas de liberdade com diagnóstico positivo e pelas vítimas fatais da referida doença no sistema penitenciário do DF.

Palavras-chave: Covid-19; Gestão, Transparência e *Accountability*; Sistema Penitenciário; Distrito Federal; Netnografia.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present an overview of how the management of prisons in the Federal District was conducted during the first months of the Covid-19 pandemic, considering transparency (or not) in the production and advertising of information and the issue of accountability. In this sense, I seek to analyze the measures taken by the various public institutions involved in the local prison issue, especially the performance of the Criminal Executions Court of the Court of Justice of the Federal District and Territories (VEP/TJDFT), in the face of this health emergency situation. To this end, adopting the qualitative approach to empirical research in law, I carried out intense fieldwork consisting of: 1) exploratory research in primary sources, such as: official documents, legislation, information and epidemiological bulletins, databases and electronic panels on the pandemic situation in prisons, technical notes and court decisions and other official sources, mainly websites of: National Council of Justice (CNJ), State Secretariat of Penitentiary Administration of the Government of the Federal District (SEAPE / GDF), National Penitentiary Department the Ministry of Justice and Public Security (DEPEN / MJSP), Court of Justice of the Federal District and Territories (TJDFT), Public Ministry of the Federal District and Territories (MPDFT); 2) netnography of virtual/remote meetings, live and podcast on the topic, with emphasis on the meeting promoted by the Human Rights and Minorities Commission of the Chamber of Deputies (CDHM) entitled “Meeting on Covid-19 in the prison system of the Federal District”, The live held by the Public Defender's Office of the Federal District (DPDF), with the name “The challenges of the prison system in the scenario of the pandemic of the covid-19”, and the episode “Covid-19 in the prison system. A chat about how mass incarceration contributes to the spread of the virus”, from the “Papo de Quebrada” podcast; and 3) informational research on the topic in the local news, such as: G1, Correio Braziliense, Portal Metrôpoles and Jornal de Brasília. I therefore sought to answer the following questions: 1) what is the nature and quality of the information provided for decision-making about the Covid-19 pandemic in prison units in the Federal District?; 2) Does the Law, by itself, manage to solve the public health problem of prisons in the Federal District?; 3) Was CNJ Recommendation No. 62 followed in DF?. In this sense, the analyzed material revealed a strong resistance among Law operators and public administrators in meeting the demands of prisoners and their families, as well as the persistence of a punitive discourse that uses the argument of maintaining prison because of pandemic as evidence of a criminal and public security policy, and not in penitentiary management, when, in fact, release measures in the midst of the pandemic should also be seen as public health policy. In fact, there was a persistence among the institutions involved in a discourse of pseudo-normality of the situation, a kind of interinstitutional agreement or alignment in the sense that “everything is under control” in the prisons of the DF, when, in reality, until 5 pm, on October 31, 2020, there were 1,868 infected by Covid-19 and 4 deaths due to the disease in prisons. Finally, the responsibility of the State for the protection of all persons deprived of liberty with a positive diagnosis and for the fatal victims of said disease in the prison system of the Federal District was analyzed.

Keywords: Covid-19; Management, Transparency and Accountability; Penitentiary system; Federal District; Netnography.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – COVID-19 NO MUNDO.....	20
TABELA 2 – CORONAVÍRUS NAS UNIDADES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	26
TABELA 3 – SITUAÇÃO DA PANDEMIA NO DF	27
TABELA 4 – POPULAÇÃO CARCERÁRIA DA AMÉRICA DO SUL	130
TABELA 5 – PAINEL DEPEN – ATUALIZADO ATÉ 29 DE OUTUBRO DE 2020.....	130
TABELA 6 – PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA.....	131
TABELA 7 – COVID-19 NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
ATP	Ala de Tratamento Psiquiátrico
CDP	Centro de Detenção Provisória
CEDD/UnB	Centro de Estudos de Desigualdade e Discriminação
CIR	Centro de Internamento e Reeducação
CPPB	Centro de Progressão Penitenciária do Pará
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Sars-CoV-2	Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2
CFOAB	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
DPDF	Defensoria Pública do Distrito Federal
DEPEN/MJSP	Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública
DIP	Diretoria de Inteligência Penitenciária
DIRAPS	Diretoria Regional de Atenção Primária à Saúde
EUA	Estados Unidos da América
FUNAP	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal
GESAU	Gerência de Saúde
GEESP	Gerência de Saúde do Sistema Prisional
GDF	Governo do Distrito Federal
GFM	Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HRAN	Hospital Regional da Asa Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDDD	Instituto de Defesa do Direito de Defesa
Iges-DF	Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
LEP	Lei de Execução Penal
NUS/GEAIT	Núcleo de Assistência à Saúde/Gerência de Assistência Social da Penitenciária

NCPM	Núcleo de Custódia da Polícia Militar
OMS	Organização Mundial da Saúde
ESPII	Pandemias e Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional
PDF I	Penitenciária do Distrito Federal I
PDF II	Penitenciária do Distrito Federal II
PFDF	Penitenciária Feminina do Distrito Federal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RA	Região Administrativa
SEAPE	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SEJUS	Secretaria de Justiça
SES	Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
SESIPE/DF	Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
VEP/DF	Vara de Execuções Penais do Distrito Federal
VEPERA/DF	Vara de Execuções Penais em Regime Aberto do Distrito Federal
ZIKV	Zika Vírus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - ASPECTOS GERAIS ACERCA DA PANDEMIA DE COVID-19	18
1. PANDEMIAS E EMERGÊNCIAS DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL (ESPII).....	18
1.2. CONCEITO DE SARS-CoV-2/Novo CORONAVÍRUS	19
2. SITUAÇÃO DA PANDEMIA NO BRASIL	23
2.1 PRIMEIROS NÚMEROS NO BRASIL	25
2.1.1. SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	26
2.2. PRIMEIROS NÚMEROS NO DISTRITO FEDERAL	27
2.2.1. SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF	28
CAPÍTULO 2 - SISTEMA PENITENCIÁRIO E A COVID-19.....	32
1. REALIDADE CARCERÁRIA MUNDIAL	32
2. SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	33
2.1. PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA BRASILEIRA.....	35
2.2. COVID-19 NOS PRESÍDIOS DO BRASIL.....	37
3. SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	39
3.1. “REUNIÃO SOBRE O COVID-19 NO SISTEMA CARCERÁRIO DO DISTRITO FEDERAL”	40
3.2. “OS DESAFIOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO CENÁRIO DA PANDEMIA DO COVID-19”	43
3.3. MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NOS PRESÍDIOS DO DF	45
CAPÍTULO 3 - GESTÃO, TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY DAS INFORMAÇÕES SOBRE A PANDEMIA NOS PRESÍDIOS	52
1. AÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL	56
2. TOMADA DE DECISÃO	60
3. RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO	62
CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
ANEXOS	111
ANEXO A – CASOS GLOBAIS	111
ANEXO B – TESTES DE COVID-19 REALIZADOS NO DF	112
ANEXO C – CORONAVÍRUS NAS UNIDADES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	113
ANEXO D – <i>IN LOCO</i> - TAXA DE ISOLAMENTO SOCIAL HORIZONTAL NO BRASIL	114

ANEXO E – INFOGRÁFICO – POPULAÇÃO PRISIONAL.....	115
ANEXO F – PAINEL DEPEN – COVID-19.....	116
ANEXO G – SEJUS ES.....	129
ANEXO H – TABELA 4 – POPULAÇÃO CARCERÁRIA DA AMÉRICA DO SUL.....	130
ANEXO I – TABELA 5 – PAINEL DEPEN.....	130
ANEXO J – TABELA 6 – PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA.....	131
ANEXO K – TABELA 7 – COVID-19 NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO DF.....	132

INTRODUÇÃO

O Brasil possui a 3ª maior população carcerária do mundo e a 1ª maior população de pessoas privadas de liberdade da América do Sul, de acordo com o *World Prison Brief* (WPB, 2020). Segundo dados do INFOPEN de dezembro de 2019, elaborado Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DEPEN/MJSP), o Distrito Federal possuía um total de 16.636 pessoas privadas de liberdade, sendo que 17,4% são presos provisórios (DEPEN, 2019).

O boletim epidemiológico nº 243 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) informou que, até às 17h do dia 31 de outubro de 2020¹, a população privada de liberdade representava o número de 1.868 contaminados pela Covid-19 e 4 mortes em decorrência da doença. Se comparado com o número de incidência por 100 mil habitantes, chega-se ao cômputo de 13.913,30. A cidade de Ceilândia, por sua vez, possuía 26.265 casos e liderava a lista de locais com mais contaminados. Ainda assim, a incidência por 100 mil habitantes chegava a 5.917,89 na cidade.

Há 8 meses, em 7 de abril de 2020, a Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (VEP/TJDFT) publicou uma nota esclarecendo que não havia casos de Covid-19 nos detentos no sistema prisional do DF. Aliás, a VEP reforça o discurso de que está “tudo sob controle” nos presídios do DF, uma vez que em 1º de junho de 2020 era o responsável por 77,8% de todos os testes de Coronavírus em penitenciárias do Brasil. Além disso, em reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), o representante do CNJ elogiou o trabalho da VEP e relatou que o DF estaria sendo “vítima de sua própria eficiência”. Mesmo que os números de outras Unidades da Federação sejam subnotificados, isso não afasta o enorme número de contaminados sob tutela do Estado no DF.

Considerando o problema social e jurídico acima colocado, bem como a questão da transparência (ou não) na produção e publicidade das informações e da *accountability*, objetivo, portanto, apresentar um panorama de como foi conduzida a gestão da epidemia² de

¹ O recorte temporal foi definido desde o começo da pandemia até 31 de outubro de 2020 porque os dados são atualizados diariamente e o fechamento do mês põe fim ao ciclo de outubro. Entretanto, frisa-se que o contexto da pandemia continua indefinido.

² “Surto: Acontece quando há um aumento inesperado do número de casos de determinada doença em uma região específica. Epidemia: Uma epidemia irá acontecer quando existir a ocorrência de surtos em várias regiões. A epidemia em nível municipal é aquela que ocorre quando diversos bairros apresentam certa doença, em nível estadual ocorre quando diversas cidades registram casos e em nível nacional, quando a doença ocorre em diferentes regiões do país. Pandemia: A pandemia, em uma escala de gravidade, é o pior dos cenários. Ela acontece quando uma epidemia se estende a níveis mundiais, ou seja, se espalha por diversas regiões do planeta.

Covid-19 nos presídios do Distrito Federal (DF), desde o alastramento pandêmico da doença e sua incidência no Brasil, da deflagração do primeiro caso no complexo prisional do DF até outubro de 2020. Neste sentido, busco analisar as medidas tomadas pelas diversas instituições públicas envolvidas na questão penitenciária local, sobretudo a atuação da VEP/TJDFT, diante desta situação emergência sanitária.

Para tanto, adotando a abordagem qualitativa de pesquisa empírica em Direito, realizei intenso trabalho de campo consistente em:

- 1) pesquisa exploratória em fontes primárias, tais como: documentos oficiais, legislação, boletins informativos e epidemiológicos, bases de dados e painéis eletrônicos sobre a situação da pandemia nos presídios, notas técnicas e decisões judiciais e outras fontes oficiais, principalmente sites do/a: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Governo do Distrito Federal (SEAPE/GDF), DEPEN, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT);
- 2) *netnografia* de reuniões virtuais/remotas, *live* e *podcast* sobre o tema, com destaque para o encontro promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) intitulado “Reunião sobre o Covid-19 no sistema carcerário do Distrito Federal”, a *live* realizada pela Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), com o nome de “Os desafios do sistema penitenciário no cenário da pandemia do covid-19” e o episódio “Covid-19 no sistema prisional. Um bate-papo sobre como o encarceramento em massa contribui para a disseminação do vírus”, do *podcast* “Papo de Quebrada”.
- 3) pesquisa informacional sobre o tema nos noticiários locais, tais como: G1, Correio Braziliense, Portal Metrôpoles e Jornal de Brasília.

Busco, com isto, responder às seguintes questões: 1) qual a natureza e a qualidade das informações prestadas para a tomada de decisão acerca da pandemia de Covid-19 nas unidades prisionais do DF?; 2) O Direito, por si só, consegue resolver o problema de saúde pública dos presídios do DF?; 3) A Recomendação nº 62 do CNJ foi seguida no DF?; Os agentes estão sendo eficientes no combate à Covid-19 nos presídios do DF?; Há transparência nas informações fornecidas à comunidade?; Tais informações repassadas para a sociedade condizem com a realidade?; As instituições concordam com as informações?.

Endemia: A endemia não está relacionada a uma questão quantitativa. É uma doença que se manifesta com frequência e somente em determinada região, de causa local. Sindemia: (...) a sindemia é definida como quando duas ou mais doenças interagem de tal forma que causam danos maiores do que a mera soma dessas duas doenças.” (TELESSAÚDE SÃO PAULO, 2020).

Enquanto objetivos específicos, convém pontuar a necessidade de: a) avaliar o discurso de diversos atores sobre o (esperado?) adoecimento dos detentos dentro dos complexos penitenciários e o intuito de normalizar tais declarações; b) discorrer sobre a suposta eficiência da VEP e do Governo do Distrito Federal (GDF), a partir do contraponto dos dados e a observância (ou não) à Recomendação nº 62 do CNJ; c) apresentar como o assunto foi mostrado nos meios de comunicação; d) problematizar sobre as mortes que ocorrem nos presídios e a questão da responsabilidade do Estado pela tutela da vida e dignidade de quem se encontra privado de liberdade; e) abordar como liberdade e saúde adquiriram definições distintas para a população privada de liberdade e para a livre.

Enquanto hipótese, norteia o presente trabalho a ideia de que as instituições públicas responsáveis pelo sistema penitenciário do DF se alinham em torno do argumento de que a situação da pandemia estaria controlada nas unidades prisionais, parecendo vigorar o entendimento de que os detentos continuando em isolamento seria mais eficaz para a contenção da pandemia dentro dos presídios e fora deles, protegendo a sociedade, logo, a soltura não seria a melhor opção. Entretanto, como pode ser notado, é necessário salientar que o caráter *sui generis* do caos que a Covid-19 implementou em 2020 não alcança as pessoas privadas de liberdade, de acordo com o senso comum (VASCONCELOS, MACHADO, WANG, 2020). Esse tipo de postura interinstitucional evidencia a persistência de um discurso punitivista que se utiliza do argumento da manutenção da prisão por conta da pandemia como evidência de uma política criminal e de segurança pública, e não em gestão penitenciária, quando, na verdade, medidas de desencarceramento em meio à pandemia deveriam ser vistas também como política de saúde pública.

Assim, é necessário saber a natureza e qualidade das informações prestadas e como impactam na tomada de decisão dos operadores do Direito e dos gestores públicos. Logo, também busco compreender: se as informações sobre a pandemia nos presídios convergem ou divergem quanto à natureza das fontes e seus respectivos conteúdos e qual o impacto das informações para a tomada de decisão sobre o sistema carcerário do DF.

No capítulo 1, discorro sobre os aspectos gerais da pandemia de Covid-19 e apresento definições sobre a doença. Aponto sobre a condição da pandemia no Brasil, de qual forma o governo federal tem tratado a crise e como as informações são produzidas e repassadas para a sociedade, bem como o panorama geral de casos e mortes no país. Após, pontuo sobre a incidência da doença no sistema penitenciário brasileiro, os primeiros casos de diagnóstico da doença e as mortes. Logo em seguida tem, especificamente, os primeiros números da doença no DF, tanto nas unidades prisionais, quanto na sociedade como um todo.

O capítulo 2, por sua vez, inicia-se com o sistema carcerário e a Covid-19. Inicialmente, faço um breve panorama da realidade carcerária mundial e como países como EUA, China e Portugal trataram a doença. Depois, passa-se ao sistema penitenciário do Brasil. As medidas tomadas de forma geral, como a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347 e a Recomendação nº 62 do CNJ. Há, ainda, a análise do perfil da população carcerária brasileira. Discorro sobre o painel criado pelo DEPEN para informar acerca dos casos da doença nos Estados, no DF e nos presídios federais. Como a Covid-19 chegou aos Estados, destacando-se lugares como DF, Espírito Santo, Minas Gerais. Mato Grosso do Sul e São Paulo. Após, tem-se, especialmente o DF. São analisados os boletins epidemiológicos fornecidos pela Secretaria de Estado de Saúde do DF (SES/DF), uma reunião da CDHM sobre sistema penitenciário do DF, uma *live* promovida pela DPDF acerca da atuação da instituição na crise implementada pelo novo Coronavírus e a análise das medidas adotadas no DF para conter a disseminação do vírus nos presídios da capital federal.

Por fim, no capítulo 3, analiso as questões sobre o DF incluídas no capítulo anterior a partir da visão da gestão, da transparência e *accountability*. Além disso, discorro sobre algumas ações da sociedade civil, como os anseios dos familiares das pessoas privadas de liberdade, um episódio do *podcast* “Papo de Quebrada” e a iniciativa do observatório Infovirus. Assim, pontuo sobre a responsabilização do Estado nos casos de contaminação e mortes, uma vez que há o discurso de que se pretende a soltura indiscriminada em meio à pandemia e como esse discurso vai de encontro às políticas de desencarceramento e políticas de saúde pública. Dessa forma, tal trabalho faz-se necessário uma vez que a população privada de liberdade está sob a tutela do Estado que não respeita as normas das organizações da saúde e recomendações do CNJ.

A metodologia utilizada é a *netnografia*, como definida por Kozinets (2014): “pesquisa observacional participante baseada em trabalho de campo online”. Fui convidada pelo meu orientador, professor Welliton Caixeta Maciel (FD/UnB), que também participa da Frente Distrital pelo Desencarceramento, a assistir como ouvinte da reunião da CDHM sobre Covid-19 nos presídios do DF e da *live* promovida pela DPDF; sobre as quais discorrerei detalhadamente mais adiante.

O meio virtual, notadamente, a internet está intrinsecamente fazendo parte do cotidiano de diversas pessoas. Na pandemia, as pessoas tiveram que se adaptar ao “novo normal” e as relações passaram a ser exercidas de forma *online*. A *netnografia* já era essencial para observar o mundo atual (AGUIAR, 2019) e, no contexto da pandemia, se torna uma das formas mais viáveis de se fazer uma etnografia.

No texto “Do *Off-line* para o *Online*: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet?”, Márcio Noveli, a partir um levantamento de literatura, elenca as vantagens e desvantagens do método netnográfico. Inicialmente, como vantagens têm-se: economia de tempo, vasto material e baixo custo, uma vez que as mediações são realizadas *online*. Entretanto, o autor ressalta que “não é o método em si que traria essas vantagens, mas o meio que o viabiliza”. As desvantagens, por sua vez, são: “excesso de informação, não possibilidade de observar a linguagem corporal, foco em dados textuais, falta de confiança nos dados obtidos ou nas fontes, falsa noção de neutralidade.” (NOVELI, 2010).

Notei na minha pesquisa as vantagens e as desvantagens. Saliento que o trabalho foi realizado totalmente da minha residência (não poderia ser de outra forma com as medidas de isolamento social), apenas com materiais *online*.

Em meados de fevereiro de 2020, cheguei ao nome do meu orientador após pesquisas, elogios sobre a matéria ministrada por ele “Antropologia do Direito”, e uma indicação de orientação. Nosso primeiro encontro presencial aconteceu dia 11 de março de 2020, em frente ao café da Faculdade de Direito da UnB. Na ocasião, lembro que não tinha tema definido ainda, sabia apenas pelo meu interesse em algum tema de criminologia. Após a conversa, o prof. Welliton pediu que eu pesquisasse acerca de alguns assuntos e, em seguida, marcaríamos outra reunião. Até então, Covid-19 era algo que não preocupava de maneira incisiva o Brasil e, principalmente, o DF. No dia seguinte à nossa reunião, já se falava em suspensão de aulas. Com a questão do novo Coronavírus explícita, Welliton sugeriu o tema e pediu que eu pesquisasse para saber se eu gostaria. Lembro-me da minha insegurança por ser um conteúdo tão atual.

Após decidirmos o tema, passei e pesquisar e o meu orientador a compartilhar matérias sobre o tema. Foi uma pesquisa com altos e baixos. Lidar com a pandemia é novo para todos, o medo de um vírus desconhecido, o isolamento social e a suspensão das aulas sem perspectiva de retorno afetaram de alguma maneira a minha produção. Algo normal, uma vez que, conforme o prof. Welliton sempre me lembrava, ainda que eu tivesse que entregar uma monografia no final, o momento não era para “autocobranças punitivistas”.

CAPÍTULO 1

ASPECTOS GERAIS ACERCA DA PANDEMIA DE COVID-19

1. Pandemias e Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)³

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o fenômeno da pandemia como “disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma **epidemia, surto** que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com **transmissão sustentada** de pessoa para pessoa” (SHUELER, 2020). É o caso do novo Coronavírus identificado no fim do ano de 2019 que infectou, até o início do mês de outubro de 2020 milhões de indivíduos e levou a óbito mais de 1 milhão de pessoas⁴ (ressalta-se que o vírus continua infectando e já há a previsão de uma segunda onda de contaminação [G1 BEM ESTAR, 2020]) mas essa não é a primeira pandemia que a humanidade vivencia.

Dezenove pandemias são consideradas as principais⁵ (surgidas antes do novo Coronavírus). Dentre estas, cabe ressaltar a doença surgida no México em 2009, H1N1, conhecida como gripe suína, que impactou o Brasil antes da Covid-19. No mundo todo matou cerca de 18.449 pessoas (UFMG, 2020).

Adicionalmente, observa-se que a OMS declarou seis vezes Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)⁶. Aqui, destaca-se o Zika Virus (ZIKV), doença diagnosticada somente em 2015 no Brasil. O órgão declarou emergência de saúde pública mundial em 2016, quando 2.300 recém-nascidos foram diagnosticados com microcefalia. Acrescenta-se que o vírus se alastrou em mais de 60 países (OLIVEIRA, 2020).

Ainda é cedo, mas pode-se afirmar que nenhuma pandemia ou caso de emergência de saúde pública mundial recente foi capaz de infectar e levar a óbito tantas pessoas⁷ como o

³ “O conceito de ESPII passou a vigorar em junho de 2007, no âmbito do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), aprovado na Assembleia Mundial da Saúde em 2005, definido por evento extraordinário que constitua risco para a saúde pública de outros países devido à propagação internacional de doença e que, potencialmente, possa requerer uma resposta internacional coordenada” (OLIVEIRA, 2017).

⁴ Anexo 1.

⁵ (1) Praga Antoine - 165-180; (2) Epidemia de Varíola Japonesa - 735-737; (3) Praga de Justiniano - 541-542; (4) Peste Negra - 1347-1351; (5) Surto de Varíola no novo mundo 1520; (6) Praga de Londres - 1665; (7) Praga Italiana 1629-1631; (8) Pandemia de Cólera 1817-1923; (9) Terceira Praga - 1855; (10) Febre Amarela - 1800; (11) Gripe Russa - 1889-1890; (12) Gripe Espanhola - 1918-1919; (13) Gripe Asiática - 1957-1958; (14) Gripe de Hong Kong - 1968-1970; (15) HIV/AIDS - 1981-presente; (16) SARS - 2002-2003; (17) Gripe Suína/H1N1 - 2009-2010; (18) Ebola 2014-2016; e (19) MERS 2015-presente (TELESSAÚDE SÃO PAULO, 2020).

⁶ (1) Gripe Suína/2009; (2) Ebola na África Ocidental/2013; (3) Poliomielite/2014; (4) Zika/2016; (5) Ebola na República Democrática do Congo/2019; e (6) Novo Coronavírus/2020 (OLIVEIRA, 2020).

⁷ A gripe espanhola, iniciada em 1918, levou a óbito entre 15 a 25 milhões de pessoas. Há quem sustente a morte de 50 milhões de indivíduos (GURGEL, 2013). Entretanto, observa-se que o mundo não dispunha de recursos tecnológicos e medicina avançada como atualmente.

novo Coronavírus. Soma-se a isso, a facilidade de locomoção da modernidade (FIRMINO, 2020) e a ineficiência de vários governos como, por exemplo, Estados Unidos da América (EUA) e Brasil.

1.2. Conceito de SARS-CoV-2⁸/Novo Coronavírus

A OMS, representada por seu diretor-geral, Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou em 11 de março de 2020 que a doença causada pelo novo Coronavírus passaria a ser definida como pandemia. Para entender a doença causada pelo SARS-CoV-2, Covid-19⁹, é necessário saber sua origem.

O vírus denominado SARS-CoV-2 é a causa de infecções respiratórias, pode afetar diversos animais e não é algo novo. São sete os tipos de Coronavírus que têm a capacidade de infectar os seres humanos. Duas epidemias de Coronavírus já ocorreram: Síndrome Respiratória Aguda Grave causada pelo vírus SARS-CoV, que ocorreu em Hong Kong, China, no ano de 2003; e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio relacionada ao vírus MERS-CoV, ocorrida na Arábia Saudita no ano de 2012. Ressalta-se que a taxa de letalidade das duas síndromes respiratórias mencionadas era de 10% e 30%, respectivamente (LANA, 2020).

Inicialmente, o caminho percorrido pelo SARS-CoV-2:

(...) foi detectado em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China. Em 9 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a circulação do novo coronavírus. No dia seguinte, a primeira sequência do SARS-CoV-2 foi publicada por pesquisadores chineses. Em 16 de janeiro, foi notificada a primeira importação em território japonês. No dia 21 de janeiro, os Estados Unidos reportaram seu primeiro caso importado. Em 30 de janeiro, a OMS declarou a epidemia uma emergência internacional (PHEIC). Ao final do mês de janeiro, diversos países já haviam confirmado importações de caso, incluindo Estados Unidos, Canadá e Austrália. No Brasil, em 7 de fevereiro, havia 9 casos em investigação, mas sem registros de casos confirmados. (LANA, 2020)

Até o dia 7 de outubro de 2020, às 9h23, a Universidade de Medicina de Johns Hopkins contabilizava 35.865.117 casos confirmados e 1.050.821 de mortes em todo o mundo. O Brasil, por sua vez, ocupava a 3ª posição de casos confirmados mundialmente,

⁸ “Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (abreviado para SARSCoV-2, do inglês Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2), anteriormente conhecido como novo coronavírus (2019-nCoV)” (Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde - SCTIE, 2020).

⁹ “Desde o início de fevereiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a chamar oficialmente a doença causada pelo novo coronavírus de Covid-19. COVID significa COrona VIRUS Disease (Doença do Coronavírus), enquanto “19” se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados publicamente pelo governo chinês no final de dezembro. A denominação é importante para evitar casos de xenofobia e preconceito, além de confusões com outras doenças” (FIOCRUZ, 2020).

perdendo apenas para EUA e Índia, 1º e 2º lugares, respectivamente. Entretanto, no número de mortes, o Brasil estava em 2ª posição com o quantitativo de 147.494 casos fatais - Tabela 1 e Anexo A. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), até julho de 2020, 13,3 milhões de cidadãos haviam realizado o teste para detectar a Covid-19, ou seja, apenas 6,3% da população (IBGE, 2020).

Tabela 1 - Covid-19 no mundo

7 de outubro de 2020, às 9h23

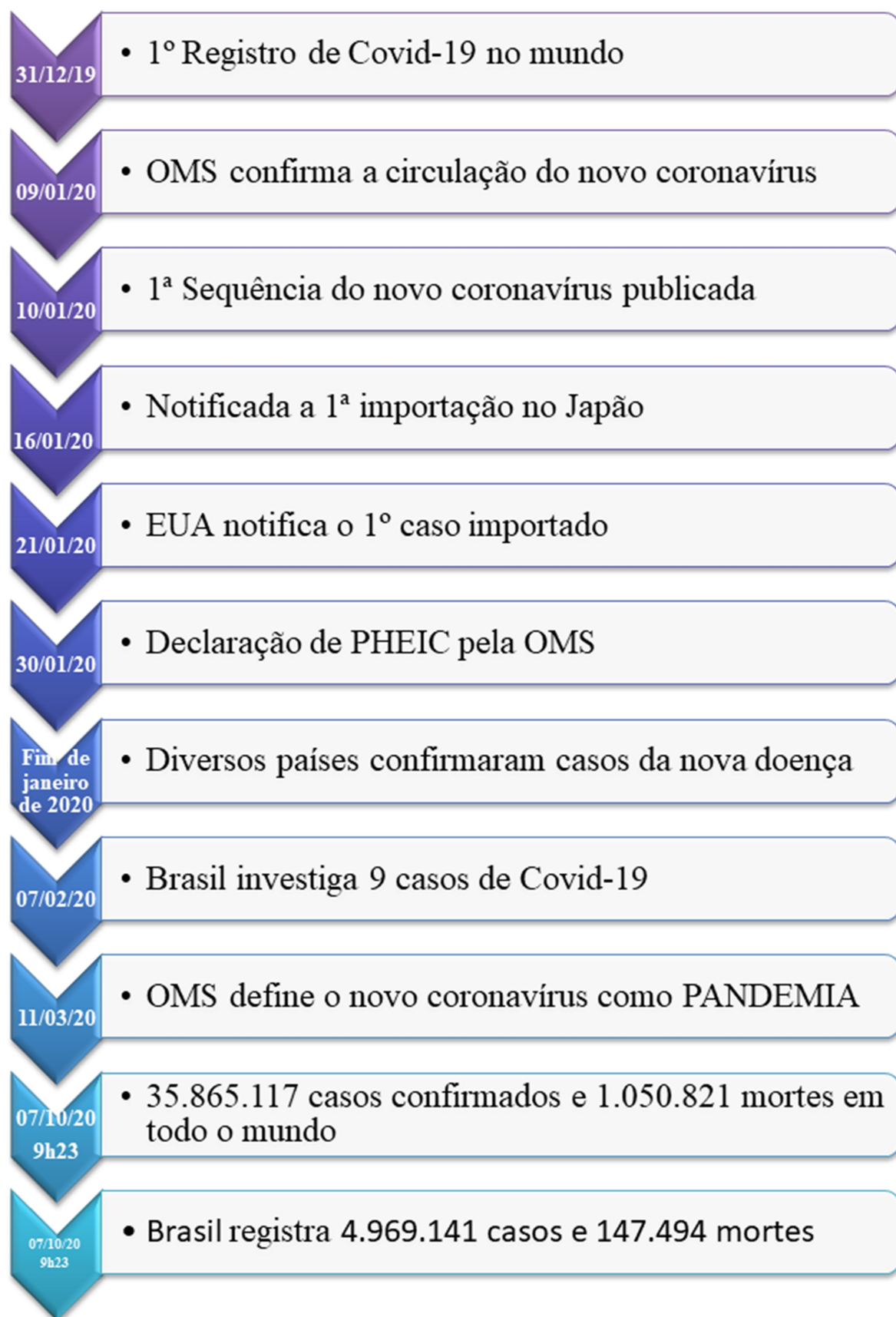
Compilação de dados - Covid-19		
Universidade de Medicina de Johns Hopkins		
País	Nº de casos	Nº de mortes
EUA	7.502.004	210.918
Índia	6.757.131	104.555
Brasil	4.969.141	147.494
TOTAL	35.865.117	1.050.821

Fonte: Universidade de Medicina de Johns Hopkins (Link:

<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>)

Maria Van Kerkhove, chefe do Departamento de Doenças Emergentes da OMS, declarou que a taxa real de letalidade da doença é de aproximadamente 0,6% e que o número é alarmante, uma vez que a doença é altamente contagiosa (JAN, 2020). O Ministério da Saúde brasileiro informou que a taxa de letalidade, em 18 de setembro de 2020 era de 3% (BRASIL, 2020). Fato que corrobora com o exposto por Kerkhove, eis que ela alerta para o número de subnotificações de casos. De acordo com estudo do Imperial College de Londres, divulgado em 15 de setembro de 2020, o índice de transmissão da doença, no Brasil, estava em 0,9% (G1, 2020).

Em resumo, há a seguinte linha do tempo:



Fonte: elaboração própria.

Segundo o Ministério da Saúde, os sintomas mais comuns são: (i) Tosse; (ii) Febre; (iii) Coriza; (iv) Dor de garganta; (v) Dificuldade para respirar; (vi) Perda de olfato; (vii) Alteração do paladar; (viii) Distúrbios gastrintestinais (náuseas/vômitos/diarreia); (ix) Cansaço; (x) Diminuição do apetite; e (xi) Dispnéia (falta de ar). Ainda de acordo com o órgão, a transmissão ocorre quando uma pessoa doente passa para outra ou por: (i) Toque de mãos contaminadas; (ii) Gotículas de saliva; (iii) Espirro; (iv) Tosse; (v) Catarro; (vi) Objetos ou superfícies contaminadas, como celulares, mesas, talheres, maçanetas, brinquedos, teclados de computador etc.

O Ministério da Saúde elenca, também, cinco formas de diagnóstico. São eles: (i) clínico, (ii) clínico-epidemiológico; (iii) clínico-imagem; (iv) laboratorial; e (v) laboratorial em indivíduo assintomático. Nos dois últimos inclui-se o imunocromatografia, comumente conhecido como teste rápido. O teste mais recomendado para identificar a doença é o chamado rRT-PCR com a coleta de amostras do trato respiratório superior ou inferior. Vários fatores podem levar a um resultado falso-negativo¹⁰. Os testes rápidos também possuem suas vantagens, mas um resultado negativo não é capaz de afastar a infecção¹¹ (BRITO, RESENDE, VIANA, XAVIER, NEVES, 2020).

As recomendações para se proteger da Covid-19 são, basicamente, higienizar as mãos com frequência (com água e sabão ou álcool em gel 70%); cuidados ao tocar olhos, nariz, boca e máscara; manter distância de 1 metro entre pessoas; isolamento social¹² e uso de máscara. Enquanto não há vacina, o meio mais eficaz é o isolamento social horizontal. Logo, evitar aglomerações, suspender atividades não essenciais, suspender atividades escolares presenciais foram medidas adotadas pelos governos nacionais (CARVALHO, NINOMIYA,

¹⁰ “Má qualidade da amostra, contendo pouco material do paciente; Amostra coletada tardiamente ou muito precocemente no início da infecção; Amostra não transportada ou conservada adequadamente; Razões técnicas inerentes ao teste, como mutação viral ou presença de inibidores de PCR; Presença de pequeno número de microrganismos na amostra, abaixo do limite de detecção do teste” (BRITO; RESENDE; VIANA; XAVIER; NEVES, 2020).

¹¹ “Alguns estudos demonstraram que nos primeiros 7 dias após o início dos sintomas, menos de 40% dos pacientes apresentam anticorpos detectáveis. Dessa maneira, estes ensaios não devem ser usados para descartar casos nos primeiros dias de doença. A detecção de anticorpos após o 7o dia indica apenas contato prévio com o vírus, mas não confirma a presença de vírus ou infectividade. Os anticorpos detectados podem resultar de uma infecção anterior, e não da infecção aguda que se necessita diagnosticar” (BRITO; RESENDE; VIANA; XAVIER; NEVES, 2020).

¹² Isolamento aqui usado como sinônimo de distanciamento, uma vez que isolamento é mais adequado quando usado como providência individual, trata-se de indivíduos sintomáticos ou com quem teve contato com pessoas com diagnóstico positivo ou em investigação; e distanciamento, por sua vez, é uma medida coletiva. Isolamento vertical e horizontal também trata-se de medidas individuais e coletivas. Enquanto no vertical isolam-se apenas as pessoas do grupo de risco, o isolamento vertical é quando isola-se independente das comorbidades pré-existentes. A forma mais rígida do isolamento horizontal é o *lockdown*, em que somente atividades essenciais funcionam. Além disso, o termo é usualmente usado como sinônimo de quarentena (BATISTA, OLIVEIRA, SALLES, DINIZ, SHIOMATSU, NINOMIYA, CARVALHO, 2020).

SHIOMATSU, 2020). De acordo com a OMS, o índice ideal da taxa de isolamento é de 70% (BRUNO, 2020). Entretanto, segundo o *In Loco*, o percentual mais alto de isolamento social horizontal no Brasil foi de 62,2% em 22 de março de 2020 (*IN LOCO*, 2020).

Por fim, ressalta-se que cientistas do mundo todo vêm se empenhando para produzir uma vacina eficaz e segura contra o novo Coronavírus. Com a corrida mundial por uma vacina, o mundo já registrava, em agosto de 2020, 165 possíveis vacinas em desenvolvimento. Seis vacinas, apenas, estavam em etapas mais avançadas. São elas: Oxford/AstraZeneca, Sinovac, Moderna, BioNtech/Pfizer/Fosun, CanSino e Sinopharm (BARIFOUSE, 2020). O diretor-geral da OMS relatou que há esperança de uma possível vacina até o fim de 2020 (REUTERS, 2020). A vacinação de toda a população brasileira, entretanto, não é esperada para o ano de 2021 e o mais prudente é pensar em vacinação em massa somente em 2022, segundo a vice-diretora-geral da OMS, Mariângela Simão (VEJA SÃO PAULO, 2020).

2. Situação da pandemia no Brasil

No início do mês de abril de 2020, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes decidiu que os Estados, DF e municípios possuíam competência para decidir acerca das medidas no combate ao novo Coronavírus. Cuidava-se da ADPF nº 672 proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) em relação aos “atos omissivos e comissivos do Poder Executivo Federal, praticados no contexto da crise de saúde pública decorrente da pandemia do COVID-19 (Coronavírus)”. O Ministro Alexandre de Moraes concedeu parcialmente os pedidos aduzidos e decidiu que não era necessário o aval do governo federal para que os Estados e o DF pudessem implementar medidas necessárias para contenção da Covid-19.

Adicionalmente, o Ministério da Saúde, no início de junho de 2020, começou a limitar os dados acerca do novo Coronavírus. Qualidade e quantidade de dados foram reduzidas pelo governo federal. Primeiro ocorreu a mudança dos horários de divulgação, de 17h (como ocorria sob comando do então Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta) para às 19h e depois às 22h. Segundo, a qualidade dos dados foi afetada. Na noite do dia 4 de junho de 2020, os dados não puderam ser acessados por 19 horas. Outras mudanças perceptíveis foram: informação apenas dos casos do referido dia, os números de infectados e mortos desde o início da pandemia desaparecem e não havia mais a data de notificação e semana da epidemia (G1, O GLOBO, EXTRA, ESTADÃO, FOLHA, UOL, 2020).

No dia 7 de junho de 2020, o Ministério da Saúde relatou que voltaria a divulgar os dados da forma que era realizada anteriormente, mas apresentou informações que não condiziam com a realidade. Em razão da falta de transparência do órgão, jornalistas do G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL firmaram o consórcio de veículos de imprensa para coletar os dados junto às Secretarias de Saúde e divulgar as informações da pandemia no Brasil (G1, O GLOBO, EXTRA, ESTADÃO, FOLHA, UOL, 2020).

Além do caos na transparência de informações, o Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, desde o começo da pandemia minimiza a doença e realizou declarações controversas acerca dos casos. Em um primeiro momento, o chefe do poder executivo culpou a mídia por “superdimensionado, o poder destruidor desse vírus”. Depois há declarações referindo-se ao vírus como “gripezinha” ou “resfriadinho” (BBC NEWS, 2020).

Mais, o Presidente entrou em conflito com dois Ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, ambos médicos. Oficialmente, Mandetta foi exonerado e Teich solicitou sua própria saída. Porém, especula-se que ambos foram retirados após discordar de Bolsonaro acerca do uso do medicamento chamado hidroxiclороquina e do isolamento social vertical¹³ (G1 POLÍTICA, 2020). Salienta-se que Teich ficou a frente do Ministério da Saúde somente pelo período de 29 dias (JUNQUEIRA; MACHIDA, 2020).

Após a saída de Teich, foi nomeado o general do Exército Eduardo Pazuello para exercer o cargo interinamente, em 15 de maio de 2020. Enquanto interino, Pazuello estabeleceu orientações para o uso do medicamento hidroxiclороquina no combate à Covid-19, acatando posicionamento de Jair Bolsonaro. Assim, decorridos quatro meses como ministro interino, em 16 de setembro de 2020, o militar foi efetivado para liderar o Ministério da Saúde. Digno de nota, também, o fato de que Pazuello encerrou as entrevistas coletivas sobre a Covid-19 que ocorriam diariamente (AGÊNCIA BRASIL, 2020; AGÊNCIA ESTADO, 2020).

Outro episódio ocorrido no período de pandemia foi a Operação “Falso Negativo”. Passou-se em sete Estados e no DF. A operação visa apurar a compra de testes para diagnóstico de Covid-19. Além da questão do valor de aquisição, o MPDFT informa que existem “evidências de que as marcas adquiridas não seriam seguras para a detecção do Covid-19” (MPDFT, 2020).

¹³ O Presidente reiteradamente defende o uso do medicamento que não tem eficácia comprovada para Covid-19 e o isolamento vertical (COLETTA, 2020; FERNANDES, 2020).

2.1 Primeiros números no Brasil

Em 26 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso de Coronavírus no Brasil. Tratava-se de um idoso de 61 anos, que teria viajado para a região da Lombardia, na Itália, entre os dias 9 e 21 de fevereiro (AQUINO; MONTEIRO, 2020) - local até então epicentro do novo Coronavírus - (BBC NEWS, 2020). Num primeiro momento, o ministro da saúde à época, Mandetta, buscava entender a relação do vírus com países tropicais (AQUINO; MONTEIRO, 2020). Mandetta ressaltou, ainda, que não havia motivo para alarde: "Teremos dias bons e dias ruins? Provavelmente, sim! Mas, calma porque a gente vai atravessar [essa questão] como já o fizemos em várias outras situações como essa" "grifo original" (BRASIL, 2020). A primeira morte no Brasil, por sua vez, foi de uma senhora de 57 anos e ocorreu em 12 de março de 2020, em São Paulo. A mulher faleceu um dia após ser internada no hospital (G1 SP, 2020).

Profissionais de saúde também estão consideravelmente afetados. De acordo com o Boletim Epidemiológico nº 34 do Ministério da Saúde, até 3 de outubro havia 329.028 profissionais de saúde infectados. Desse total, 2.109 casos foi necessário hospitalizar; sendo que 1.412 foi em decorrência da Covid-19 e 394 estavam sendo investigados. Do total de casos hospitalizados, 330 vieram a óbito por complicações do novo Coronavírus. Os profissionais com percentual maior de morte foram: técnico/auxiliar de enfermagem (112; 33,9%), médico (63; 19,1%) e enfermeiro (41; 12,4%) (BRASIL, 2020).

Digno de nota também a classificação por raça/cor. Segundo o Boletim Epidemiológico Especial nº 34, relativo à Semana Epidemiológica nº 40 (27/09/2020 a 03/10/2020), brancos representavam (144.109; 34,4%) dos casos fatais, pardos (140.969; 33,7%), pretos (20.045; 4,8%), amarelos (4.490; 1,1%) e indígenas (1.452; 0,3%). Há ainda 73.769 dados ignorados (17,6%) e 33.236 (7,9%) sem informação sobre raça ou cor. Observa-se, ainda, que, conforme PNAD realizado pelo IBGE em agosto de 2020, 0,8% pessoas da cor preta ou parda apresentaram sintomas conjugados (perda de cheiro ou sabor; tosse, febre e dificuldade para respirar; e febre, tosse e dor no peito) e em indivíduos brancos o percentual chegou a 0,7% (IBGE, 2020).

2.1.1. Sistema penitenciário brasileiro

O primeiro caso da doença no sistema penitenciário, por seu turno, foi confirmado em 8 de abril de 2020 no Estado do Pará. Tratava-se de um homem que cumpria pena no Centro de Progressão Penitenciária do Pará (CPPB) e trabalhava durante o dia. O primeiro óbito, por sua vez, foi registrado no Estado do Rio de Janeiro, em 15 de abril de 2020. Tratava-se de um idoso de 73 anos. O então Ministro da Justiça, Sérgio Moro, argumentou que não havia motivo para a preocupação com o vírus no sistema penitenciário, uma vez que até o fim de março de 2020 não havia registro de detentos com a doença e ressaltou a plataforma desenvolvida pelo DEPEN para atualizar os casos (STABILE, 2020).

O DEPEN informa que foram realizados 76.352 testes no sistema prisional, sendo que foram diagnosticadas 24.880 pessoas positivas e 110 óbitos, até 17 de setembro de 2020, conforme tabela abaixo (DEPEN, 2020). Entretanto, há suspeitas de omissão de dados, como no caso de São Paulo, em que mais de 800 diagnósticos positivos sumiram dos dados oficiais do governo, e o caso de Minas Gerais que os números não correspondem com os números do painel do DEPEN (VASCONCELOS, MENDONÇA, 2020; STABILE, 2020).

Tabela 2 - Coronavírus nas unidades de privação de liberdade

Até 17 de setembro de 2020

DEPEN - Detecções/suspeitas do Coronavírus nos sistemas penitenciários brasileiros	
Suspeitas	4.689
Detecções	24.880
Testes	76.352
Óbitos	110
Recuperados	23.025

Fonte: DEPEN/MJSP

Além da questão da transparência de informações, o procedimento usado para cuidar dos detentos é uma incógnita “(...) porque até agora não se divulgou nenhum protocolo clínico e técnico de quais são as evidências médicas suficientes para que um diretor de unidade prisional determine a transferência de um preso para uma unidade de saúde”, conforme argumento exposto, em maio de 2020, por Felipe Freitas, integrante do projeto Infovírus

(FREITAS, 2020; IGLESIAS, 2020). Não há atualização diária dos casos e quando o preso é diagnosticado com a doença, as notícias até para a família são suspensas (FREITAS, 2020; IGLESIAS, 2020).

Necessário salientar também que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), concedeu liminarmente em março de 2020 prisão domiciliar para as pessoas em privação de liberdade em razão de dívida relativa à pensão alimentícia (STJ, 2020). Além disso, em decisão do Habeas Corpus nº 568.693 - ES, o Ministro do STJ Sebastião Reis Júnior, em razão da pandemia, determinou que fossem colocados em liberdade todos os presos que adquiriram a liberdade provisória mediante pagamento de fiança, independente do pagamento da quantia.

2.2. Primeiros números no Distrito Federal

No Distrito Federal, o primeiro caso foi confirmado em 6 de março de 2020 (GDF, 2020). Tratava-se de uma paciente do sexo feminino de 52 anos de idade e com histórico de viagem a Londres e Suíça. Em um primeiro teste já havia recebido o diagnóstico positivo e a contraprova confirmou o resultado. Em 7 de março de 2020, a paciente encontrava-se em estado grave (RIOS, 2020). Com isso, a situação do DF era a seguinte em 6 de março de 2020:

Tabela 3 - Situação da pandemia no DF
6 de março de 2020

Casos notificados de Covid-19 DF	
Excluído	44
Confirmado	1
Em investigação	35
Descartado	22
TOTAL	102

Fonte: SES/DF

Já em 27 de fevereiro de 2020, o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF) havia criado o Comitê de Combate ao Coronavírus, logo após o primeiro caso no Brasil. O grupo foi criado visando combater de forma rápida eventuais casos de Covid-19 na capital federal (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2020). Assim, o governador do Distrito

Federal, Ibaneis Rocha, em 11 de março de 2020, suspendeu as aulas por cinco dias a fim de conter os casos (AGÊNCIA BRASIL, 2020) - após isso, houve diversos decretos suspendendo as aulas. Serviços não essenciais também foram suspensos e a reabertura começou a ocorrer somente em meados de maio com o comércio de rua e *shoppings centers* (YOSHIMINE; PEDRO, 2020).

No fim de junho de 2020, o MPDFT constatou divergência em relação à ocupação de leitos de unidade de tratamento intensivo (UTI) adulto. Enquanto os dados oficiais da Sala de Situação divulgavam a taxa de ocupação em 59,84%, a Secretaria de Saúde apontava o percentual de 93% (MPDFT, 2020). Após o requerimento do MPDFT, em decisão judicial, o GDF foi obrigado a apresentar os dados de forma transparente (MPDFT, 2020).

Ibaneis Rocha, no início da pandemia, aparentemente vinha tratando a doença com rigor. O DF foi o pioneiro, comparado com os Estados, em adotar medidas de segurança contra a Covid-19. No fim de fevereiro, quando não havia nenhum caso confirmado da doença, o DF já estava em estado de emergência. Entretanto, no mesmo dia em que decretou estado de calamidade pública no DF - no fim de junho -, o governador, segundo o G1, relatou que: “Vamos tratar [a Covid-19] como uma gripe, como isso deveria ter sido tratado desde o início” “grifo original” (G1 DF, 2020).

2.2.1. Sistema penitenciário do DF

Como medida de contenção da doença, por intermédio da ordem de serviço nº 5 de 2020, as visitas foram suspensas em todas as unidades prisionais do DF, quais sejam, Centro de Detenção Provisória (CDP), Centro de Internamento e Reeducação (CIR), Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I), Penitenciária do Distrito Federal II (PDF II) e Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF); pelo então subsecretário do Sistema Penitenciário, Adval Cardoso de Matos. A princípio, os encontros seriam suspensos somente entre os dias 12 de março de 2020 e 22 de março de 2020. Entretanto, até o início de outubro de 2020, os encontros ainda encontravam-se proibidos.

No período de suspensão, as visitas teoricamente ocorreriam de forma virtual. Em 19 de junho de 2020, supostamente foi dado início ao projeto de encontros da PFDF. Sete detentas puderam utilizar o sistema para se comunicar com a família por até três minutos. A VEP/DF comunicou que outras mulheres privadas de liberdade iriam ser beneficiadas e que a ideia seria o encontro virtual ocorrer uma vez por mês (TJDFT, 2020). Já no complexo da

Papuda, supostamente foi realizado um mutirão de visitas virtuais para celebrar o dia dos pais. A iniciativa começou a ocorrer em 10 de agosto de 2020 e se estendeu pelo período de duas semanas. Diante da demanda, caso a SEAPE considerasse necessário, poderia reduzir o tempo das visitas entre um e três minutos (TJDFT, 2020).

A Vara de Execuções Penais em Regime Aberto do TJDFT (VEPERA/TJDFT), por sua vez, dispensou os apenados de se apresentarem desde o início da pandemia no DF, devendo se apresentar, *a priori*, somente em dezembro de 2020 (TJDFT, 2020). Trabalho externo, saídas temporárias e saídas em feriados ou datas festivas também estavam suspensos. Somente em 10 de setembro de 2020, a VEP/DF resolveu autorizar o retorno gradual da normalidade (TJDFT, 2020).

A primeira morte no sistema penitenciário do DF ocorreu em 17 de maio de 2020. O policial penal, Francisco Pires de Souza, era lotado na PDF I, possuía 45 anos, não tinha histórico de outras doenças e estava internado no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN). No dia de registro da morte, havia 495 detentos e 110 policiais penais doentes pelo novo Coronavírus; sendo que 5 agentes estavam internados (GALVÃO, 2020). Já a primeira morte de detento ocorreu em 19 de maio de 2020. Tratava-se de Álvaro Henrique Nascimento de Sousa de 32 anos. Ele estava internado desde o dia 3 de maio de 2020 também no HRAN e lotado na PDF I. Em relação às comorbidades de Álvaro há divergências nas informações. A SESIPE informou que o homem era portador de tuberculose e Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), a VEP, entretanto divulgou que não havia doenças pré-existentes em seu prontuário. A família de Álvaro, por sua vez, informou que teve conhecimento em relação ao HIV, somente após o internamento (G1 DF, 2020; FERREIRA, 2020).

Nas duas ocasiões, a VEP se manifestou. No caso do policial penal, a VEP/DF relatou que realiza “um trabalho incansável e desafiante” (TJDFT, 2020); no caso do detento, a Vara informou que “não foi registrada nenhuma doença pré-existente em nenhuma das vezes em que foi preso, tampouco foi por ele declinada” (TJDFT, 2020).

Em todo o DF, o governo informa que realizou o total de 541.583 testes até 19 de setembro de 2020. Sendo 432.867 de testes rápidos e 108.716 do tipo PCR, conforme Anexo B (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2020). Nos relatórios 8 e 9 “TESTAGEM PARA SARS COV-2 NO DF”, o GDF informa que nas unidades prisionais, até 21 de setembro de 2020, foram realizados 11.483 testes. Sendo que na penitenciária feminina não existem casos positivos. Já no complexo da Papuda, entre internos, agentes e outros trabalhadores, realizou-se 8.183 testes. Comparando os relatórios de testagem 8 e 9, o que se observa é que no

intervalo de tempo de 13 dias não houve teste em massa nas unidades prisionais (08/09/20 - 21/09/20).

De acordo com o relatório da Diretoria de Inteligência Penitenciária (DIP), até 26 de junho de 2020, 257 policiais penais testaram positivo para o novo Coronavírus (DIP, 2020). O Boletim Epidemiológico nº 223 da SES/DF informou que, até às 18h do dia 11 de outubro de 2020, a população privada de liberdade representava o número de 1.844 contaminados por Covid-19. Se comparado com o número de incidência por 100 mil habitantes chega-se ao cômputo de 13.734,54. A cidade de Ceilândia, por sua vez, possuía 24.740 casos e liderava a lista de locais com mais contaminados. Ainda assim, a incidência por 100 mil habitantes chegava a 5.574,28.

Segundo o DEPEN, a população carcerária é cerca de 16 mil pessoas. Da análise do Boletim Epidemiológico nº 223, observa-se que a Região Administrativa (RA) da Candangolândia possuía 1.162 casos e incidência de 7.112,25 por 100 mil habitantes. Tal comparação faz-se necessária, uma vez que a população de Candangolândia é de um pouco mais de 16 mil indivíduos, de acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Candangolândia 2015 (PDAD), realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) (CODEPLAN, 2015), logo, muito aproximada da população carcerária. Ainda na análise do Boletim Epidemiológico nº 223, a RA com o número de infectados próximo da população privada de liberdade é o Lago Norte, com 1.847 e incidência por 100 mil habitantes de 4.974,82. Segundo o PDAD Lago Norte 2015/2016, a população estimada para 2016 era de 37.455 habitantes (CODEPLAN, 2016). Logo, o que se percebe é que o número de contaminados nas unidades prisionais do DF cresce de forma diferente da população extramuros.

Em abril de 2020, a VEP publicou uma nota esclarecendo que não havia casos de detentos infectados pela Covid-19 no sistema prisional do DF. Aliás, a VEP reforça o discurso de que está tudo sob controle nos presídios do DF, uma vez que em 1º de junho de 2020 era a responsável por 77,8% de todos os testes de Coronavírus em penitenciárias do Brasil. Adicionalmente, vê-se que “Considerando que a densidade demográfica dentro do Complexo da Papuda é três vezes maior que a dos demais espaços territoriais do DF no que se refere ao número de habitantes por Km², a VEP/DF acredita que as medidas que vêm sendo adotadas têm sido acertadas” (TJDFT, 2020).

Além da questão da transparência de dados no sistema carcerário, em 26 de maio de 2020, o Governador do DF, Ibaneis Rocha, pelo Decreto nº 40.833 criou a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAPE). Segundo o então secretário Adval Cardoso,

a SEAPE: “É um sonho tanto dos servidores como do próprio Ministério Público e da Vara de Execuções Penais. A partir de agora, temos independência administrativa e orçamentária” (MOURA, 2020). Ocorre que a administração penitenciária passou por diversas mudanças em meio ao caos instalado pela Covid-19 e, em 9 de setembro de 2020, o Governador do DF exonerou 10 integrantes da SEAPE (FERREIRA, 2020).

Assim, no próximo capítulo, farei uma reconstituição dos fatos episódicos de maneira a analisar a gestão da informação no sistema prisional. Analisarei os noticiários locais, com foco no Portal G1, Correio Braziliense, Portal Metrôpoles e Jornal de Brasília; sites do CNJ, SEAPE, DEPEN, TJDF, MPDF, documentos oficiais, *lives* dos órgãos que estão discutindo o assunto etc.

Como a análise das fontes será realizada de maneira a seguir o caminho percorrido entre o caos e as medidas de contenção à doença e atenção à saúde das pessoas privadas de liberdade, começarei quando o sistema não havia registrado nenhum caso confirmado, após passarei para o primeiro caso confirmado, depois a primeira morte em decorrência do novo Coronavírus até chegarmos a meados de outubro. O intuito é traçar a rota do vírus e das medidas adotadas pelos operadores de direito e gestores públicos do DF.

CAPÍTULO 2

SISTEMA PENITENCIÁRIO E A COVID-19

1. Realidade carcerária mundial

Segundo o *site World Prison Brief*, o país com a maior população carcerária é os EUA, com 2.094.000; seguido da China com 1.710.000 pessoas privadas de liberdade e em 3ª posição está o Brasil com 755.274. No contexto da América do Sul, o Brasil lidera em relação ao número absoluto de pessoas presas e pela taxa de encarceramento por 100 mil habitantes. A Argentina fica em 2º lugar em número de presos na América do Sul, entretanto, em relação à taxa de encarceramento, Uruguai ocupa a 2ª posição com a taxa de 337, conforme Tabela 4 em anexo (WPB, 2020).

Já em relação à pandemia do novo Coronavírus, no início de maio de 2020, o Brasil ocupava a 4ª posição em número de mortes causadas pela Covid-19 nas prisões, quando registrou 16 casos fatais; EUA ocupava a 1ª posição. Bolívia e Irã detinham as 2ª e 3ª posições, respectivamente (STABILE, 2020).

Na crise desencadeada pelo novo Coronavírus, os países tomaram medidas acerca da população privada de liberdade, sejam ações para reduzir o contágio do vírus, seja desrespeitando seus ordenamentos jurídicos. Pode-se citar os casos dos EUA, China e Portugal, além do Brasil que será detalhado posteriormente. O sítio eletrônico da ONG *Prison Insider* desde 18 de março de 2020 está realizando um exame das informações prestadas pelos países, no intuito de compilar e informar as populações extramuros sobre como os gestores estão lidando com o Coronavírus no ambiente intramuros. De acordo com a página, até a data de 12 de novembro de 2020, o número de casos e mortes nesses países foram: i) EUA: 194.256 casos confirmados e 1.342 mortes; ii) China: oficialmente há 806 casos confirmados, mas estima-se que há mais do que esse quantitativo, uma vez que não há transparência nos dados; iii) Portugal confirmou a contaminação de 7 pessoas e nenhuma morte.

Algumas ações adotadas pelos Estados Unidos da América foram relacionadas: i) às condições sanitárias e cuidados médicos, em 7 de outubro, a Carolina do Sul foi o primeiro estado a instalar ionizadores de ar nas unidades prisionais. Segundo o diretor Bryan Stirling, o equipamento não elimina totalmente o vírus, mas limita sua disseminação. Em 9 de setembro, nos presídios federais, 93 dos 126 presos que morreram de Covid-19 estavam em situação de vulnerabilidade, um quarto dos presos tinha pelo menos 70 anos de idade e 4 morreram após

diagnósticos de cura da doença. Na data de 14 de agosto, as máscaras não eram obrigatórias para os agentes penitenciários em metade dos estados. Em 1º de abril, o *lockdown* foi decretado em todas as prisões federais. ii) à revisão do cumprimento de pena, em 16 de junho foi informado que entre os meses de março e junho, a população carcerária reduziu em 8%. iii) aos vínculos extramuros, em 19 de agosto, as visitas nos presídios federais começaram retornar progressivamente (*PRISON INSIDER*, 2020).

A China, por sua vez, possui poucas informações. Há denúncias de uso político da pandemia para entravar a liberação de presos e negação de atendimento médico. As visitas foram retomadas em alguns estabelecimentos prisionais do país. Até 30 de março, não havia registros de casos confirmados no local que mais concentra penitenciárias, Xinjiang. Por fim, em Portugal, na data de 6 de maio de 2020, os novos presos foram colocados em quarentena. No mês de abril, 1.867 detentos tiveram a liberdade concedida. Já em maio, houve a autorização para o aumento das chamadas telefônicas aos presos e a informação de que as visitas retornariam no mês junho (*PRISON INSIDER*, 2020).

2. Sistema penitenciário brasileiro

A Lei nº 7.209, Lei de Execução Penal (LEP), foi instituída em 1984 e possui três elementos essenciais: i) bem-estar do presidiário, ii) classificação do condenado e individualização da pena, iii) assistência dentro dos presídios e os deveres do condenado (MARQUES JR, 2009). O capítulo II da lei é denominado “Da Assistência”. Neste capítulo destaca-se a assistência material e à saúde¹⁴.

Apesar da referida norma jurídica estabelecer diversos direitos e deveres dos apenados, o STF, em setembro de 2015, declarou o sistema penitenciário brasileiro como Estado de Coisas Inconstitucional¹⁵. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) apresentou a ADPF nº 347, a qual foi distribuída para o Ministro Marco Aurélio Mello. Dos nove pedidos do partido, o Plenário do STF deferiu, em medida cautelar, dois deles: i) realização, pelos tribunais, de audiências de custódia em até 90 dias¹⁶; e (ii) liberação das verbas do fundo

¹⁴ Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

Art. 14. A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

¹⁵ Originalmente criado pela Corte Constitucional da Colômbia, é reconhecido quando há violação constante de direitos fundamentais e atinge número considerável de pessoas (ADPF Nº 347).

¹⁶ As audiências de custódia foram instituídas em 2015 com o julgamento da ADPF 347 e da ADI 5240. Trata-se de procedimento de apresentar a pessoa presa em flagrante a um juiz em até 24 horas. “O juiz analisa a prisão

penitenciário nacional. *Ex officio*, foi determinado o encaminhamento de informações sobre o sistema penitenciário, pela União Federal e pelo Estado de São Paulo.

Em março de 2020, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) requereu medida cautelar incidental na ADPF nº 347, com o fim de assegurar a saúde dos presos no período de pandemia. Como havia erro processual, em 17 de março de 2020, o Ministro Marco Aurélio de Mello negou o pedido do IDDD, mas “Ante a situação precária e desumana dos presídios e penitenciárias” o ministro levou a questão à Plenário e conclamou aos juízes de execução penal a analisar oito questões¹⁷, a fim de assegurar a saúde e o bem-estar dos detentos (STF, 2020). No dia seguinte, o Plenário do STF não referendou a decisão do ministro relator. Na ocasião foi observado que o CNJ já havia editado a Recomendação nº 62 que versa sobre o tema. Entretanto, como afirmou a professora Dr^a Kátia Sento Sé Mello, o atual momento deixou nítida a “disputa política entre as diferentes esferas do poder sobre quem tem mais direito de dizer qual medida de proteção deverá ser adotada” (MELLO, 2020).

A Recomendação nº 62 trata de medidas para que a Covid-19 não se alastre nos presídios e sistemas socioeducativos. Exerce o papel de zelar pela saúde tanto das pessoas privadas de liberdade, quanto dos servidores que atuam nos presídios e estabelecimentos socioeducativos, magistrados e todos os demais servidores do judiciário. A título de exemplo, tem-se o art. 5º, III, que sugere a prisão domiciliar para as pessoas em regime aberto e semiaberto.

Ademais, em 18 de março de 2020, foi publicada a Portaria Interministerial nº 7, editada pelos ministros, à época, da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, e Saúde, Luiz Henrique Mandetta. A medida tratava acerca das ações que deveriam ser tomadas para o enfrentamento da doença nos estabelecimentos prisionais. Entretanto, a referida Portaria não é baseada na realidade do sistema prisional, vez que um dos principais problemas do sistema é a

sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares. Avalia, ainda, eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades.” (CNJ).

¹⁷ “a) liberdade condicional a encarcerados com idade igual ou superior a sessenta anos, nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; b) regime domiciliar aos soropositivos para HIV, diabéticos, portadores de tuberculose, câncer, doenças respiratórias, cardíacas, imunodepressoras ou outras suscetíveis de agravamento a partir do contágio pelo COVID-19; c) regime domiciliar às gestantes e lactantes, na forma da Lei nº d) regime domiciliar a presos por crimes cometidos sem violência ou grave ameaça; e) substituição da prisão provisória por medida alternativa em razão de delitos praticados sem violência ou grave ameaça; f) medidas alternativas a presos em flagrante ante o cometimento de crimes sem violência ou grave ameaça; g) progressão de pena a quem, atendido o critério temporal, aguarda exame criminológico; e h) progressão antecipada de pena a submetidos ao regime semiaberto” (STF, 2020).

superlotação. A exemplo, tem-se o § 1º, do art. 3º¹⁸, em que discorre-se sobre celas individuais para isolamento ou 2 metros de distância entre os contaminados. O DEPEN, em sua visão, como forma de solucionar a crise, propôs a utilização de contêineres para isolar detentos com diagnóstico positivo (IBCCRIM, 2020). Entretanto, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) acertadamente rejeitou a proposta (RODRIGUES, 2020).

2.1. Perfil da população carcerária brasileira

Tais medidas são alheias à realidade do sistema penitenciário, uma vez que de acordo com dados do INFOPEN de dezembro de 2019, a população carcerária brasileira representava o total de 748.009 pessoas. Esse quantitativo é dividido em: 362.547 (48,47%) em regime fechado; 222.558 (29,75%) presos provisórios¹⁹; 133.408 (17,84%) em regime semiaberto; 25.137 (3,36%) em regime aberto²⁰; e 4.359 (0,58%) com medidas de segurança ou tratamento ambulatorial²¹. A faixa etária dessa população é predominantemente entre 18 e 45 anos. Sendo dividido em: 174.198 (23,29%) entre 18 e 24 anos; 160.834 (21,5%) entre 25 e 29 anos; 129.589 (17,32%) entre 30 e 34 anos; 147.019 (19,65%) entre 35 e 45 anos; 53.696

¹⁸ Art. 3º. § 1º Caso não seja possível o isolamento em cela individual dos casos suspeitos ou confirmados, recomenda-se à Administração Penitenciária adotar o isolamento por coorte e o uso de cortinas ou marcações no chão para a delimitação de distância mínima de dois metros entre os custodiados.

¹⁹ A prisão provisória é também conhecida como cautelar, processual ou sem pena. Suas subespécies são: prisão em flagrante (Capítulo II, do CPP), prisão preventiva (Capítulo III, do CPP) e prisão temporária (Lei nº 7.960/89).

²⁰ Código Penal - Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. ([Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984](#))

§ 1º - Considera-se: ([Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984](#))

a) regime fechado a execução da pena em estabelecimento de segurança máxima ou média;
b) regime semi-aberto a execução da pena em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar;
c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado.

§ 2º - As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso: ([Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984](#))

a) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado;
b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto;
c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

²¹ Código Penal - Art. 96. As medidas de segurança são: ([Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984](#))

I - Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado; ([Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984](#))

II - sujeição a tratamento ambulatorial. ([Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984](#))

(7,18%) entre 46 e 60 anos; e 10.273 (1,37%) com mais de 60 anos. Outro fato que chama a atenção é que não há a informação sobre a idade de 72.400 (9,68%) pessoas.

A linha do tempo da taxa de aprisionamento é outro fator digno de nota. Enquanto a taxa era de 247 em 2010, em 2019 esse parâmetro subiu para 359,40. Assim, o déficit de vagas também aumentou. Em 2010 era de 214.731, isto porque havia 496.251 pessoas privadas de liberdade e 281.520 vagas. Já em 2019, tem-se a falta de 312.925 vagas; o número de presos era de 755.274 e o número de vagas era de 442.349. O que se observa é que mesmo após nove anos o sistema com o número de vagas de 2019 não é capaz de suprir as vagas dos presos de 2010. Em dez anos a população prisional cresceu 281.648, em 2009 tinha-se 473.626 e em 2019 computaram-se 755.274 presos. Sempre houve déficit de vagas no sistema penitenciário. A falta de vagas de 2019 é um dos maiores desde o ano 2000, perdendo apenas para 2015 que o déficit chegou a 327.417 contra o quantitativo de 312.925 do ano de 2019.

Observa-se que a população carcerária cresce demasiadamente. Entretanto, de 2015 a 2019 houve queda em relação ao crescimento de cinco anos antes. Entre 2010 e 2014, a população carcerária cresceu em 125.951 detentos. Já entre 2015 e 2019, a população cresceu o quantitativo de 56.656 pessoas privadas de liberdade. Porém, salienta-se um crescimento muito grande entre os anos 2014 e 2015 computando-se o ingresso de 76.416 pessoas no cárcere. Desde o ano de 2000 foi o período em que a população prisional mais aumentou (o gráfico com a evolução da população nos presídios encontra-se no anexo E).

Do total de 748.009 pessoas em privação de liberdade, de acordo com o INFOPEN de dezembro de 2019, há a predominância do sexo masculino com 711.080 (95,06%) presos e 36.929 (4,94%) mulheres. As vagas nos presídios são divididas da seguinte forma: 409.359 (92,54%) para os homens e 32.990 (7,46%) para as mulheres.

Ressalta-se que única região do país que não figura entre as 10 primeiras posições é a região Nordeste, conforme tabela 6. Conforme se extrai da tabela, a população carcerária no Acre não atinge o patamar de 8.500 pessoas, entretanto, quando comparamos com o percentual que representa da sociedade como um todo, chega-se ao percentual de 0,94%, figurando como o estado com a maior porcentagem de detentos em relação à população total estimada do IBGE. Por outro lado, o Estado de São Paulo é o local com o maior número absoluto de presos, porém, fica em 7º lugar quando comparado com o percentual que representa da população em geral do local.

2.2. Covid-19 nos presídios do Brasil

O DEPEN disponibilizou uma plataforma com casos de Covid-19 nas prisões. Nos cinco presídios federais, oficialmente, duas pessoas se infectaram em Rondônia e já se recuperaram. A população prisional dos presídios federais é de 668, conforme Anexo F. Entretanto, ainda que a plataforma não esteja atualizada, o portal G1 noticiou que o DEPEN confirmou o primeiro caso de contaminação no presídio federal do DF em 19 de maio de 2020 (FERREIRA, 2020).

Em relação aos estados, destaca-se os casos do Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Em 29 de outubro de 2020, o painel do DEPEN informou que a plataforma estava atualizada. Contudo, como está delineado na Tabela 5 e no anexo E, em 29 de outubro de 2020, o Distrito Federal contabilizava 1.867 casos positivos no sistema prisional. O DEPEN, porém, calculava 1.821 pessoas infectadas, ou seja, uma diferença de 46 casos. Adicionalmente, tem-se que a SES/DF, por intermédio de boletins epidemiológicos, atualizados diariamente entre 17h e 18h, em nenhum momento computou o número exato de 1.821 casos confirmados (Tabela 7). O período que se aproximou desse número foi entre 21 e 22 de setembro com 1.815 e 1.828 casos confirmados, respectivamente. Assim, observa-se que o painel do DEPEN está desatualizado, em relação ao DF, há mais de um mês.

No que concerne o Estado do Espírito Santo, o que chama a atenção é o número de recuperados. Segundo o DEPEN, menos da metade dos infectados estão recuperados e há 5 óbitos. Entretanto, no portal da Secretaria de Justiça (SEJUS) do Governo do Estado do Espírito Santo, até 28 de outubro de 2020, havia 763 presos curados, 5 óbitos e 3 casos ativos, conforme anexo F. Além disso, um inquérito sorológico do sistema prisional aponta que de 22 mil pessoas privadas de liberdade, aproximadamente 7 mil já haviam contraído a doença (G1 ES, 2020).

O caso de Minas Gerais é emblemático. Segundo o painel do DEPEN, há 327 pessoas infectadas, 2.386 recuperados e 10 óbitos, ou seja, não foi seguida a lógica de apuração dos outros estados em que os recuperados entram no cálculo das detecções. O Boletim de Dados Suplementares nº 7 de Minas Gerais, por sua vez, informa que, até 27 de outubro de 2020, foram notificados 2.454 casos. Isto porque existiram 90 surtos em unidades prisionais e socioeducativas e 12.794 pessoas foram expostas entre funcionários e pessoas privadas de liberdade.

Outro estado que também chama a atenção é o Mato Grosso do Sul. O estado, em 29 de outubro de 2020, já contava com o alto número de 3.135 casos confirmados no sistema penitenciário. Desses, 227 eram servidores, 2.889 internos e 19 monitorados (AGEPEN, 2020). Em relação aos internos, observa-se a diferença de 30 casos em relação aos dados do DEPEN. São Paulo, por seu turno, é o estado com o maior número absoluto de presos (218.909) e também o local com mais infectados e casos fatais, 9.954 e 33, respectivamente. A Tabela 5 possui os dados compilados do painel do DEPEN, além do Anexo F.

Outros pontos observados é que o painel não informa as fontes de consulta para alimentação dos dados. Em relação aos testes, apresentam somente o número total e não separam por unidades da federação. Além disso, não é informada a situação dos presos confirmados que não se recuperaram, se estão em isolamento nas unidades prisionais, se estão em observação nas unidades de saúde ou se estão na UTI, e qual o perfil dos infectados e dos casos fatais. Conforme o exposto acima, o que se observa é que o painel do DEPEN não informa sobre a realidade, ou informa de forma precária sobre os dados da Covid-19 nos presídios.

O CNJ, por intermédio dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF), com parceria com os tribunais do país, repassam dados acerca da situação da doença nos presídios. De acordo com o Boletim Semanal publicado em 28 de outubro de 2020, atualizado até 26 de outubro de 2020, o Brasil registrava 205 óbitos no sistema carcerário, sendo 86 de servidores e 119 pessoas privadas de liberdade, com aumento de 6,8% em relação ao mês anterior. O total de casos foi de 46.215, aumento de 23,1% em relação aos 30 dias anteriores, sendo 11.081 servidores e 35.134 presos. Em relação número de testes, até 15 de outubro de 2020, 115.865 detentos e 51.306 em servidores tinham sido testados. O DF informou ao CNJ o quantitativo de 9.176 de testes realizados em detentos e 6.488 realizados em servidores (CNJ, 2020). Além disso, há o Monitoramento Quinzenal, publicado em 28 de outubro, no DF, a informação sobre as equipes de saúde foi de que: “Todas as unidades prisionais equipadas com equipe de saúde multidisciplinar, com atendimento das 8h às 19h. A unidade destinada à alocação dos pacientes penitenciários que testaram positivo para Covid-19 também com atendimentos aos sábados, das 8h às 12h” (CNJ, 2020).

3. Sistema penitenciário do Distrito Federal

O painel do DEPEN sobre a Covid-19 nos presídios informa que até o fim de outubro a população carcerária do DF era de 15.090 presos. Desses, apenas 40 pessoas estão no presídio federal. Segundo o GDF, até 31 de outubro de 2020, 1.868 presos foram contaminados pela Covid-19, sendo que na PFDF não houve casos da doença. A informação acerca dos dados é divulgada pela Secretaria de Saúde do DF por intermédio de boletins epidemiológicos. As únicas informações passadas sobre a população privada de liberdade são o número de casos positivos, percentagem, número por 100 mil habitantes e os óbitos em uma linha denominada “população privada de liberdade”. Os boletins informam apenas o número de casos, mas não há uma divisão por cada unidade prisional.

Até 31 de outubro, o GDF emitiu 243 boletins epidemiológicos. Os boletins começaram em 26 de fevereiro de 2020, entretanto, a população privada de liberdade apareceu de forma expressa somente em 20 de abril de 2020 computando 85 casos. Nos dias 18 e 19 de abril de 2020, os casos foram contabilizados na RA de São Sebastião. No dia 18 de abril de 2020, foram notificados 60 casos da doença no Complexo da Papuda (BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS Nº 47-49). Antes desse período, a Agência Brasília, com informações da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal (SESIPE/DF), informava acerca da situação dos presídios no DF. Em 17 de abril de 2020, 41 pessoas haviam se infectado com a doença (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2020). Até 7 de abril de 2020, não havia casos positivos de detentos na Papuda, de acordo com informações da VEP (TJDFT, 2020).

Segundo informações da VEP, o primeiro caso ocorreu no dia 8 de abril de 2020 e no dia seguinte, 9 de abril de 2020, já contabilizava 14 casos. Nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2020, não foi possível obter informações acerca dos casos, a VEP, a Agência Brasília ou a SESIPE não divulgaram os dados, ou divulgaram de uma forma que não é possível encontrar nos *sites*. O próximo dado é de 13 de abril de 2020, divulgado pela SESIPE e pela Agência Brasília.

Na Tabela 7, é possível observar os dados disponibilizados acerca da Covid-19, o que chama a atenção para os dias 27 e 28 de maio; 6, 7, 8, 13, 14, 15, 27, 28 e 29 de junho; 3, 4, 5, 10, 11, 12, 18 e 19 de julho, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 18, 19, 10, 22, 23, 24 e 25 de agosto; 22, 23, 24, 25, 25, 26 e 27 de setembro; 9, 15, 18 e 27 de outubro. Isto porque os dados mudam bastante e a secretaria de saúde, nos boletins epidemiológicos, informa apenas que “Dados sujeitos à alteração após investigação epidemiológica” e não argumenta o que ocorreu com os casos que sumiram das estatísticas. O caso de setembro chama a atenção porque o

período de destaque acima foi o único com estabilidade, nos outros dias do mês, os casos oscilaram consideravelmente. Além disso, destaca-se que no mês de abril foram registrados 184 casos, maio 574 casos, junho 580 casos, julho 359 casos, agosto 85 casos, setembro 47 casos e outubro 25 casos.

O IBGE estima que a população do DF em 2020 seja de 3.055.149. Até 31 de outubro de 2020, o DF registrou 186.994 casos confirmados de residentes na capital federal. Assim, tem-se o percentual de aproximadamente 6,12% da população infectada. Em 31 de outubro de 2020, os casos confirmados de Covid-19 dos detentos do DF eram de 1.868, isso equivale a aproximadamente 12,37% da população privada de liberdade. Ou seja, mais que o dobro do percentual em relação à população geral do DF.

3.1. “Reunião sobre o Covid-19 no sistema carcerário do Distrito Federal”²²

Em 25 de maio de 2020, no período vespertino, assisti como ouvinte, a convite de meu orientador, que também participa da Frente Distrital pelo Desencarceramento, o encontro intitulado “Reunião sobre o Covid-19 no Sistema Penitenciário do Distrito Federal” promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), realizada pela plataforma *Zoom* e transmitida ao vivo pela rede social *Facebook*.

A reunião foi solicitada pela deputada federal Erika Kokay (PT) e o convite aos participantes foi feito pelo deputado Helder Salomão (PT), presidente da comissão. Além dos deputados citados, participaram do encontro, o deputado distrital e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF Fábio Felix (PSOL), o então Subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, Adval Cardoso; a Diretora-Executiva da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP), Deuselita Martins; o Defensor Público e Coordenador do Núcleo de Execuções Penais da Defensoria Pública do DF, Reinaldo Rossano; o Defensor Público Werner Rech; o Conselheiro Supervisor do DMF-CNJ, Mário Guerreiro, o Representante da Frente Distrital pelo Desencarceramento, Samuel Borges; o Representante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Ribamar Araújo; a Promotora de Justiça do Núcleo de Fiscalização do Sistema Prisional do MPDFT, Cláudia Tomelin; o Promotor do Núcleo de Controle do Sistema Penitenciário do MPDFT, Jorge Mansur; e a Gerente de Saúde Prisional do DF, Simone Souza.

²² CDHM. **Reunião sobre o Covid-19 no Sistema Penitenciário do Distrito Federal**. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/cdhmcamara/videos/1206893239703976/?_rdc=1&_rdr> Acesso em: 14 nov. 2020.

O presidente da comissão iniciou a reunião relatando que, de acordo com o CNJ, até 5 de maio de 2020, o DF era responsável por 70% dos casos diagnosticados da doença nas unidades prisionais do país. Além do alto número, a CDHM recebeu diversas denúncias acerca da não eficiência em relação às medidas de contenção da Covid-19 nos presídios, além da falta de informação pelos familiares sobre os detentos. O deputado reconheceu as dificuldades inerentes ao sistema prisional e propôs a reunião para entender o que realmente está ocorrendo no DF e o que está sendo feito para sanar os problemas. Por fim, ele argumentou sobre a visão preconceituosa que uma parcela da população tem dos presos e salientou que, caso o sistema penitenciário não seja contido em relação à doença, pode ser um ambiente de contaminação extramuros.

Após, a deputada Erika Kokay passou a discorrer sobre o número elevado de contaminados no DF em relação aos demais estados. Adicionalmente, em proporção o número de casos do Complexo da Papuda é maior do que do DF como um todo. Além disso, a deputada, a partir de reuniões com os familiares, levou as reivindicações para a reunião da CDHM, como a necessidade de implementação das visitas virtuais, uma vez que as mensagens via *whatsapp* ou por telefone não estavam sendo eficazes como forma de suprir visitas presenciais. A parlamentar chamou a atenção também para a necessidade de realizar testes em todos os policiais penais e demais trabalhadores do sistema prisional, como os profissionais da limpeza. O hospital de campanha foi outro ponto levantado, segundo ela de acordo com informações do GDF, na semana seguinte ao dia 25 de maio, o hospital de campanha estaria pronto. Por fim, ponderou que são indivíduos isolados e mesmo assim aglomerados.

O deputado Fábio Felix ponderou que recebeu entre 200 e 300 denúncias sobre a crise no sistema penitenciário e que parte delas tornou-se denúncia formal na comissão de direitos humanos do DF. Os familiares vivem momento de angústia porque não há informações e explicação sobre a realidade do sistema prisional do DF.

O subsecretário do Sistema Penitenciário do DF, à época, relatou que todas as medidas realizadas pela instituição são fiscalizadas pelo MPDFT, DPDF, SES/DF e VEP. Em relação às visitas virtuais, ele pondera que há uma dificuldade enorme em relação ao acesso à *internet* no Complexo da Papuda. Adicionalmente, argumentou que o Estado não pode soltar os presos indiscriminadamente, para que não haja reflexos negativos para a sociedade extramuros.

O defensor público Werner Rech ponderou sobre a falta de confiabilidade dos testes rápidos e argumentou que os testes realizados em toda a população carcerária deveria ser o RT-PCR, tido como padrão ouro. O representante do CNJ parabenizou a VEP e relatou que a

vara estava sendo vítima da própria eficiência, uma vez que outros estados não estavam testando o suficiente.

O Juiz que representa o TJDF, relatou sobre as medidas tomadas pelo Tribunal e mostrou números. Segundo ele:

(...) o desembargador determinou a criação de uma comissão interdisciplinar para acompanhar a situação da Covid no sistema prisional. Essa comissão é interdisciplinar, tem a participação de todos que se envolve na relação com o presídio, todos na área técnica, temos saúde, promotor de justiça, defensor, OAB, juiz da corregedoria, juiz da presidência e a juíza da VEP e o sistema penitenciário: polícia civil e SESIPE, e toda semana nós nos reunimos para tratar desse problema. (...) Tudo o que é tratado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal a respeito de sistema penitenciário está disponível em ampla transparência no site do Tribunal de Justiça. Quando abre a página do site, tem um banner bem grande lá "Acompanhamento Covid, sistema prisional.

(...)

Nós temos um número, até ontem, de 66 prisões humanitárias, (...), 1882 progressões, (...), nós temos hoje 903 pessoas do regime semiaberto que estão com tornozeleiras eletrônicas. Não processamento de novas demandas para evitar que se entre no sistema. Todos os dias a Vara de Execução Penal recebe novas cartas de sentença, ou seja, sentenças penais transitadas em julgado que precisam entrar no sistema, ou seja, ela vai ter que expedir o mandado de prisão, ela está postergando todos aqueles crimes sem violência ou grave ameaça. Hoje, nós temos 52 cartas de sentença, (...) ela está postergando porque não foram crimes cometidos com violência.

(...)

Só nesta época de pandemia, 1 mês e pouco depois da declaração da Organização Mundial da Saúde, a Vara de Execução Penal proferiu decisões individuais em 4.547 casos.

(...)

Em relação aos testes, foram realizados 3.988 testes no sistema penitenciário na entrada e naqueles que têm suspeitas. (Transcrição da autora)

A representante do MPDFT falou que todas as decisões se pautaram em critérios técnicos-científicos. Além disso, a promotora ressaltou que o CIR praticamente não estava superlotado em 25 de maio de 2020 e salientou sobre a ação do dia das mães e como gerou satisfação dos familiares.

Representantes da Frente pelo Desencarceramento e Mecanismo de combate à Tortura observaram que os policiais penais e servidores do sistema carcerário levam a doença para os presídios, uma vez que as visitas estavam suspensas. Chamaram a atenção também para o fato de que as tornozeleiras eletrônicas não estavam sendo usadas, apenas em torno de 900 estavam sendo usadas pelo GDF quando, na verdade, a previsão contratual era de 6 mil unidades. Salientaram a necessidade de transformar os números em nomes.

Em relação à Saúde, destaco trecho da fala da Gerente de Saúde Prisional do DF que relatou que casos de Covid-19 nos presídios já eram esperados:

A gente tem trabalhado nessa esperança de que a gente não entrasse no caos. Então, a gente não tava aqui no sonho de Cinderela de não ter Covid-19 dentro do sistema prisional. Então a gente trabalhou muito na prevenção no começo e depois a gente

começou a tentar mitigar os efeitos nocivos dentro daqueles vulneráveis. Então foi feita a separação toda daqueles vulneráveis, idosos, aqueles que têm comorbidades e a gente tem tentado fazer com que a gente consiga trabalhar com os poucos recursos que a gente tem. Então a gente não tem a esperança de não haver nenhuma morte, mas uma morte que houve já sensibiliza muita gente, só que é uma coisa que infelizmente é o esperado. A gente sabe que o esperado é que vá acontecer algumas mortes sim. Até porque a gente tem pessoas com a saúde já debilitada dentro do sistema.

(...)

A questão que eu fico meio preocupada também é a questão do absenteísmo. A gente tá sendo muito demandado e chegou a um momento que eu tenho 50% de médicos lotados na Papuda em afastamento, alguns porque são do grupo de risco e alguns porque contraíram já o covid-19 também e outros por outros motivos de saúde. (Transcrição da autora)

O que se observou foi que TJDF, MPDF, SESIPE e CNJ, órgãos que deveriam se fiscalizar e se questionar, estavam convergindo suas posições institucionais no sentido de aparentar estar tudo sob controle e que se estava fazendo uma boa gestão do caos, mesmo com várias reivindicações de melhora e com altos números de contaminados e que o índice de letalidade do vírus no sistema penitenciário do DF era baixo.

3.2. “Os desafios do sistema penitenciário no cenário da pandemia do covid-19”²³

Participei ainda no dia 25 de maio de 2020, como ouvinte, a convite do meu orientador, da *live* intitulada “Os desafios do sistema penitenciário no cenário da pandemia do covid-19”, realizada pela rede social *Instagram* e posteriormente disponibilizada na plataforma *YouTube*, promovida pela Defensoria Pública do DF (DPDF). A reunião foi moderada pela Professora Dr^a Camila Cardoso de Mello Prando, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD/UnB), e teve como convidado o Defensor Público e Coordenador do Núcleo de Execuções Penais da Defensoria Pública do DF, Dr. Reinaldo Rossano. A *live*, marcada para 16h, foi postergada para 16h20, uma vez que o Defensor Público também estava participando da reunião da CDHM.

O objetivo do encontro foi discorrer sobre a atuação da DPDF no contexto da pandemia do sistema prisional do DF. Quando da realização da *live*, segundo a professora, havia 870 presos e policiais com diagnóstico positivo da doença. A professora Camila

²³ DPDF. OS DESAFIOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO CENÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19. Defensoria Pública do Distrito Federal. Distrito Federal. 2020. 1 vídeo (52min11). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ph0RPSNYQzo&t=2692s&ab_channel=DefensoriaP%C3%BAblicadoDistritoFederal> Acesso em: 14 nov. 2020.

apontou que os familiares, a sociedade civil e a CDHM relataram a falta de transparência sobre o caos nas unidades prisionais do DF e diversos outros problemas enfrentados.

A docente citou a reunião da CDHM e apontou o posicionamento de alguns representantes no sentido de que o GDF estava sendo eficiente no combate à pandemia, quando na verdade deveria ser analisado os problemas decorrentes do número de contaminados e a narrativa de que há transparência em relação ao caos instalado no DF no que tange às pessoas privadas de liberdade. Camila questionou o Reinaldo sobre como a DPDF estava atuando em relação à transparência dos órgãos. O defensor discorreu sobre a superlotação dos presídios do DF e sobre o déficit de servidores. Ele continuou afirmando que o sistema penitenciário já era precário antes da pandemia e que a tendência é piorar com o momento que vivemos.

Adicionalmente, ele afirmou que há 1.300 pessoas do grupo de risco no Complexo da Papuda e que não há possibilidade, seja por pessoal, seja por estrutura dessas pessoas serem tratadas nos presídios. Uma vez que em maio o sistema possuía 12 médicos e como ponderou a gerente de saúde na reunião da CDHM, metade estava de licença. Entretanto, as prisões domiciliares são indeferidas com o argumento de que é possível atender os detentos dentro do sistema, ou como argumenta Campello (2020) haveria naturalização ao contágio confinado.

A professora Camila propôs seguir a *live* a partir da transparência em relação às 1.300 pessoas do grupo de risco, uma vez que as instituições devem observar os direitos dos presos. A partir disso, ela questionou “quanto tempo a defensoria levou para acessar a lista de pessoas em grupo de risco para que a defensoria pudesse tomar as medidas necessárias para solicitar a soltura individual?”. Em suma, a DPDF considerava que o pedido coletivo de soltura das pessoas em grupo de risco fosse concedido. Segundo o defensor:

o pedido no sentido de que o Estado sinalização para o familiar o seguinte ‘nós não temos condições de cuidar do seu familiar nessa situação de pandemia, vamos colocá-lo em uma residência, ou na sua residência, ou em outro local’ e poderia ser monitorado porque a gente tem as tornozeleiras eletrônicas disponíveis. (Transcrição da autora)

Importante notar que com a fala do Dr. Reinaldo, pode-se concluir que com base no ordenamento jurídico brasileiro, como o Estado não possui condições de atender minimamente a demanda, deveria soltar os detentos, vez que eles não foram sentenciados a serem infectados e vir à óbito em razão do novo Coronavírus. Porém, como bem apontado em entrevista realizada com representantes do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro (MEPCT/RJ), o poder judiciário brasileiro “opera de uma maneira

muito descolada da realidade, muito em cima do que deveria ser, em vez do que de fato é” (GODOI, CAMPELLO, MALLART, 2020). Em complementação, digno de nota também argumento trazido por Vasconcelos, Machado e Wang (2020) de que o poder judiciário não se vê como ator na dinâmica do superencarceramento no Brasil.

Após o indeferimento da VEP/DF, a DPDF ingressou com um *habeas corpus* coletivo, momento em que o Tribunal também indeferiu sob o mesmo argumento de que o sistema penitenciário possuía condições de zelar pela saúde das pessoas que eventualmente fiquem doentes. O STJ também negou o recurso contra o indeferimento do TJDFT.

As listas de pessoas do grupo de risco foram solicitadas para cada unidade prisional, segundo o defensor, alguns demoraram e na semana anterior ao dia 25 de maio, o PDF I e o PDF II disponibilizaram os nomes. A partir disso, a DPDF chegou ao número de 1.300 pessoas. Desse total, até 25 de maio de 2020, somente 66 pessoas haviam saído das unidades prisionais.

Houve crítica também sobre os relatórios médicos elaborados pela equipe de saúde dos presídios. Segundo o defensor, no documento constava que “ele foi medicado e está passando bem”. Aliás, segundo o defensor falou sobre o Conselho Regional de Medicina (CRM), atestou que é possível tratar das pessoas em unidades prisionais.

3.3. Medidas de enfrentamento da Covid-19 nos presídios do DF

O TJDFT criou em seu site uma aba intitulada “ENFRENTAMENTO À COVID-19 NO SISTEMA PENITENCIÁRIO”. O espaço é destinado para divulgar as ações do Tribunal acerca do tema (TJDFT, 2020).

A primeira publicação, em 12 de março de 2020, é relativa à suspensão das visitas no sistema carcerário, no período de 12 de março de 2020 a 22 de março de 2020. A determinação foi realizada pelo então Subsecretário do Sistema Penitenciário do DF, após consulta à VEP e o MPDFT (TJDFT, 2020). Em 16 de março de 2020, houve a publicação acerca da suspensão de apresentação das pessoas em regime domiciliar, livramento condicional e suspensão condicional da pena, pela VEPERA, no mês de abril. A ação foi baseada na Portaria Conjunta 33 do TJDFT. Além disso, audiências admonitórias e de advertência também foram suspensas nos meses de março e abril (TJDFT, 2020).

Em 17 de março de 2020, a VEP/DF suspendeu suas audiências no período compreendido entre 17/3/2020 a 30/4/2020. As únicas audiências mantidas foram dos

sentenciados em cárcere (TJDFT, 2020). Em 18 de março de 2020, foram divulgadas as decisões da reunião do grupo de trabalho realizada em 17 de março de 2020. Foi observado que até a data não havia casos no sistema penitenciário do DF e elencadas as 8 medidas tomadas²⁴, dentre elas, a ampliação do tempo de banho de sol dos apenados e isolamento dos presos idosos (TJDFT, 2020).

Em 21 de março de 2020, foi publicado acerca da decisão da juíza titular da VEP sobre a antecipação da progressão da pena dos detentos com direito ao regime aberto, até 120 dias após a decisão. Além do mais, ficaram suspensos: i) trabalho externo dos presos no CDP, CPP, PFDF e Núcleo de Custódia da Polícia Militar (NCPM); ii) trabalho interno dos maiores de 60 anos; iii) saída temporária prevista para o intervalo de 9 a 13 de abril de 2020; iv) saídas a cada 15 dias; e v) saídas terapêuticas e especiais das pessoas lotadas na Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP). Foi concedido, ainda, que idosos e internados na ATP pudessem fazer ligação para algum familiar. Por fim, foi admitida a remição ficta dos presos que foram impedidos de realizar trabalho externo e dos estudantes que tiveram as atividades suspensas (TJDFT, 2020).

Em 23 de março de 2020, a VEP divulgou uma nota oficial e afirmou que não havia casos no sistema penitenciário. Adicionalmente, foi enviada uma carta para as pessoas privadas de liberdade relatando sobre a pandemia e informando acerca da antecipação da progressão de pena (TJDFT, 2020). No dia 31 de março de 2020, a VEP esclareceu acerca das pessoas colocadas em liberdade. A vara informou que para cada pessoa solta são analisados critérios objetivos e diferentemente do que a mídia divulgou, não foram soltas mais de 200 pessoas em razão da antecipação da progressão e remição ficta, por exemplo. O quantitativo é referente a toda a população colocada em liberdade e isso inclui quem progrediu normalmente (TJDFT, 2020). No dia 3 de abril, deu-se visibilidade à inspeção realizada no CPP e CIR. Por fim, no dia 7 de abril de 2020, a VEP informou que, até a data, não havia casos confirmados da doença nas unidades prisionais (TJDFT, 2020).

²⁴ 1) suspensão da visitação a presos até 27/3;

2) ampliação do banho sol para 3 horas diárias;

3) isolamento dos presos idosos e daqueles que exercem trabalho externo, dos demais presos;

4) imposição de quarentena para os novos presos e para aqueles que retornam das saídas temporárias;

5) solicitação formal, pela VEP, à Secretaria de Saúde para ampliação da escala e do efetivo das equipes de saúde nas unidades, além de aquisição de material próprio para a prevenção;

6) retomada e ampliação do atendimento religioso, com observação de regras de restrição de contato;

7) palestras e orientações da equipe de saúde para presos e policiais penais;

8) incremento da rotina de higienização dos ambientes prisionais, inclusive com atuação da vigilância sanitária nas cozinhas onde são preparadas as refeições dos detentos.

Instituiu-se, em 27 de abril de 2020, pela Portaria Conjunta 28 do TJDF, a Comissão Provisória para acompanhamento situacional da doença no sistema prisional do DF. A comissão é composta por, conforme seu art. 2º, I – Juiz Assistente da Presidência do TJDF, que presidirá a comissão; II – Juiz Assistente da Corregedoria de Justiça do TJDF, que substituirá o presidente nos impedimentos; III – Juiz de Direito Titular da Vara de Execução Penal do Distrito Federal; IV – Representante do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; V – Representante da Defensoria Pública do Distrito Federal; VI – Representante da Ordem dos Advogados do Brasil; VII – Representante da SESIPE e VIII – Representante da PCDF. Nesse ponto, salienta-se que a comissão é composta somente por juristas e/ou iniciados no Direito, além de ser realizada à revelia do art. 14 da Recomendação nº 62 do CNJ.

A juíza titular da VEP informou, em 30 de abril de 2020, a contaminação de um detento lotado no CDP e que 10 policiais penais lotados no CIR haviam se contaminado, mas que a "Situação do sistema prisional no DF segue sob controle" (TJDF, 2020). Já na data de 10 de abril de 2020, a VEP informou que 19 policiais penais e 10 presos foram diagnosticados com Covid-19; 9 estavam no CDP e os outros 5 detentos estavam no CIR, informou, ainda, que foram isolados. Adicionalmente, houve manifestação do Secretário de Segurança Pública do DF acerca do hospital de campanha do Complexo da Papuda. Segundo ele, após todas as análises, a previsão de entrega era de 10 dias (TJDF, 2020).

Em 14 de abril de 2020, a VEP/DF informou que 35 presos tiveram a prisão domiciliar humanitária concedida, isto porque havia recomendação médica para tratamento contínuo que não é disponibilizada nas unidades prisionais. Foi informado ainda que todos os 35 casos foram analisados e o MPDF se manifestou, além disso, não houve solicitação da SESIPE para prisão domiciliar de todos os presos do grupo de risco da Covid-19, como divulgou a imprensa (TJDF, 2020).

No dia 15 de abril de 2020 houve a divulgação de que a VEP negou pedido coletivo da Defensoria Pública do DF acerca da prisão domiciliar dos presos do grupo de risco. Além disso, na decisão a juíza titular da VEP aduz que: “o recente diagnóstico de policiais penais e internos com a doença COVID-19 não surpreendeu este Juízo, menos ainda os demais gestores do sistema penitenciário” (TJDF, 2020).

Divulgou-se, em 27 de abril de 2020, que a juíza titular da VEP, respondeu à “carta aberta dos familiares – protesto online”. Inicialmente, a VEP esclareceu que a decisão de limitar os atendimentos dos advogados nos presídios foi por intermédio de reunião entre a OAB/DF e a SESIPE. Ação apoiada pela VEP. Adicionalmente, informa que OAB/DF e

SESIPE iniciaram tratativas para os chamados “parlatórios virtuais”. Observou também que a proibição de entrada de dinheiro nos estabelecimentos prisionais deu-se na tentativa de conter mais uma forma de entrada do vírus no local. Relatou sobre alimentação, disponibilidade de televisão, banho de sol, comunicação extramuros, visitas e cadastros de visitantes. Consignou que não há a possibilidade de divulgação pública de nome dos contaminados com a Covid-19, mas que todos os casos positivos estão sendo comunicados para as respectivas famílias. Vejamos:

A quantidade de agentes e pessoas privadas de liberdade contaminadas se deve provavelmente ao fato de que no DF mais de 400 deles foram testados, pois o GDF efetivamente envidou esforços e os disponibilizou para o sistema prisional. Não sei se os demais sistemas prisionais afetos aos Estados da Federação realizaram testes e se o fizeram naquela quantidade, motivo pelo qual entendo precipitada qualquer comparação relativa a números de pessoas contaminadas (TJDFT, 2020).

O TJDFT, representado pelo seu presidente, na data de 30 de abril de 2020, emitiu nota acerca das ações tomadas nas unidades prisionais em meio a pandemia. O Tribunal informa que assim que a OMS declarou a pandemia, a SES/DF forneceu o Plano de Contingência para Epidemia da Doença causada pelo Coronavírus 2019 no Distrito Federal para SESIPE. Ressalta ainda as medidas tomadas desde meados de março:

separação dos(as) presos(as) idosos(as), gestantes e lactantes; suspensão temporária de benefícios externos e de visitas; ampliação do horário de trabalho das equipes de saúde e estabelecimento de plantão aos finais de semana; intensificação das ações de limpeza das celas, alas e pátios; realização de palestras para os policiais penais voltadas para esclarecimentos referentes à prevenção da contaminação pela COVID-19; triagem semanal de todos os presos e separação daqueles que apresentem sintomas compatíveis com a COVID-19; criação de protocolo para o afastamento de policiais penais que apresentem suspeita ou confirmação de contaminação; implantação do parlatório virtual para o atendimento aos presos pelos advogados; suspensão de escoltas não urgentes ou essenciais; antecipação da campanha de vacinação contra a gripe no sistema penitenciário; redução das transferências e suspensão dos recambiamentos de presos; realização de quarentena de novos presos, bem como daqueles eventualmente transferidos para outra unidade; construção de um hospital de campanha no Complexo Penitenciário, com 30 leitos de internação de 10 leitos de UTI; remessa diária de Boletim de Saúde Prisional referente a cada estabelecimento prisional e, ainda, boletins referentes aos números de custodiados e servidores das casas penais contaminados; entre outras. (TJDFT, 2020).

Em 4 de maio de 2020, a VEP concordou com ofícios da SESIPE e liberou a entrada de comida, itens de higiene e dinheiro nos presídios. Além disso, ressaltou que a Ala de Custódia do HRAN estava recebendo somente pessoas com a doença (TJDFT, 2020). Já no dia 6 de maio de 2020, mais quatro blocos do CDP passaram a receber detentos. Além disso, a magistrada titular da VEP realizou inspeção sanitária acerca dos alimentos (TJDFT, 2020).

Em 7 de maio de 2020, foi divulgada a ação do Dia das Mães. Os detentos diagnosticados com Covid-19 receberam vídeos com duração de até 1 minuto dos seus familiares (TJDFT, 2020). No dia 8 de maio de 2020, foi divulgado que a Comissão Provisória que analisa a questão da pandemia no sistema carcerário se reuniu para analisar as medidas adotadas, além disso foi informado que dois blocos no Complexo da Papuda iriam começar a ser utilizados, conforme autorização da VEP e do GDF (TJDFT, 2020).

Divulgou-se, em 13 de maio de 2020, que a VEP indeferiu pedido realizado pelo Sindicato dos Policiais Penais do DF – SINDPEN/DF de que o GDF testasse a cada 15 dias os policiais penais. Em 15 de maio foi publicada nova reunião da Comissão Provisória. Na ocasião, destacou-se que o DF já havia realizado mais de 2.800 testes e que “a divulgação das ações da comissão constitui instrumento essencial para combater as *fake news*, pois a transparência das iniciativas dos atores públicos do sistema prisional combate a disseminação de informações distorcidas” (TJDFT, 2020). No mesmo dia, a VEP/DF forneceu dados sobre os presos em regime semiaberto do DF ao STJ em razão de pedido da DPDF para que todos os presos no semiaberto que foram impedidos de realizar trabalhos extramuros pudessem adquirir a prisão domiciliar assim como a Corte concedeu aos detentos de Minas Gerais (TJDFT, 2020).

Em 17 e 19 de maio de 2020, a VEP divulgou nota em razão dos óbitos do policial penal e do detento, conforme exposto anteriormente (TJDFT, 2020). Ainda no dia 19, a VEP apresentou alguns dados acerca das atividades da unidade e esclareceu que a Vara desde o início da pandemia está trabalhando em mutirão para atender toda a demanda.

Informou-se, no dia 22 de maio de 2020, que a Comissão Provisória havia se reunido no dia anterior e destacava-se que grande parte dos contaminados já estava curada; de 820 diagnósticos da doença, entre policiais e presos, 440 já estavam livre do vírus, e a taxa de letalidade do vírus no Complexo da Papuda é baixo (TJDFT, 2020).

Em 26 de maio de 2020, o TJDFT publicou acerca da reunião da CDHM que tratou do sistema penitenciário do DF. Ressaltaram a fala do representante do CNJ sobre como o DF está sendo eficaz na realização dos testes, e ainda salientou que o “DF está sendo vítima de sua própria eficiência”, uma vez que, até aquele momento, era a unidade da federação que mais havia feito testes nas unidades prisionais (TJDFT, 2020). No dia 2 de junho de 2020, a VEP comunicou a morte de outro detento que ocorreu no dia 1º de junho de 2020, a Vara argumentou que o interno não apresentava histórico de doença e que faleceu no mesmo dia em que foi internado no HRAN. Ainda no dia 2, a Juíza titular da VEP, realizou inspeção em todas as unidades no presídio do DF. Dialogou com alguns presos, momento em que

solicitaram uma melhor alimentação (TJDFT, 2020). Além disso, observou que “Considerando que a densidade demográfica dentro do Complexo da Papuda é três vezes maior que a dos demais espaços territoriais do DF no que se refere ao número de habitantes por Km², a VEP/DF acredita que as medidas que vêm sendo adotadas têm sido acertadas” (TJDFT, 2020).

Conforme relatado em momento anterior, em 19 de junho de 2020, as visitas virtuais foram implementadas na PFDF. Em 23 de junho de 2020, o TJDFT divulgou a realização de audiência por videoconferência com os internos do CDP I. Nos primeiros dias, o procedimento já havia sido realizado com 132 detentos. A unidade possui cinco salas para as visitas (TJDFT, 2020).

Já em 2 de julho de 2020, a VEP manteve as medidas para que a doença não se alastrasse nos presídios. Apesar das várias pessoas curadas da Covid-19, entre policiais penais e presos, a Vara lamentou a 3ª morte de interno e de 1 policial penal (TJDFT, 2020).

Em 13 de julho de 2020, a VEP negou pedido da defensoria pública do DF acerca da prisão domiciliar coletiva. Segundo a magistrada titular da VEP:

É no mínimo temerária a formulação de pedido de concessão coletiva de Prisão Domiciliar a tais pessoas, de forma indiscriminada, em especial quando estas estão recolhidas em local no qual possuem acesso a atendimento médico qualificado e monitoramento constante por parte da equipe de saúde do sistema carcerário e o tratamento seria bruscamente interrompido, sem nenhuma indicação médica apta a lastreá-lo (TJDFT, 2020).

Foi publicado, em 21 de julho de 2020, que a VEP manteve a suspensão de saídas temporárias dos presos até a data de 20 de agosto de 2020. Além disso, postergou a progressão antecipada para até 15 de novembro de 2020 (TJDFT, 2020). Em 27 de julho de 2020, à TV Brasil, o juiz assistente da Corregedoria do TJDFT informou que as visitas virtuais foram a solução para minimizar a distância dos presos com os familiares (TJDFT, 2020). Em 30 de julho de 2020, conforme já exposto acima, a VEPERA suspendeu o comparecimento presencial para apresentação nos meses de agosto de outubro (TJDFT, 2020).

Nos dias 31 de julho, 3 e 7 de agosto de 2020, foi comunicado acerca do retorno das audiências criminais de pessoas em privação de liberdade e Júri popular presenciais, com as devidas medidas de segurança para não disseminar o vírus (TJDFT, 2020). Como já exposto anteriormente, foi publicado no dia 10 de agosto de 2020 acerca das visitas virtuais nos Dia dos Pais (TJDFT, 2020). No dia 19 de agosto de 2020, o TJDFT apresentou dados acerca das audiências com réus presos. Foram realizadas 1.378 audiências por videoconferência e 128

audiências presenciais em agosto (TJDFT, 2020). Em 20 de agosto de 2020, conforme também exposto anteriormente, foi publicado acerca da retomada dos benefícios no mês de setembro. Até o fim de outubro, a última publicação constante foi em 11 de setembro de 2020, sobre o retorno dos benefícios e da volta das visitas dos familiares (TJDFT, 2020).

A Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) informou que desde meados de maio, os números são divulgados pela SES/DF e algumas ações mais recentes como, por exemplo, todos os servidores e pessoas privadas de liberdade da PFDF foram testados (SSP/DF, 2020). A SEAPE, por sua vez, informa que para ter acesso ao exame de Covid-19 de algum detento é necessário autorização judicial e preenchimento de requerimento com os dados (SEAPE, 2020). Tanto SSP/DF, quanto SEAPE não possuem uma aba específica nos sites acerca das informações sobre a doença.

Por mais que o TJDFT tenha demonstrado diversas ações, o que se observa é que o número de contaminados nos presídios do DF só aumenta. A comunicação de até 3 minutos não é suficiente para sanar a falta de comunicabilidade extramuros com o intramuros. Assim, no próximo e último capítulo, irei analisar as medidas adotadas e trazer mais alguns trechos da reunião da CDHM e da DPDF, ademais, trarei o relato de uma familiar acerca da falta de informações no sistema penitenciário feito no *podcast* “Papo de Quebrada”, além de outras as manifestações dos familiares a fim de obter informações.

CAPÍTULO 3

GESTÃO, TRANSPARÊNCIA E *ACCOUNTABILITY* DAS INFORMAÇÕES SOBRE A PANDEMIA NOS PRESÍDIOS

Transparência e *accountability* no atual período de pandemia são essenciais para que a sociedade possa entender as medidas de segurança que estão sendo tomadas pelos operadores de direito e gestores. Entretanto, pesquisar acerca de tais temas é sempre muito desafiador, uma vez que não há como saber em que medida os dados estão corretos ou declinados para que se entenda de determinada forma. A professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN/UnB) Carla Teixeira (2014) em seu texto “Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira” aduz que:

Eu arriscaria que a mentira mais grave é aquela proferida (em especial para os pares, mas não somente) em situações que transbordam o domínio político, ou que, por deslocamento de contexto, tornam-se públicas - o que vem a transformar as mentirinhas cotidianas das promessas, bravatas e barganhas em informação que reforça, atualiza e reifica o descrédito na coletividade (p. 41).

Mentiras ou omissões que se tornam informações públicas podem configurar a falsa ideia de que está tudo sob controle. No contexto mundial da pandemia ocasionada pela Covid-19, falta de transparência culmina para que a sociedade entenda que tudo está normal. Isso se agrava mais quando analisamos o sistema carcerário. Pessoas que não tinham voz antes, agora, passam a ser mais ignoradas. Até porque o principal meio de denúncia - a visita dos familiares - foi suspenso.

O sistema de informação acerca da pandemia, no Brasil, está debilitado em todo o governo federal. Governos locais, *a priori*, trataram a pandemia de forma rígida. No sistema carcerário, oficialmente a doença demorou a afetar, mas observa-se que uma vez dentro do sistema, os números de infectados parecem aumentar muito mais do que no resto do país. No DF, operadores de direito e gestores públicos discursam no sentido de que está tudo sob controle, uma vez que o número de mortes chegou a quatro casos.

De acordo com Sanchez et al. (2020), o sistema de saúde dos presídios do Brasil são precários, como prova disso, há pessoas encarceradas progredindo ao óbito por doenças que poderiam ser tratadas, como a tuberculose. Além do mais, como bem lembra os autores, as pessoas privadas de liberdade têm direito ao SUS assim como qualquer pessoa não privada de liberdade. O que é ignorado quando há discursos e ações contra o desencarceramento em

meio à pandemia é que os presos, que venham a necessitar de atendimentos médicos e leitos hospitalares por complicações da Covid-19, deverão ser tratados em unidades de saúde, assim como a população livre. Então, da mesma forma que há a preocupação com as medidas de combate ao Coronavírus extramuros, dever-se-ia olhar com a mesma atenção para as pessoas privadas de liberdade e não ser considerado o argumento do senso comum, replicado com diversos operadores de direito, de acatamento da Recomendação nº 62 do CNJ como soltura indiscriminada. Deve-se analisar que no Brasil não há prisão perpétua e essas pessoas presas em algum momento retornarão para o convívio em sociedade. Nesse ponto, destaca-se pesquisa realizada por Valença e Freitas (2020) acerca de decisões do STJ no que concerne às pessoas privadas de liberdade:

Percebemos que, por meio de alguns argumentos que se repetiram nos diversos julgados analisados e que categorizamos em oito, houve, no geral, uma defesa da ideia de que soltar pessoas para proteção de suas vidas implicaria colocar a sociedade como um todo em risco. Assim, optou-se pela defesa social, presumindo-se que os indivíduos que se encontram no sistema carcerário são perigosos e nocivos ao meio social, devendo permanecer recolhidos mesmo diante do risco iminente de contágio ou ainda que as unidades poderiam suprir a demanda de atenção à saúde necessária, mesmo que o demandante se inserisse em grupos de risco para a Covid-19.

Ademais, o elevado volume de informações também não significa uma sociedade mais informada. Conforme discorre Fernando Figueiras: “O problema do conceito de transparência é que o maior volume de informação em si não significa informações mais qualificadas, pois elas são produzidas por agências que permitem o uso ideológico da transparência” (FIGUEIRAS, 2011). Adicionalmente, Moraes (2020) retrata bem quando aduz que “Os números nos contam mais sobre as tecnologias de governo em jogo do que de fato sobre a vida daqueles que estão sendo contados”.

Nesse ponto, é necessário retomar a reunião da CDHM, em especial, a fala do representante da Rede de Justiça Criminal, que salienta que deve ser observada a forma que as informações são passadas para a sociedade.

(...) o sistema prisional hoje como um todo, inclusive, no DF é opaco, não há transparência, e nós queremos dizer que a transparência não é só uma questão de disponibilização de dados. Primeiro tem como esses dados são disponibilizados e dois tem mecanismos de *accountability*, tem como as pessoas podem contestar esses dados. No sistema prisional, um dos mecanismos são as visitas, é a presença dos familiares na unidade prisional que colhe essas informações sobre a situação real e podem depois fazer exigências ao poder público e a sociedade civil como um todo pra como agir dentro dessa situação. Com a suspensão das visitas, o mecanismo que sobra é o virtual, né, mas o que a gente já apurou e aqui especialmente no DF, é de que esses mecanismos não têm funcionado, e aí é louvável a iniciativa do dia das mães, mas é um evento não é a política, não é o que tá colocado em termos de comunicação intramuros e extramuros. Essa é uma questão grave e que a gente precisa realmente solucionar e eu acredito que o DF tem condições de fazer isso,

precisamos de uma manifestação um pouco maior de vontade política nesse sentido, sem, claro, desprezar os esforços que estão sendo feitos aí dentro do sistema de justiça e do executivo. (Transcrição da autora)

Como bem pontuado na fala descrita acima, a transparência não é só uma questão de expor dados, mas como isso é passado para quem procura e precisa da informação e como esses dados são usados pelos órgãos para tomar decisões acerca da crise no sistema penitenciário e construção de políticas públicas, mesmo porque a informação pode ser interpretada de uma forma que não se tome as medidas corretas, para assegurar o discurso de que o número de casos e mortes nos presídios já era esperado e está controlado. Não se pode apenas olhar os contaminados e mortos como números, é necessário dar nomes, uma vez que deve-se analisar tais dados a partir da concepção de que eles informam determinadas ações aparentemente de forma imparcial e técnica (MORAES, 2020).

Além disso, informações não precisas ou falta de informação podem culminar em aflição para os familiares das pessoas sob custódia do Estado. A exemplo, retoma-se a *live* promovida pela DPDF exposta no capítulo anterior, em que o defensor público relatou sobre informações passadas para um familiar de que um interno havia falecido no PDF II. Segundo ele, foi verificado junto à SESIPE que se tratava de notícia falsa. Para o representante da DPDF, esse tipo de situação só seria sanado com as visitas virtuais. Em seguida, a professora Camila complementou dizendo que:

(...) o surgimento de *fake news* de alguma maneira é sintoma da falta de transparência sobre os dados, se a gente tivesse tendo uma transparência adequada, as pessoas, os familiares tivessem uma informação adequada sobre o que está acontecendo em relação às suas famílias, tivessem acessos aos prontuários, esse tipo de *fake news* não vingaria. Ela só acontece na medida que a gente está num processo de muita dificuldade de produção de informação. (Transcrição da autora)

Robson Zuccoloto e Marco Antônio Carvalho Teixeira (2019) em recente trabalho intitulado “Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro” afirmam, a partir da teoria do formalismo, que há uma assimetria entre o que há nas normas e as práticas do governo e da sociedade. Argumentam os referidos autores que:

Nesse sentido, apesar de haver diversas regulações no sentido da promoção da transparência, a maioria dos entes cumpre apenas formalmente a lei, uma vez que grande parte dos portais de transparência, dos estados e, sobretudo, dos municípios, não contém informações confiáveis, atualizadas, abertas etc. Em geral, as informações disponibilizadas são intempestivas e não permitem nenhum tipo de inferência (p. 65).

Na gestão pública, principalmente, na gestão penitenciária no momento da pandemia da Covid-19, em que não há comunicação com os detentos, ou quando há é de forma precária,

a transparência deve ser o pilar para que haja fiscalização, cumprimento das normas e, sobretudo, para não afligir as famílias que possuem alguém no ambiente intramuros que sabidamente é insalubre, caso contrário, tratar-se-ia de uma tortura psicológica enorme para quem não tem notícias se o familiar preso está ou não está contaminado por um vírus que não há tratamento específico e cientistas do mundo todo buscam cada dia mais entendê-lo melhor.

A partir disso, devemos observar a *accountability*, uma vez que *accountability* e transparência não podem ser dissociadas. Segundo Pinho e Sacramento (2009).

Buscando o significado da palavra *accountability* em dicionários, justamente para apreender com maior precisão o que o termo significa em inglês e como tem sido traduzido para o português, constatou-se que o significado do conceito envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo (p. 1364).

No capítulo anterior, discorri sobre as ações do TJDF e como a instituição tenta passar a ideia de que há controle da pandemia no sistema penitenciário, uma vez que os casos diagnosticados e a letalidade no Complexo da Papuda já eram esperados, que não estão piores do que da população geral. Entretanto, em contrapartida, resalta-se os empecilhos impostos ao Deputado Distrital e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da CLDF, Fábio Félix, em uma inspeção no sistema penitenciário do DF. De acordo com reportagem do Correio Braziliense, depois de mais de 300 denúncias de familiares de detentos, o parlamentar, em 1º de julho de 2020, juntamente com representantes da Comissão de Saúde da OAB, do Conselho Regional de Enfermagem do DF (Coren/DF) e do Conselho de Saúde do DF, se dirigiu ao presídio a fim de averiguar a real situação, uma vez que de um lado os familiares denunciaram sobre falta de condições para higiene básica, e de outro a VEP informa que todos os cuidados ao combate da Covid-19 estavam sendo seguidos no local.

Ressalta-se que apenas o deputado obteve acesso aos presídios. Além disso, não foi possível realizar registros fotográficos nos locais de inspeção porque o deputado foi impedido, o parlamentar considerou que foi prejudicial à averiguação. Em entrevista ao Correio Braziliense, Félix salientou que as condições são muito precárias nos locais visitados, principalmente, quando se trata de medidas de combate ao novo Coronavírus.

A disponibilização dos produtos de higiene pessoal também é precária. A cada 15 dias, cada preso recebe uma pasta de dente, um pedaço de sabão ou um sabonete, em tese. Mas, nos banheiros das celas, era possível ver que havia um ou dois pequenos pedaços de sabonete, quase no fim, para que todos os internos possam utilizar. Também percebi que o pátio de convivência, onde os detentos tomam banho de sol, e outros pontos, como os corredores, estavam mais sujos. As alas onde há menor movimentação de servidores não estava com a devida higienização (Deputado Distrital Fábio Félix em entrevista ao Correio Braziliense. PERES, 2020)

Por fim, o deputado diz que a sua prerrogativa de fiscalização não foi respeitada. Os representantes que não conseguiram adentrar nas unidades conversaram do lado de fora com familiares. O representante do Coren/DF, segundo o *Correio Braziliense*, informou que alguns familiares se queixaram da falta de atendimento médico para pessoas diagnosticadas com a Covid-19 e para as que apresentam algum sintoma da doença (CINTRA, 2020). Situação diametralmente oposta ao que sustenta os gestores do sistema penitenciário e os operadores de direito responsáveis pelas decisões relativas aos estabelecimentos penais do DF.

1. Ações da sociedade civil

Necessário frisar também as manifestações da sociedade civil como organização para influenciar e cobrar ações do governo (PINHO, SACRAMENTO, 2009). Após um mês da suspensão das visitas nas unidades prisionais, os familiares não possuíam notícias sobre seus entes. Assim, foi organizado um protesto pelos familiares em frente ao espaço físico da VEP. Segundo o *Correio Braziliense*, uma familiar, líder do protesto, questionava a falta de informação acerca da situação dos detentos, além de explicar que nem mesmo remédios estavam autorizados a serem levados para os detentos. A reivindicação do protesto seria para a entrada de dinheiro, itens de higiene e alguns alimentos, porque os detentos já estavam sem tais itens há mais de um mês (DIOGO, 2020). O *Jornal de Brasília* também noticiou sobre as reivindicações dos familiares enviadas para o Executivo local e para a VEP. Entre elas, “instauração de comissão familiar para acompanhar a inspeção e vistoria da inspeção sanitária” (LIMA, 2020). Passados dois meses da suspensão das visitas, em 13 de maio de 2020, familiares se reuniram novamente no intuito de obter informações sobre os presos. A manifestação iniciou-se em frente à VEP e foi para o Palácio do Buriti (PINHEIRO, 2020).

Em 20 de maio de 2020, acompanhei o episódio “Covid-19 no sistema prisional. Um bate-papo sobre como o encarceramento em massa contribui para a disseminação do vírus”, do *podcast* “Papo de Quebrada”²⁵. A representante das famílias Eveline Duarte é membra do Coletivo de Familiares, amigos e amigas, egressos e egressas do sistema prisional do DF, Rosas do Deserto. Aqui destaco um trecho de sua fala:

²⁵ PAPO DE QUEBRADA. Covid-19 no sistema prisional. Um bate-papo sobre como o encarceramento em massa contribui para a disseminação do vírus. Entrevistados: Gabriel Sampaio, Isabela Shigunov, Dr. Luis Carlos Valois e Eveline Duarte. Entrevistador: Max Maciel. Spreaker. 2020. Disponível em: <<https://www.spreaker.com/user/11537432/covid19-e-o-sistema-prisional>> Acesso em: 19 nov. 2020.

A gente chega agora a um processo de extrema tortura. Estamos há 2 meses, entrando pro terceiro mês sem uma forma real de comunicação. O Estado mais uma vez ferindo princípios básicos como o princípio da não comunicabilidade da pessoa encarcerada. Então, a gente não tem nenhuma decisão que seja realmente efetiva. A gente tem cartas de 6 a 10 linhas que têm chegado às famílias, nada pontuais. A gente teve a oportunidade de algumas mães que puderam mandar vídeos de 30 segundos no dia das mães pros presos que estão contaminados, mas chegamos a mais de 444 presos contaminados e mais de 100 policiais contaminados e agora já não estamos tendo boletins dos números atualizados, agora de responsabilidade do Ministério da Saúde. Hoje, não temos notícias reais, as notícias são bastante aleatórias, a gente só sabe o que tá acontecendo realmente ou minimamente através de internos que tão saindo ou de domiciliar ou porque estão sendo alcançados pela antecipação de progressão de domiciliar. Então, assim, o processo que a gente tá vivendo, é um processo de extrema dor. Os desafios nesse momento é conseguir estar de pé com medo do nosso telefone tocar a qualquer momento e a gente receber a notícia de que perdemos nossos familiares lá dentro e que entregamos eles vivos para o Estado. Até porque temos observado que as atitudes tomadas pelo Estado, na figura da nossa Vara de Execuções Penais e demais órgãos da segurança pública priorizam a todo momento o processo de encarceramento muito mais que a vida, nós não temos ainda hospital de campanha, tivemos dois CDPs, eu acho, que foram disponibilizados para transferência dos contaminados, temos um baixo efetivo de policiais penais com muitos contaminados e a gente não consegue saber como é que tá a questão da alimentação, do acesso realmente ao médico, se tão recebendo máscara, como é que é que tá acontecendo lá dentro, já que também os órgãos e comitês de direitos humanos que tão tendo acesso mínimo não tem uma representação da sociedade civil ou de familiares que possam trazer a visão de acordo com que a gente da família sofre e vê. (Transcrição da autora)

Em 22 de maio de 2020, após a morte de um policial penal e de um detento, foi realizado outro protesto em frente à VEP/DF. Com mensagens em cartazes como “onde está nosso direito”; “semiaberto não é fechado”; “Pedimos socorro”; “Queremos notícias”, entre outros, a manifestação foi na tentativa outra vez de obter informações sobre os detentos, visto que as famílias viviam em aflição sem notícias. Ainda, de acordo com o Portal Metrôpoles, uma familiar informou que o cadastro de visitante estava suspenso, e o local responsável pela regularização estava fechado, impossibilitando que essas pessoas pudessem levar algo para o detento (CARDIM, 2020).

No dia seguinte à morte do primeiro policial penal vítima da Covid-19, 18 de maio de 2020, a classe da segurança pública realizou protesto que se estendeu até o Palácio do Buriti. Foi prestada homenagem à vítima fatal da doença e reivindicaram medidas que realmente funcionasse no combate ao vírus. Membros da diretoria do Sindpen participaram de reunião com autoridades do local (PINHEIRO, 2020).

Em frente ao Congresso Nacional, no dia 8 de junho de 2020, os familiares protestaram mais uma vez. Segundo informações do Metrôpoles, os parentes entregariam uma carta na CLDF com algumas reivindicações. Além disso, informa-se que poucas famílias

tiveram informações sobre os presos pelos meios virtuais estabelecidos anteriormente (GARZON, 2020).

Uma série de manifestações foi organizada pelos familiares entre 23 e 27 de julho, em frente à VEP e ao Complexo da Papuda. Segundo o Correio Braziliense, as pessoas pediam o retorno das visitas presenciais, observando as recomendações da OMS, transparência nas informações, prolongamento das visitas virtuais que eram de 3 minutos, na medida em que muitos parentes não possuem condições para bancar o atendimento de advogado nos parlatórios virtuais. Segundo uma familiar não identificada:

Há mulheres que estão há cinco meses sem notícias, porque não têm condições de pagar advogado ou não têm acesso à internet para fazer a chamada de vídeo que eles ofereceram. Prometeram a entrega de cartas, mas muita gente não está sendo beneficiada. Também não estão informando sobre a contaminação. Eu mesma só tive notícias do meu marido quando um rapaz saiu e falou que ele foi infectado, teve os sintomas, mas já tinha se curado (Relato de familiar ao Correio Braziliense. PERES; PINHEIRO, 2020).

Além disso, há relatos de maus tratos, de não isolamento de detentos diagnosticados com o vírus e de dúvidas sobre as informações repassadas (PERES, PINHEIRO, 2020). Já em abril de 2020, foi divulgado pelo Jornal de Brasília sobre os valores cobrados pelos advogados na realização dos parlatórios virtuais. Segundo o jornal, a cobrança seria entre R\$ 300 e R\$ 900 para a família obter informações de seu parente preso. Conforme a notícia, teriam casos de várias famílias pagando um mesmo advogado para obter informações por intermédio de outros detentos conseguiram o benefício do parlatório virtual (MATOS, 2020). Ainda de acordo com o Jornal de Brasília, advogados relatam sobre a dificuldade de agendar o parlatório virtual e que ocorre de os encontros serem cancelados por instabilidade da conexão com a internet. Além do mais, relatam que os atendimentos virtuais não são capazes de minimizar a falta de contato presencial, uma vez que os presos sentem-se desconfortáveis e há receio quanto ao sigilo da conversa (MALATRASI, 2020).

No *chat* da reunião da CDHM, sobre a qual discorri no capítulo anterior, diversos familiares se pronunciaram. Muitas mensagens sobre a falta de informação, em apresentação de alguns convidados diversos comentários alegando ser mentira e pedidos de providência. A exemplo, destaco alguns comentários: “Se os próprios agentes após a morte do colega, denunciou no jornal que não esta tendo testes suficientes pra eles, imagina pros detentos”; “VÍDEO CONFERÊNCIA PDF 1 NUNCA CONSEGUI”; “Nos familiares vamos processar o estado caso morra mais internos do grupo de risco!”; “Se eu entreguei meu filho vivo pro estado e quero ele vivo e notícia dele tambem”; “Estou a 3 meses sem notícias do meu filho”; “Precisamos receber notícias, as cartas não chegam pra todos só chegou pra alguns familiares,

os outros ficam sem saber de nada. Tá uma bagunça”; A gente quer comunicação com os presos que os advogados possa conseguir agendar”.

Em contrapartida a essa falta de informações, subnotificações de casos e como questionar as medidas adotadas pelas autoridades acerca da prevenção da Covid-19 no sistema penitenciário, foi criado o observatório “Infovírus - prisões e pandemia” como medida de informar a população e questionar os dados repassados dos órgãos públicos. É uma parceria voluntária do Centro de Estudos de Desigualdade e Discriminação (CEDD/UnB), Grupo Asa Branca de Criminologia (UFPE/UNICAP), Grupo de Pesquisa em Criminologia (UEFS/UNEB) e Grupo Poder Controle e Dano Social (UFSC/UFSM), além de outros pesquisadores. Informações e dados passados pelo painel do DEPEN são conferidos, a fim de levar mais informação para a população. O projeto conta com perfis no *Twitter* e *Instagram*, além de parceria com o site “Covid nas prisões” para repassar as inconsistências dos dados. Informações e dados passados pelo painel do DEPEN são conferidos (PRANDO, FREITAS, BUDÓ, CAPPI, 2020).

Segundo os organizadores, após cerca de 2 meses, o que se constatou foi que os dados prestados pelo governo acerca do sistema penitenciário não tinham como função primordial informar ou prestar contas. Na verdade, iam na contramão, para confirmar a política de encarceramento e, conseqüentemente, abrir espaço para possíveis mortes. Tem-se discursos no sentido de que o governo está gerindo a crise com eficiência nas unidades prisionais e de outro lado a complementação no sentido de que o Estado pune e não faz concessões para quem transgredir normas, uma vez que são pessoas perigosas (PRANDO, FREITAS, BUDÓ, CAPPI, 2020).

Os familiares não têm notícias, não houve transparência, há má gestão penitenciária no DF, tudo em torno do segredo oficial e da não divulgação das informações. Aqui não é apontado um culpado, é uma questão estrutural do preconceito com as pessoas privadas de liberdade e como há o anseio de punitivismo como a solução para a segurança pública, agravada com a chegada da pandemia nos presídios. Assim, deve haver fiscalização e questionamentos acerca da realidade dos presídios do DF e até as medidas que deixaram de ser implementadas deveriam ser justificadas.

2. Tomada de decisão

Retomando novamente a fala do representante da Rede de Justiça Criminal, é possível notar que as medidas adotadas no DF estão baseadas em discursos do senso comum, quando na verdade, operadores do direito e gestores deveriam combater esse tipo de argumento, vez que o compromisso não é como agentes de segurança pública, mas, sim, gestores penitenciários.

A Recomendação nº 62, ela traz hipóteses claras e diretas sobre quais são os grupos que podem ir para a prisão domiciliar e quais as demais medidas que o sistema pode adotar para evitar a transmissão da Covid-19. E aí eu vou citar só um exemplo porque a resolução é longa, né, que as pessoas, os condenados que cumprem pena no regime semiaberto e aberto possam ficar na prisão domiciliar. Isso não é indiscriminado, quem está no regime semiaberto e aberto passou por uma avaliação criteriosa, individual, com requisitos objetivos e subjetivos previstos na legislação. Eu não acredito que houve decisão de concessão indiscriminada de concessão de progressão de regime no DF. Então, se essas pessoas estão em regime semiaberto e aberto, elas podem passar por uma avaliação e aqui pode ser individual ou coletiva e ficarem na prisão domiciliar e nós estamos falando de uma situação excepcional (...). Aí o argumento da natureza dos crimes cometidos, todas as pessoas que estão hoje no sistema, elas um dia vão ter a liberdade se cumprida a pena de acordo com a lei, né, elas um dia vão ter a liberdade.

(...)

E o que o Estado deve garantir é que ao final da pena essas pessoas possam retornar ressocializadas, e, hoje, manter as pessoas dentro desse quadro de superlotação e de insuficiência de recursos de saúde que o mundo inteiro tá vivendo (...) é sentenciar à morte, principalmente, os grupos que estão inseridos no quadro das comorbidades. (Transcrição da autora)

Entretanto, essa não é uma realidade apenas no DF. Conforme Valença e Freitas (2020), as decisões do STJ analisados por eles eram baseadas no caráter de recomendação da medida do CNJ, logo, não obrigatória, ainda que a Recomendação seja bem elaborada.

Necessário destacar também outro trecho da *live* realizada pela DPDF. No mesmo sentido do discurso acima, a professora Camila argumentou que:

(...) A outra questão que é pensando na soltura indiscriminada e nas taxas (...). De que liberando as pessoas, vamos ter que enfrentar a maior taxa de crimes. São Paulo não está enfrentando isso. São Paulo consegui levantar os dados, não tá enfrentando isso. O Rio de Janeiro também não tá enfrentando isso, mas para além disso “qual a função dos agentes do Estado diante de pessoas privadas de liberdade sentenciadas?” a função de agentes de Estado, defensores, promotores e juizes não é atuar como agentes de segurança pública, as pessoas não tão presas, não há isso nem na Constituição, nem na Lei de Execução Penal, as pessoas não estão presas para que não cometam crimes no futuro, a única decisão normativa constitucional que a gente tem é que a prisão acontece em decorrência da realização de um fato criminoso e que na medida do possível se possa aproveitar esse tempo (...) para uma reeducação, ressocialização (...). Mas os fato é que as pessoas não estão presas para garantir que elas não venham cometer crimes, elas estão presas porque elas cometeram um fato criminoso e, no entanto, o pronunciamento dos agentes estatais, que deveriam estar garantindo que essa pena privativa ocorresse dentro das garantias

que o Estado lhes deve é um pronunciamento de agente de segurança pública. Ou seja, a gente tem que se preocupar com o que vai acontecer na rua. Isso não é função desses agentes durante o acompanhamento da execução penal. (Transcrição da autora)

Nota-se que com o discurso de segurança pública, soltura indiscriminada e preconceito com pessoas privadas de liberdade, a pandemia nos presídios do DF está sendo gerida com políticas de segurança pública e não gestão penitenciária. O encarceramento torna-se mais importante do que admitir que o sistema não tem condições, pessoas e instrumentos suficientes para cumprir as medidas de segurança de forma efetiva e tratar dos detentos caso venham a contrair a doença dentro dos presídios.

A Comissão provisória instituída pelo TJDF é um exemplo disso, uma vez que há apenas operadores do direito e representantes da segurança pública não há um representante dos familiares para trazer à tona questões de quem necessita de informações e que realmente vivem aquele ambiente e ações que funcionem na prática. Não é necessária apenas uma ação, o essencial é a transversalidade de políticas públicas com temas que afetam a questão prisional, tais como, por exemplo, saúde pública, seguranças, para enfrentamento da pandemia dentro do sistema prisional do DF.

Outro exemplo de ação que não está baseada na realidade dos presídios do DF é o “Plano de Ação Emergencial em Saúde Pública no Sistema Prisional - Surtos e Múltiplas Vítimas” elaborado pela Gerência de Saúde do Sistema Prisional (GESSP) para ações em conjunto com a Diretoria Regional de Atenção Primária à Saúde (DIRAPS), Gerência de Saúde (GESAU/SESIPE), Núcleo de Assistência à Saúde/Gerência de Assistência Social da Penitenciária (NUS/GEAIT/SESIPE). Logo de início é possível notar que, na prática, o plano não é realista, uma vez que há a necessidade de uma equipe de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem para atuar em casos de surto e em casos de eventuais várias vítimas, além da necessidade de reservar um lugar espaçoso para fazer o atendimento (TJDF). Entretanto, como podemos resgatar da fala da Gerente de Saúde Prisional na reunião da CDHM, o sistema contava apenas com metade dos médicos, seja por doença, seja porque eram do grupo de risco, entre outros problemas. Não é palpável afirmar que uma equipe com poucos médicos e provavelmente com poucos outros profissionais da saúde poderá cuidar de uma população prisional de mais de 15 mil pessoas, além do mais é complexo demandar por espaço em um local com déficit de vagas.

As decisões são tomadas pelos operadores de direito a partir de dados fornecidos por profissionais da saúde, porém o que se observa é que no período de um mês, o número de

testes nos relatórios do GDF nada se modificou quando comparados os relatórios 9 e 10, o que reflete no aumento diferente de casos nos meses de setembro e outubro.

Com o aumento no número de casos no Complexo da Papuda, foi informado que o GDF construiria um hospital de campanha no local. Inicialmente, a informação era de que a entrega aconteceria em dez dias. Posteriormente, em abril, o Portal Metrôpoles informou que o intuito da SES/DF era a entrega em 1 mês, logo, aconteceria entre meados e fim de maio de 2020 (CARDIM, 2020). Já em junho de 2020, o Correio Braziliense noticiou, a partir de informações da SEAP, que o hospital poderia ficar pronto na semana do dia 15 de junho de 2020 (DIOGO, 2020). Fato é que o hospital de campanha previsto para o início da pandemia, até meados do mês de setembro de 2020, não havia sido utilizado e já se falava em uso para uma possível segunda onda de contaminação (CHARLSON, 2020).

3. Responsabilização do Estado

A Constituição Federal em seu artigo 5º, XLIX²⁶, e o artigo 40²⁷ da LEP, dispõem que quando privada de liberdade, o Estado deve zelar pela integridade física e moral da pessoa. Entretanto, soa dicotômico falar em cuidado com saúde seja física ou moral, em um local que já foi reconhecido pelo STF como altamente precário e sem estruturas de zelar pelos direitos dos presos.

No caso da pandemia da Covid-19, esse sistema ficou mais exposto e mais carente de insumos para tratar os custodiados. Prando (2020) salienta que o colapso do sistema penitenciário é algo que diversas pessoas alertam, mas que há relutância por parte das autoridades em tomar as medidas cabíveis, e, logo, devem ser responsabilizados.

Em meio ao caos com a pandemia, com baixo efetivo de policiais, no Complexo da Papuda foi registrada a maior fuga dos últimos dez anos no DF, em outubro, 17 presos conseguiram escapar pelo telhado de uma unidade prisional (PERES, DIOGO, 2020). Ocorreu também um recente homicídio, em 8 de setembro no Complexo da Papuda (DIOGO, 2020). Casos que podem ser enquadrados como omissão do Estado.

²⁶ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

²⁷ Art. 40 - Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

Adicionalmente, conforme bem pontuou Carolina Barreto em sua tese intitulado “Puxando pena: sentidos nativos da pena de prisão em cadeias do Distrito Federal”, realizada em 2017, o que se pode constatar, a partir de seus interlocutores, é que no sistema penitenciário do DF, o Estado fornece o “mínimo para sua manutenção”, mas não é suficiente para se chegar em condições dignas de higiene e alimentação. Assim, as visitas têm papel fundamental para complementar o que o Estado fornece (LEMONS, 2017). A partir disso, como falar em medidas para o combate ao Coronavírus se algumas unidades do sistema prisional do DF sofrem com problemas com ratos e higiene há anos (AVEDAÑO, 2020). Em contrapartida, houve somente uma ação do Exército e da Marinha para desinfecção de Sars-CoV-2 na Papuda, com hipoclorito de sódio (G1 DF, 2020).

Além disso, é necessário notar que o sistema penitenciário brasileiro sofre com tuberculose, a sarna, o HIV, e a sífilis. Conforme pontua Mello (2020), não há tratamento nas unidades, e quando há atendimento pode-se dizer em uma baixa qualidade e que os detentos “continuam no mesmo lugar onde desenvolveram as doenças”. Além disso, mesmo a tuberculose, sofre com a questão da transparências e repasse de dados (BONATO, VENTURA, CAETANO, 2020). O que se percebe é que, de acordo com Machado, Boldori, Dalmolin et al. (2016):

esse quadro de baixa informação, altos números de infecção e baixa qualidade de atendimento podem se relacionar à naturalização da desassistência ao sujeito preso, à interpretação do presídio como um lugar de morte e sofrimentos, e do detento como um indivíduo cuja vida não precisa ser protegida pelo Estado.

Tudo isso para demonstrar que o Complexo da Papuda sofre com déficit de policiais penais, unidades prisionais com estruturas antigas, problemas de higiene e, a partir disso, não há como garantir minimamente as condições de higiene, segurança e distanciamento para combater o novo Coronavírus no sistema. Por fim, vê-se discursos de agentes públicos no sentido de que os estabelecimentos prisionais nunca estiveram tão limpos quanto no período de pandemia. Enquanto não se adota medidas desencarceradoras, arrisca-se uma necropolítica²⁸ explícita, visto que as condições de atendimento de contaminados no sistema prisional são demasiadamente precárias (VALENÇA, FREITAS, 2020).

²⁸ “(...) o filósofo Mbembe chama de necropolítica, fundamentada num Estado de Exceção, em que este tem o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer, desprovendo do sujeito seu status político e, se não ativamente tirando-lhe a vida, expondo-lhe à morte.” (CARVALHO, SANTOS, SANTOS, 2020).

CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho busquei responder as questões relacionadas à gestão, transparência e *accountability* no sistema prisional do DF. O que se observou é que as instituições públicas se alinharam no objetivo de passar a imagem de que está “tudo sob controle”.

Como restou demonstrado a partir da pesquisa empírica de natureza netnográfica e da análise de todo o material coletado, a questão da disponibilização de dados e a forma como são publicizados acerca da pandemia de Covid-19 é deficitária em todo nacional, evidenciando que nem sempre os interesses políticos dos governos, por intermédio de seus agentes públicos, atuam para informar adequadamente a sociedade.

No sistema penitenciário, esse tipo de informação torna-se ainda mais precária. No DF, pode-se concluir que tem havido má gestão e, consequentemente, medidas insuficientes para o combate à disseminação do novo Coronavírus nos presídios. Não houve gestão penitenciária adequada. Pelo contrário, tem sido priorizada estratégia da falta de transparência e da manutenção do segredo com relação aos dados, com forte fundo punitivista e de segurança pública.

A fiscalização também foi cercada por dois caminhos distintos. Um porque as visitas foram suspensas, e dois porque os deputados da Comissão de Direitos Humanos não puderam fazer inspeção de forma ampla nas unidades prisionais. O que se observa é que quando as visitas são pré-agendadas, com a presença de operadores do direito, aparenta-se que tudo corre bem no sistema, além de falar-se em aplicação eficaz de medidas de higiene para combater a Covid-19, quando, na verdade, há anos observamos problemas de higiene dentro das unidades prisionais do DF.

As medidas para suprir as visitas presenciais demoraram consideravelmente para serem implementadas. Quando executadas, foram passíveis de diversas críticas. Somente no mês de outubro, sete meses após a primeira suspensão das visitas, é que se pode dizer em algo voltando à normalidade, ou uma ação política que realmente pudesse fazer valer o direito das pessoas privadas de liberdade de terem contato com o mundo exterior.

Parlamentos virtuais não foram realizados da forma correta, uma vez que há discursos no sentido de desconforto dos presos na comunicação com o advogado por meio virtual, além da desconfiança com relação ao sigilo da comunicação. Gravações de até 3 minutos não podem ser vistas como medidas para suprir as visitas, vez que foi possível notar no *chat* da

reunião da CDHM a aflição de alguns familiares sobre o que estava ocorrendo no sistema penitenciário.

Conforme exposto no capítulo 2, as medidas adotadas pelo TJDF foram insuficientes, tanto que houve a morte de 1 policial penal e de 4 detentos. Chegando ao total, até 31 de outubro de 2020, de 1.868 pessoas privadas de liberdade contaminadas pela doença. Além disso, ficou muito nítido na reunião da CDHM que os órgãos que deveriam fiscalizar e cobrar mais medidas de prevenção, gestão e transparência trocaram elogios acerca das atuações no combate a Sars-CoV-2, enquanto havia denúncias de diversas famílias que não tinham sido comunicadas sobre a infecção com o novo Coronavírus de um parente preso.

Ademais, uma comissão para tratar da Covid-19 sem a participação de um integrante da sociedade civil apenas reforça a linha de pensamento de quem está decidindo sobre as medidas tomadas e não tem a visão de quem realmente vive o sistema no dia-a-dia. Não é plausível ter mais de 1.800 contaminados, 4 óbitos e manter o discurso de que o sistema carcerário “está sob controle”, além de consignar que tais números já eram esperados.

Mentiras e omissões do por parte do Governo do Estado devem ser responsabilizadas, vez que o colapso do sistema já era anunciado por diversas pessoas, mas preferiu-se arriscar a vida dos detentos à necessidade de punir em vez de adotar medidas desencarceradoras, posto que a liberdade deveria ser condutora para garantir a saúde pública de modo geral, isso porque, em uma pandemia como a do novo Coronavírus, não é plausível que imaginar o sistema penitenciário como separado ou distante do resto da sociedade. A partir, disso há o pensamento de que como transgrediram normas, devem ser sentenciados implicitamente a morte e que não são dignas de um momento de luto (GODOI, CAMPELLO, MALLART, 2020). Além disso, conforme Mello (2020) há a necessidade de “construir um projeto de sociedade que contemple políticas públicas em todos os níveis da vida humana. A pandemia da COVID-19 demonstrou a necessidade premente dessas políticas e de repensarmos nosso projeto de civilização”.

As respostas às perguntas inseridas na introdução são de que a informação ou a falta delas trilharam os discursos e as ações tomadas para se falar em soltura indiscriminada no cumprimento da Recomendação nº 62 do CNJ. Não basta ter uma norma que seja no sentido de olhar para a superlotação dos presídios quando ela não é seguida, por causa de uma visão de punitivista e focada na segurança pública.

O que se tem é que não houve transparência nas informações no que concerne ao sistema carcerário do DF e houve uma má gestão das instituições com violações graves aos direitos das pessoas privadas de liberdade e a aposta em uma necropolítica explícita. Conclui-

se, por fim, que o direito por si só não consegue solucionar os problemas de saúde pública dos presídios do DF colocados pela emergência sanitária da pandemia de Covid-19 e que o discurso de que está “tudo sob controle” continua corroborando e sendo insumo nos processos de tomadas de decisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS/ARTIGOS/TESES

AGUIAR, J.G. **A pesquisa etnográfica on-line em tempos de cultura de convergência.** Revista Observatório, Palmas, v. 5, n. 6, p. 109-131, out.-dez. 2019.

BONATO, Patrícia de Paula Queiroz; VENTURA, Carla Aparecida Arena; CAETANO, Maria Helena Donadon. **Covid-19 e o Sistema de Justiça Criminal Brasileiro: da Crise Sanitária à Violação Epidêmica do Direito Humano à Saúde no Contexto Prisional.** RDP, Brasília, Volume 17, n. 94, 522-540, jul./ago. 2020

BRITO, Fabiano de Almeida; RESENDE, Letícia Maria Henriques; VIANA, Luciana de Gouvêa; XAVIER, Sandra Guerra; NEVES, Suzane Pretti Figueiredo. **Estratégias laboratoriais para identificação da infecção pelo novo coronavírus.** Faculdade de Medicina UFMG. Belo Horizonte. 2020. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/coronavirus/wp-content/uploads/sites/91/2020/04/Estrat%C3%A9gias-laboratoriais-para-identifica%C3%A7%C3%A3o-da-infec%C3%A7%C3%A3o-pelo-novo-coronav%C3%ADrus.pdf>> Acesso em: 21 set. 2020.

CAMPELLO, Ricardo Urquiza. (2020), **"Vírus e vermes: Covid-19, política penitenciária e a reatualização do leprosário"**. Net. Horizontes ao Sul. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/03/27/VIRUS-E-VERMES-COVID-19-POLITICA-PENITENCIARIA-E-A-REATUALIZACAO-DO-LEPROSARIO>> Acesso em: 30 nov. 2020.

CARMO, Eduardo Hage; PENNA, Gerson; OLIVEIRA, Wanderson Kleber de. **Emergências de saúde pública: conceito, caracterização, preparação e resposta.** Estud. av.. São Paulo. v. 22, n. 64, p. 19-32. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000300003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 21 set. 2020.

CARVALHO, Sérgio Garófalo; SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos; SANTOS, Ivete Maria. **A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento.** Ciênc. saúde coletiva 25 (9) 28 Ago 2020Set 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.15682020>> Acesso em: 20 nov. 2020.

FIGUEIRAS, Fernando. **Além da transparência: accountability e política da publicidade.** Lua Nova, São Paulo, 84: 353-364, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a04n84.pdf>> Acesso em: 16 out. 2020.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. **Pandemia: o que nos ensina o olhar de Milton Santos.** Outras Palavras. Jornalismo de profundidade e pós-capitalismo. [S.I.]. 2020. Disponível em:

<<https://outraspalavras.net/descolonizacoes/pandemia-o-que-nos-ensina-o-olhar-de-milton-santos/>> Acesso em: 16 out. 2020.

FONSECA, Marcella; IODICE, Giulianna; VICENTE BERNARDO, José. **Conheça a história das epidemias e pandemias que assolaram o mundo.** Forbes. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://forbes.com.br/colunas/2020/08/conheca-a-historia-das-epidemias-e-pandemias-que-assolaram-o-mundo/>> Acesso em: 15 set. 2020.

GODOI, Rafael; CAMPELLO, Ricardo e MALLART, Fabio. **O colapso é o ponto de partida: Entrevista com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro sobre prisões e a Covid-19.** Dilemas - Reflexões na Pandemia 2020 – pp.1-15. Disponível em: <<https://www.reflexpandemia.org/texto-21>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin. **1918: a gripe espanhola desvendada?.** Rev Bras Clin Med São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2013/v11n4/a4129.pdf>> Acesso em: 21 set. 2020.

IBCCRIM. **Necropolítica e gestão prisional durante a pandemia no Brasil.** Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. 2020. Disponível em: <<https://www.ibccrim.org.br/noticias/exibir/1010>> Acesso em: 14 nov. 2020.

IGLESIAS, Pablo. **Quando aglomeração é realidade, combate à covid-19 se torna desafio ainda maior.** Revista Arco. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2020. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/midias/arco/covid-19-presidios/>> Acesso em: 21 set. 2020.

KOZINETTS, Robert. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online.** São Paulo. Pensa. 2014.

Lana, Raquel Martins et al. **Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva.** Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 36, n. 3 [Acessado 16 Setembro 2020] , e00019620. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00019620>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00019620>

LEMOS, Carolina Barreto. **Puxando pena: Sentidos nativos da pena de prisão em cadeias do Distrito Federal.** Universidade de Brasília. Tese de Doutorado. Brasília. 2017.

MACHADO, Jean Carlos, BOLDORI, Jilia Diane Martins, DALMOLIN, Marcelo Dalton, et al. **A incidência de tuberculose nos presídios brasileiros: revisão sistemática.** Revista de Atenção à Saúde, 2016, vol. 14, no 47, p. 84-88.

MARQUES JR, Gessé. **A LEI DE EXECUÇÕES PENAIS E OS LIMITES DA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 33, p. 145-155, jun.

2009. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n33/v17n33a11.pdf>> Acesso em: 8 nov. 2020.

MELLO, Kátia Sento Sé. **O sistema prisional brasileiro no contexto da pandemia de COVID-19.** Conexão UFRJ. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://conexao.ufrj.br/2020/03/31/o-sistema-prisional-brasileiro-no-contexto-da-pandemia-de-covid-19/>> Acesso em: 27 nov. 2020.

_____. **COVID-19 nas prisões brasileiras: seletividade penal e produção de corpos descartáveis.** ANPOCS. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2362-boletim-n-44-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>> Acesso em: 29 nov. 2020.

MORAES, Barbara Gonçalves. **A arte de governar os dados em tempos de COVID-19.** Cadernos de Campo (São Paulo, online) | vol.29, (suplemento), p.124-134 | USP 2020.

NOVELI, M. Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet? Organizações em Contexto. São Paulo, v. 12, n. 6, p.107-133, 2010.

OLIVEIRA, Wanderson Kleber de. **Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional: resposta brasileira à síndrome congênita associada à infecção pelo Zika vírus, 2015 e 2016.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Porto Alegre. 2017. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/163731/001025218.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 21 set. 2020.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. **Accountability: Já podemos traduzi-la para o português?** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. v. 43, p. 6, p. 1343- 1368, nov./dez. 2009.

PRANDO, Camila; FREITAS, Felipe; BUDÓ, Marília de Nardin; CAPPI, Riccardo. **A pandemia do confinamento: políticas de morte nas prisões.** *Le Monde Diplomatique* Brasil. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-pandemia-do-confinamento-politicas-de-morte-nas-prisoas/>> Acesso em: 19 nov. 2020.

_____. **Artigo: Covid-19 e o complexo prisional do DF.** Correio Braziliense. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/04/16/internas_opiniao,845057/artigo-covid-19-e-o-complexo-prisional-do-df.shtml> Acesso em: 19 nov. 2020.

SANCHEZ, A., et al. **COVID-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública?** Revista ad. Saúde Pública vol.36 no.5 Rio de Janeiro, 2020. Epub, maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00083520>.

SCHULER, Paulo. **O que é uma pandemia**. Bio-Manguinhos/Fiocruz. Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia#:~:text=Segundo%20a%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%2C%20pandemia%20%C3%A9,sustentada%20de%20pessoa%20para%20pessoa>> Acesso em: 15 set. 2020.

TELESSAÚDE SÃO PAULO. **A história das pandemias**. Telessaúde São Paulo. São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://www.telessaude.unifesp.br/index.php/dno/opinioao/231-a-historia-das-pandemia>> Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **Qual é a diferença entre surto, epidemia, endemia, pandemia e sindemia ?**. Telessaúde São Paulo. São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://www.telessaude.unifesp.br/index.php/dno/redes-sociais/159-qual-e-a-diferenca-entre-surto-epidemia-pandemia-e-endemia>> Acesso em: 29 nov. 2020.

TEIXEIRA, Carla Costa. **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa. 2014.

VASCONCELOS, Manuela Abath; FREITAS, Felipe da Silva. **O DIREITO À VIDA E O IDEAL DE DEFESA SOCIAL EM DECISÕES DO STJ NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**. RDP, Brasília, Volume 17, n. 94, 570-595, jul./ago. 2020. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/4593>> Acesso em: 30 nov. 2020.

VASCONCELOS, Natalia Pires de; MACHADO, Maíra Rocha; WANG, Henrique Yu Jiunn. **Pandemia Só das Grades para Fora: os Habeas Corpus Julgados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo**. RDP, Brasília, Volume 17, n. 94, 541-569, jul./ago. 2020.

ZUCCOLOTTO, R., CARVALHO TEIXEIRA, M.A. **Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro**. Brasília. ENAP. 2019.

ACÇÕES TJDF/MDFT/STJ/SSP-DF

MPDFT. **Após pedido do MPDFT, Justiça obriga GDF a divulgar dados de leitos de UTI sem omissões**. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2020/noticias-covid/12114-apos-pedido-do-mpdft-justica-obriga-gdf-a-divulgar-dados-de-leitos-de-uti-sem-omissoes>> Acesso em: 14 out. 2020.

_____. **MPDFT: Gaeco deflagra operação para investigar aquisição de testes de Covid-19**. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2020/12112-mpdft-gaeco-deflagra-operacao-para-investigar-aquisicao-de-testes-de-covid-19>> Acesso em: 21 set. 2020.

_____. **Ocupação de UTI no DF chega a 90%: MPDFT quer correção em dados divulgados pelo governo.** Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2020/noticias-covid/12103-leitos-de-uti-no-df-ultrapassam-90-de-ocupacao-mpdft-quer-correcao-de-dados-divulgados-pelo-governo>> Acesso em: 14 out. 2020.

SSP/DF. **Quarta-feira (17): Quase 6 mil testes já foram aplicados entre policiais penais e internos.** Secretaria de Estado de Segurança Pública. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/%f0%9f%93%8aquarta-feira-17-quase-6-mil-policiais-penais-e-internos-ja-foram-testados/>> Acesso em: 9 nov. 2020

STJ. **STJ estende liminar e concede prisão domiciliar a todos os presos por dívida alimentícia no país.** Superior Tribunal de Justiça. Brasília. 2020. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/STJ-estende-liminar-e-concede-prisao-domiciliar-a-todos-os-presos-por-divida-alimenticia-no-pais.aspx>>. Acesso em: 14 out. 2020.

TJDFT. **Carta resposta da VEP/DF aos familiares dos custodiados do Distrito Federal.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/abril/carta-resposta-da-vep-df-aos-familiares-dos-custodiados-do-distrito-federal>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **CNJ elogia trabalho do TJDF no sistema prisional em tempos de pandemia.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/tjdft-participa-de-reuniao-na-comissao-de-direitos-humanos-da-camara-dos-deputados>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Comunicado sobre o sistema prisional do DF diante da pandemia de coronavírus.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/marco/comunicado-da-vep-df-sobre-situacao-do-sistema-prisional-diante-da-pandemia-de-coronavirus>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Coronavírus: Nota da VEP/DF sobre monitoramento do sistema penitenciário.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/marco/coronavirus-nota-oficial-sobre-monitoramento-do-sistema-penitenciario-no-df>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Coronavírus: "Situação do sistema prisional no DF segue sob controle" afirma juíza da VEP.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/abril/coronavirus-situacao-do-sistema-prisional-no-df-segue-sob-controle-afirma-juiza-da-vep>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Coronavírus: VEP suspende audiências e atendimento presencial.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/marco/coronavirus-vep-suspende-audiencias-e-atendimento-presencial>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **COVID-19: Audiências a distância com réus presos já é realidade no TJDF.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/junho/audiencias-a-distancia-com-reus-presos-ja-e-realidade-no-df>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **COVID-19: Comissão do Sistema Penitenciário apresenta novo balanço da situação no DF.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/covid-19-comissao-do-sistema-penitenciario-apresenta-novo-balanco-da-situacao-no-df>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **COVID-19: Comissão Provisória do Sistema Prisional analisa medidas adotadas.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/covid-19-comissao-provisoria-do-sistema-prisional-analisa-medidas-adotadas>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **COVID-19: Juíza da VEP envia ao STJ esclarecimentos sobre detentos em regime semiaberto no DF.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/covid-19-juiza-da-vep-envia-ao-stj-esclarecimentos-sobre-detentos-em-regime-semiaberto-no-df-2>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **COVID-19: Juíza da VEP/DF inspeciona penitenciárias do Complexo da Papuda.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/junho/juiza-da-vep-df-inspeciona-penitenciarias-e-conversa-com-detentos>> Acesso em: 12 out. 2020.

_____. **COVID-19: Mais da metade dos contaminados no sistema prisional do DF já estão recuperados.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/vep-df-apresenta-estatisticas-e-esclarece-sobre-agendamento-de-visitas>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **COVID-19: VEP/DF divulga nota pelo falecimento de policial penal.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/covid-19-vep-df-divulga-nota-pelo-falecimento-de-policial-penal>> Acesso em: 21 set. 2020.

_____. **COVID-19: VEP/DF esclarece que não há presos contaminados no sistema prisional do DF.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/abril/covid-19-nao-ha-presos-contaminados-no-sistema-prisional-do-df>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **COVID -19: VEP/DF nega realização quinzenal de testes diagnósticos para policiais penais.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/covid-19-justica-nega-pedido-de-realizacao-quinzenal-de-testes-diagnostics-para-policiais-penais-do-df>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Dia dos Pais: VEP autoriza mutirão de encontros virtuais entre pais e filhos nos presídios do DF.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/agosto/vep-pais-detentos-vao-receber-visitas-virtuais-de-filhos-e-familiares-a-partir-de-hoje>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Enfrentamento à COVID-19 no sistema prisional do DF.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/coronavirus-comissao-do-tjdft-ira-acompanhar-situacao-nas-penitenciarias>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Grupo realiza inspeção no sistema prisional do DF e vistoria condições dos presos.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/abril/grupo-realiza-inspecao-no-sistema-prisional-do-df-e-vistoria-condicoes-dos-presos>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Juiz do TJDF fala à TV Brasil sobre visitas virtuais aos presos.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/julho/juiz-fala-a-tv-brasil-sobre-visitas-virtuais-aos-presos>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Juíza da VEP/DF visita presos contaminados pelo COVID-19 em ação do Dia das Mães.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/juiza-da-vep-df-visita-presos-contaminados-pelo-covid-19-em-acao-do-dia-das-maes>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Nota da VEP/DF sobre prisão domiciliar para presos do grupo de risco.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/abril/nota-da-vep-df-sobre-prisao-domiciliar-para-presos-do-grupo-de-risco>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Nota do TJDF sobre medidas preventivas ao COVID-19 no sistema prisional.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em:

<<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/abril/presidente-do-tjdft-esclarece-medidas-preventivas-ao-covid-19-relacionadas-ao-sistema-prisional>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Portaria Conjunta 48 de 27/04/2020.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/publicacoes-oficiais/portarias-conjuntas-gpr-e-cg/2020/portaria-conjunta-48-de-27-04-2020>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Projeto de visitas virtuais de presos é implementado na Penitenciária Feminina do DF.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/junho/projeto-de-visitas-virtuais-e-implementado-na-penitenciaria-feminina>> Acesso em: 13 out. 2020.

_____. **Sobe o número de infectados por coronavírus no sistema prisional do DF.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/abril/sobe-o-numero-de-infectados-por-coronavirus-no-sistema-prisional-do-df>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **TJDFT contabiliza mais de 1.500 audiências com réus presos durante a pandemia.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/agosto/covid-19-tjdft-instrui-juizes-sobre-audiencias-com-presos-do-sistema-prisional-do-df>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **TJDFT irá retomar gradualmente audiências presenciais com réus presos.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/julho/tjdft-retomara-audiencias-presenciais-com-reus-presos>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **TJDFT retoma audiências presenciais com réus presos, de forma gradual.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/agosto/tjdft-retoma-audiencias-presenciais-com-reus-presos-de-forma-gradual>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **VEP/DF apresenta estatísticas e esclarece sobre agendamento de visitas.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/vep-df-apresenta-estatisticas-e-esclarece-sobre-agendamento-de-visitas>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **VEP/DF autoriza ocupação de novos prédios da Papuda para detentos com COVID-19.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/vep-df-autoriza-ocupacao-de-novos-predios-da-papuda-para-detentos-com-covid-19>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **VEP/DF autoriza retomada gradual de benefícios externos e visitas a presos.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/setembro/vep-df-autoriza-retomada-gradual-de-beneficios-externos-e-visitas-a-presos>> Acesso em: 13 out. 2020.

_____. **VEP/DF comunica morte de preso contaminado pela COVID-19.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/junho/vep-df-lamenta-morte-de-preso-contaminado-pela-covid-19>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **VEP/DF divulga nota pelo falecimento de detento contaminado pelo COVID-19.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/vep-df-divulga-nota-pelo-falecimento-de-detento-contaminado-pelo-covid-19>> Acesso em: 21 set. 2020.

_____. **VEP/DF esclarece soltura de presos e ratifica que medida não é feita de forma indiscriminada.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/marco/vep-df-esclarece-soltura-de-presos-e-ratifica-que-medida-nao-e-feita-de-forma-indiscriminada>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **VEP/DF indefere novo pedido coletivo e indiscriminado de prisão domiciliar.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/abril/vep-df-indefere-novo-pedido-coletivo-e-indiscriminado-de-prisao-domiciliar>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **VEP/DF indefere prisão domiciliar coletiva: infectados com o coronavírus são 1,87% dos detentos.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/julho/covid-19-vep-df-indefere-prisao-domiciliar-coletiva-em-virtude-da-pandemia>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **VEP/DF prorroga análise de benefícios de presos e suspende nova saída temporária.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/julho/vep-df-mantem-suspensao-de-beneficios-externos-aos-presos-do-sistema-prisional-do-df>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **VEP/DF prorroga suspensão de benefícios externos dos presos.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/julho/vep-prorroga-suspensao-de-beneficios-externos-dos-presos-do-df>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **VEP/DF regulamenta entrega da Cobal e amplia análise de prisão domiciliar.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/maio/vep-df-regulamenta-entrega-da-cobal-e-amplia-analise-de-prisao-domiciliar>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **VEP/DF suspende saídas temporárias de presos e reforça atenção a detentos idosos.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/marco/vep-df-suspende-saidas-de-presos-e-reforca-atencao-a-detentos-idosos>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **VEPERA suspende apresentação de sentenciados no mês de abril.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/marco/vepema-suspende-apresentacao-de-sentenciados-no-mes-de-abril>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **VEPERA/DF suspende apresentações obrigatórias de apenados em agosto e outubro.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/julho/suspensas-apresentacoes-bimestrais-obrigatorias-de-agosto-e-outubro-na-vepera>> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **Visitas às unidades prisionais do DF estão suspensas.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/marco/visitas-as-unidades-prisionais-do-df-estao-suspensas>> Acesso em: 13 out. 2020.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Lei de Execução Penal.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm> Acesso em: 8 de nov. 2020.

_____. **PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 7, DE 18 DE MARÇO DE 2020.** Ministério da Justiça e Segurança Pública/Gabinete do Ministro. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-7-de-18-de-marco-de-2020-248641861>> Acesso em: 10 nov. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. **SESIPE agora é SEAPE. DECRETO Nº 40.833, DE 26 DE MAIO DE 2020.** SEAPE DF. Brasília. 2020. Disponível em: <<http://seape.df.gov.br/sesipe-agora-e-seape/>> Acesso em: 14 set. 2020

DECISÕES

STF. DECISÃO TUTELA PROVISÓRIA INCIDENTAL NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 347 DISTRITO FEDERAL.

Supremo Tribunal Federal. Brasília. 2020. Disponível em: https://migalhas.uol.com.br/arquivos/2020/3/8C10250F22F3E1_decisaoTPIADPF347.pdf> Acesso em: 10 de nov. 2020.

_____. **ADPF nº 672.** Supremo Tribunal Federal. Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF672liminar.pdf>> Acesso em: 14 set. 2020.

STJ. Habeas Corpus nº 568.693 - ES. Superior Tribunal de Justiça. Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/porta/p/SiteAssets/documentos/noticias/HC-568.693%20-%20PEExt.pdf>> Acesso em: 14 out. 2020.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

CNJ. Covid-19 no Sistema Prisional. Conselho Nacional de Justiça. Brasil. 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/Monitoramento-Semanal-Covid-19_26.10-2.pdf> Acesso em: 15 nov. 2020.

_____. **RECOMENDAÇÃO Nº 62.** Conselho Nacional de Justiça. Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 10 de nov. 2020.

CODEPLAN. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Candangolândia 2015 (PDAD). Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG, Distrito Federal. 2015. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Candangol%C3%A2ndia-1.pdf>> Acesso em: 12 out. 2020.

_____. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Lago Norte 2015/2016 (PDAD).** Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG, Distrito Federal. 2016. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/PDAD-Lago-Norte-1.pdf>> Acesso em: 12 out. 2020.

SCTIE. Acurácia dos testes diagnósticos registrados para a Covid-19. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Brasília, 2020. Disponível em: http://profsaude-abrasco.fiocruz.br/sites/default/files/publicacoes/acurcia_dos_testes_para_covid_19_1586558625.pdf.pdf> Acesso em: 21 set. 2020.

SEAPE. Requisição de resultado de exame de COVID-19 de pessoa presa. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Distrito Federal. 2020. Disponível em:

<<http://seape.df.gov.br/requisicao-de-exame-de-covid-19-de-pessoa-presa/>> Acesso em: 9 nov. 2020.

SSP/DF. **ORDEM DE SERVIÇO Nº 05, DE 12 DE MARÇO DE 2020.** Subsecretaria do Sistema Penitenciário. Brasília. 2020. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/arquivos/sei_00050_00012719_2020_69.pdf> Acesso em: 13 out. 2020.

SEJUS ES. **Covid-19.** Governo do Estado do Espírito Santo. Espírito Santo. 2020. Disponível em: <<https://sejus.es.gov.br/acoes-e-orientacoes-da-sejus-para-o-sistema-prisional-capixaba-sobre-o-novo-coronavirus>> Acesso em: 8 de nov. 2020.

TJDFT. **PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL EM SAÚDE PÚBLICA NO SISTEMA PRISIONAL SURTOS E MÚLTIPLAS VÍTIMAS.** Plano de Contingência. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/arquivos/plano-de-acao-emergencial-em-saude-publica-nos-presidios-do-df.pdf>> Acesso em: 19 nov. 2020.

NETNOGRAFIA

CDHM. **Reunião sobre o Covid-19 no Sistema Penitenciário do Distrito Federal.** Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/cdhmcamara/videos/1206893239703976/?_rdc=1&_rdr> Acesso em: 14 nov. 2020.

DPDF. **OS DESAFIOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NO CENÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19.** Defensoria Pública do Distrito Federal. Distrito Federal. 2020. 1 vídeo (52min11). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ph0RPSNYQzo&t=2692s&ab_channel=DefensoriaP%C3%BAblicadoDistritoFederal> Acesso em: 14 nov. 2020.

PAPO DE QUEBRADA. **Covid-19 no sistema prisional. Um bate-papo sobre como o encarceramento em massa contribui para a disseminação do vírus.** Entrevistados: Gabriel Sampaio, Isabela Shigunov, Dr. Luis Carlos Valois e Eveline Duarte. Entrevistador: Max Maciel. Spreaker. 2020. Disponível em: <<https://www.spreaker.com/user/11537432/covid19-e-o-sistema-prisional>> Acesso em: 19 nov. 2020.

SITES IMPORTANTES

BRASIL. **Painel Coronavírus.** Coronavírus Brasil. Ministério da Saúde. [s.i.]. 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em 14 set. 2020.

DEPEN. **Medidas de Combate ao COVID-19.** Governo Federal. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYThhMjk5YjgtZWQwYS00ODlkLTg4NDgtZTFh>>

[MTgzYmQ2MGVliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9](#)> Acesso em: 21 set. 2020.

INLOCO. Mapa brasileiro da COVID-19. InLoco. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/>> Acesso em: 12 out. 2020.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY & MEDICINE. Coronavirus Resource Center. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.jhu.edu/map.html>> Acesso em: 7 out. 2020.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL PORTAL COVID-19. Brasília. 2020. Disponível em: <<http://www.coronavirus.df.gov.br/index.php/testes/>> Acesso em: 21 set. 2020.

PRISON INSIDER. Coronavirus: la fiebre en prisión. Disponível em: <<https://www.prison-insider.com/es/articles?tag=sante>> Acesso em: 29 out. 2020.

_____. **Cartographie du coronavirus en prisión.** Disponível em: <<https://www.prison-insider.com/es/articles/cartographie-du-coronavirus-en-prison>> Acesso em: 15 de nov. 2020.

WPB. Highest to Lowest - Prison Population Total. World Prison Brief. 2020. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/highest-to-lowest/prison-population-total?field_region_taxonomy_tid=All#tabletop> Acesso em: 14 nov. 2020.

_____. **World Prison Brief data. South America.** World Prison Brief. 2020. Disponível em: <<https://www.prisonstudies.org/map/south-america>> Acesso em: 29 out. 2020.

BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS/BALANÇOS/RELATÓRIOS

AGÊNCIA BRASÍLIA. Balanço sobre a Covid-19 no sistema penitenciário – segunda-feira (13). Governo do Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/04/13/balanco-sobre-o-covid-19-no-sistema-penitenciario-segunda-feira-13-4/>> Acesso em: 7 nov. 2020.

_____. **Balanço sobre o Covid-19 no sistema penitenciário – terça- feira (14/4).** Governo do Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/04/14/balanco-sobre-o-covid-19-no-sistema-penitenciario-terca-feira-14-4/>> Acesso em: 7 nov. 2020.

_____. **Balanço sobre a Covid-19 no sistema penitenciário – quarta-feira, 15.** Governo do Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/04/15/balanco-sobre-a-covid-19-no-sistema-penitenciario/>> Acesso em: 7 nov. 2020.

_____. **Balanço sobre a Covid-19 no sistema penitenciário – quinta-feira (16).** Governo do Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/04/16/balanco-sobre-a-covid-19-no-sistema-penitenciario-quinta-feira-16/>> Acesso em: 7 nov. 2020.

_____. **Balanco sobre a Covid-19 no sistema penitenciário – sexta-feira (17/4).** Governo do Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/04/17/balanco-sobre-a-covid-19-no-sistema-penitenciario-sexta-feira-17-4/>> Acesso em: 7 nov. 2020.

AGEPEN. **SITUAÇÃO ATUAL DOS CASOS CONFIRMADOS COVID-19 SISTEMA PRISIONAL DE MS.** Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul. 2020. Disponível em: <<https://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/RelatrioCOVID2020-10-29-16-06-07-768.pdf>> Acesso em: 7 de nov. 2020.

BRASIL. **Boletim epidemiológico especial nº 34. Doença pelo Coronavírus COVID-19.** Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/October/08/Boletim-epidemiologico-COVID-34.pdf>> Acesso em: 11 out. 2020.

CNJ. **Monitoramento Quinzenal Covid-19.** Conselho Nacional de Justiça. Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/Monitoramento-CNJ-GMFs-Covid-19_26.10-2.pdf> Acesso em: 9 nov. 2020.

DIP. **Painel de casos de COVID-19 no SPDF – 25.06.2020.** Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/02/Relatorio_42512836_Painel_de_COVID_19_25.06.2020.pdf> Acesso em: 21 set. 2020.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 47.** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-18.04.2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 48.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/04/Boletim-COVID_DF-19.04.2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 49.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020.. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-20.04.2020_prisional-separado.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 450.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde

(DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-21.04.2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 51.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-22.04.2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 52.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-23-04-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 53.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-24-04-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 54.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-25-04-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 55.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-26-04-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 56.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-27-04-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 57.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-28-04-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 58.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-29-04-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 59.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde

(DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-30-04-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020. .

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 60.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-01-05-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 61.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-02-05-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 62.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-03_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 63.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-04_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 64.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/NOVO_Boletim-COVID_DF-05_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 65.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-06_05_-2020-1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 66.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Final-Boletim-COVID_DF-07_05_-2020-1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 67.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-08_05_-2020-1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 68.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-09_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 69.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-10_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 70.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-11_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 71.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-12_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº72.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-13_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 73.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-14_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 74.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-15_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 75.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-16_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 76.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-17_05_-2020b.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 77.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-18_05_-2020-1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 78.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-19_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 79.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-20_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 80.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <<http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/BOLETIM-COVID-21-DE-MAIO.pdf>>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 81.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/2Boletim-COVID_DF-22_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 82.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-23_05_-2020_revisado.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 83.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-24_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 84.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-25_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 85.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde

(DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-26_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 86.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-27_05_-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 87.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-28_05_2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 88.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-29-de-maio.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 89.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-30052020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 90.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-31_05.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 91.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-01_06.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 92.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-02_06.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 93.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_93-03_06_2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 94.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde

(DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_N94.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 95.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Boletim-COVID_DF_05-de-junho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 96.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_06_06.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 97.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_07_06.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 98.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-080620-COVID_DF.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 99.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_09_06.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 100.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_10_06.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 101.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_11_06.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 102.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/1206Boletim-COVID_DF.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 103.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/1206Boletim-COVID_DF.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

conteudo/uploads/2020/03/Boletim-103-COVID_DF-13062020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 104.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF1406.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 105.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-15062020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 106.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-16-de-junho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 107.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-17-de-junho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 108.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-1806.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 109.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-190620.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 110.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/Boletim-110-COVID_DF-20062020-docx.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 111.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/Boletim-N-111_2106_-COVID_DF-21-junho-1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 112.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-22-junho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 113.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-2306.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 114.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-2406.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 115.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-25-junho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 116.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-26-de-junho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 117.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-27-de-junho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 118.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-28_06_20.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 119.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-29-de-junho-de-2020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 120.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-3006.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 121.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-0107.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 122.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-2-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 123.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_3-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 124.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-04072020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 125.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-0507.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 126.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-06-de-junho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 127.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-7-de-junho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 128.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-08-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 129.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-9-de-julho-1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 130.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-10-de-junho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 131.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-1107.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 132.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <<http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-Epidemiolo%CC%81gico-Covid19-.pdf>>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 133.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-13-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 134.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-14-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 134.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-15-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 136.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-16-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 137.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-17-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 138.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-18-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 139.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-19-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 140.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-20-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 141.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-21-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 142.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-22-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 143.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-23-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 144.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <<http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/BOLETIM-24-de-julho.pdf>>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 145.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-25-de-julho-1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 146.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-26-de-julho_b.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 147.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-27-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 148.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-28-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 149.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-29-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 150.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-30-de-julho-1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 151.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-31-de-julho.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 152.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-01-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 153.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-02-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 154.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-03-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 155.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-4-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 156.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_5-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 157.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-6-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 158.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-07-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 159.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-08-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 160.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-09-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 161.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-10-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 162.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-11-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 163.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-12-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 164.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-13-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 165.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-14-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 166.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-15-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 167.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-16-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 168.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-17-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 169.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-18-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 170.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/2020_08_19_Boletim-COVID_DF-19-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 171.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-20-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 172.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-21-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 173.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-22-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 174.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF-23-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 175.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_24-de-agosto.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 176.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_25_AGO.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 177.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_26_AGO.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 178.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_27_AGO.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 179.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_28_AGO.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 180.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_AUTOMATICO.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 181.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/30_08Boletim-COVID_DF_AUTOMATICO.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 182.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_31_AGO.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 183.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim_COVID_DF_183.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 184.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim_COVID_DF_184.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 185.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim_COVID_DF_185.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 186.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim_COVID_DF_186.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 187.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim_COVID_DF_187.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 188.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim_COVID_DF_188.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 189.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim_COVID_DF_189.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 190.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_190.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 191.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_9_SET.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 192.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/192_Boletim-COVID_DF_AUTOMATICO.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 193.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/193_Boletim-COVID_DF_AUTOMATICO.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 194.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/194_Boletim-COVID_DF_AUTOMATICO.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 195.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_Boletim-195.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 196.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/196_Boletim-COVID_DF_AUTOMATICO.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 197.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_Boletim-197-corrigido.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 198.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-198-COVID_DF-16092020.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 199.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_AUTOMATICO-2.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 200.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_AUTOMATICO-2.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

conteudo/uploads/2020/03/Boletim-Covid19-DF-200-2020_09_18.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 201.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_19_09_20-V.Corrigida.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 202.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_20_09_20.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 203.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_n203-v1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 204.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_n204.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 205.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_n205-v1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 206.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_n206-v1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 207.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_207-1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 208.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_n208-v1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 209.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde

(DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_N209.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 210.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_n210-v1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 211.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_n211-v1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 212.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_AUTOMATICO-3.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 213.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_n213-v1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 214.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_214.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 215.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_215.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 216.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF216.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 217.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_N217.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO Nº 218.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde

(DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_N218.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 219.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_219_07_10.docx.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 220.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_N220-1.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 221.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/221-Boletim-COVID_DF_AUTOMATICO.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 222.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_222.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 223.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF223.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 224.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_224.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 225.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_225.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 226.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_226.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 227.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_227.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 228.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_228.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 229.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_229.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 230.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_230.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 231.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_231.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 232.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_232.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 233.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_233.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 234.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_234.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 235.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_235.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 236.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_236.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 237.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_237.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 238.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/Boletim-COVID_DF_238.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 239.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_239.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 240.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_240.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 241.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_241.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 242.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_242.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO N° 243.** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Subsecretaria de Vigilância em Saúde (DIVEP/SVS). Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/Boletim-COVID_DF_243.pdf>. Acesso em 31 out. 2020.

_____. **Informe sobre a doença pelo Coronavírus (COVID-2019).** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Brasília. 2020. Disponível em: http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Informe_COVID19_GDF_20200307.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

_____. **Informe sobre a doença pelo Coronavirus (COVID-2019). 07 de março de 2020.** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Informe_COVID19_GDF_20200307.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

_____. **RELATÓRIO 8 - TESTAGEM PARA SARS COV-2 NO DF.** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<http://www.coronavirus.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Relato%CC%81rio-Testagem-8.pdf>> Acesso em: 18 nov. 2020.

_____. **RELATÓRIO 9 - TESTAGEM PARA SARS COV-2 NO DF.** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<http://www.coronavirus.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Relato%CC%81rio-Testagem-9-.pdf>> Acesso em : 18 nov. 2020.

_____. **RELATÓRIO 10 - TESTAGEM PARA SARS COV-2 NO DF.** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<http://www.coronavirus.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Relato%CC%81rio-Testagem-10.pdf>>. Aceso em: 18 nov. 2020.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

AGÊNCIA BRASIL. **Eduardo Pazuello toma posse como ministro da Saúde. Depois de quatro meses como interino, ministro foi efetivado no cargo.** Agência Brasil. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-09/ao-vivo-eduardo-pazuello-toma-posse-como-ministro-da-saude>> Acesso em: 14 set. 2020.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Iges-DF cria Comitê de Combate ao Coronavírus.** Subsecretaria de Divulgação Secretaria de Estado de Comunicação do DF. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasilia.df.gov.br/2020/02/27/iges-df-cria-comite-de-combate-ao-coronavirus/>> Acesso em: 13 out. 2020.

AGÊNCIA ESTADO. **Mortes por covid cresceram 9 vezes no período da gestão interina de Pazuello.** Correio Braziliense. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2020/09/4875963-mortes-por-covid-cresceram-9-vezes-no-periodo-da-gestao-interina-de-pazuello.html>> Acesso em: 21 set. 2020.

AQUINO, Vanessa; MONTEIRO, Natália. **Brasil confirma primeiro caso da doença.** Ministério da Saúde. 2020. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>> Acesso em 16 set. de 2020.

AVEDAÑO. Ana Clara. **Risco à saúde: Bloco de onde presos fugiram da Papuda está infestado por ratos.** Correio Braziliense. Brasília. 2020. Disponível em:

<<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/11/4887228-risco-a-saude-bloco-de-onde-presos-fugiram-da-papuda-esta-infestado-por-ratos.html>> Acesso em: 19 nov. 2020.

BARIFOUSE, Rafael. Coronavírus: em que pé estão as 6 vacinas mais adiantadas contra a covid-19. BBC News Brasil. São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-53760433>> Acesso em: 1 dez. 2020.

BATISTA, João Pedro Thimotheo; OLIVEIRA, Leandro José Pedrosa de Lima; SALLES, Lucas Riolo; DINIZ, Leandra Prates; SHIOMATSU, Gabriella Yuka; NINOMIYA, Vitor Yukio; CARVALHO, Ricardo Tadeu de. ISOLAMENTO VERTICAL E ISOLAMENTO HORIZONTAL: ENTENDA AS DIFERENÇAS. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Minas Gerais. 2020. Disponível em: <<http://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/74-isolamento-vertical-e-isolamento-horizontal>> Acesso em: 16 out. 2020.

BBC NEWS/BRASIL. Coronavírus: como a Itália tomou lugar da China como principal foco de preocupação sobre a covid-19. BBC News Brasil. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51661091>> Acesso em: 16 set. de 2020.

_____. **Relembre frases de Bolsonaro sobre a covid-19.** BBC News Brasil. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>> Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. Entenda a diferença entre Coronavírus, Covid-19 e Novo Coronavírus. Os primeiros casos desse agente foram registrados na cidade de Wuhan, na China. Governo do Brasil. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/entenda-a-diferenca-entre-coronavirus-covid-19-e-novo-coronavirus>> Acesso em: 21 set. 2020.

BRUNO, Beatricce. Melhora nos dados de isolamento social não tira MS da lanterna no ranking nacional. Portal do Governo de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul. 2020. Disponível em: <<http://www.ms.gov.br/melhora-nos-dados-de-isolamento-social-nao-tira-ms-da-lanterna-no-ranking-nacional/>> Acesso em: 16 out. 2020.

CARDIM, Nathália. Familiares fazem protesto na VEP-DF para ter notícias de detentos da Papuda. Metrôpoles. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/familiares-fazem-protesto-na-vep-df-para-ter-noticias-de-detentos-da-papuda>> Acesso em: 17 nov. 2020.

_____. **GDF prevê um mês para entrega de Hospital de Campanha na Papuda.** Metrôpoles. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/gdf-preve-um-mes-para-entrega-de-hospital-de-campanha-na-papuda>> Acesso em: 20 nov. 2020.

CARVALHO, Ricardo Tadeu; NINOMIYA, Vitor Yukio; SHIOMATSU, Gabriella Yuka. ENTENDA A IMPORTÂNCIA DO DISTANCIAMENTO SOCIAL. Coronavírus. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Minas Gerais. 2020. Disponível em:

<<http://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/108-distanciamento-social>> Acesso em: 12 out. 2020.

CHARLSON, Freddy. **Hospital de Campanha da Papuda recebe visita de gestores da Saúde.** Agência Brasília. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/11/14/hospital-de-campanha-da-papuda-recebe-visita-de-gestores-da-saude/>> Acesso em: 20 nov. 2020.

CINTRA, Caroline. **Comitiva liderada por Comissão de Direitos Humanos da CLDF visita a Papuda.** Correio Braziliense. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/01/interna_cidadesdf,868426/comitiva-liderada-por-comissao-de-direitos-humanos-da-cldf-visita-a-pa.shtml> Acesso em: 16 nov. 2020.

CNJ. **Audiência de Custódia.** Conselho Nacional de Justiça. 2020. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/audiencia-de-custodia/>> Acesso em: 7 de nov. 2020.

COLETTA, Ricardo Della. **Bolsonaro diz que ainda não há prova científica sobre cloroquina, mas volta a defender remédio.** Folha de São Paulo. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/bolsonaro-diz-que-ainda-nao-ha-prova-cientifica-sobre-cloroquina-mas-volta-a-defender-remedio.shtml>>. Acesso em: 21 set. 2020.

DIOGO, Darcianne. **Coronavírus: familiares de presos organizam protesto após casos de contágio.** Correio Braziliense. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/04/09/interna_cidadesdf,843550/coronavirus-familiares-de-presos-organizam-protesto-apos-casos-de-con.shtml> Acesso em: 17 nov. 2020.

_____. **Família de preso morto na Papuda entrará com processo por negligência médica.** Correio Braziliense. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/11/4887749-familia-de-preso-morto-na-papuda-entrara-com-processo-por-negligencia-medica.html>> Acesso em: 19 nov. 2020.

_____. **Hospital de campanha na Papuda deve ser entregue nesta semana.** Correio Braziliense. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/06/15/interna_cidadesdf,863734/hospital-de-campanha-na-papuda-deve-ser-entregue-nesta-semana.shtml> Acesso em: 20 nov. 2020.

FERNANDES, Augusto. **Bolsonaro defende isolamento vertical e diz que quer "abrir tudo".** Correio Braziliense. Brasília. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/14/interna_politica,854859/bolsonaro-defende-isolamento-vertical-e-diz-que-quer-abrir-tudo.shtml> Acesso em: 21 set. 2020.

FERREIRA, Afonso. **Exame confirma 1º caso de coronavírus no Presídio Federal de Brasília.** Portal G1 DF. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/20/exame-confirma-1o-caso-de-coronavirus-no-presidio-federal-de-brasilia.ghtml>> Acesso em: 9 nov. 2020.

_____. **'Última vez que o vi foi ano passado', diz irmã de 1º detento morto pela Covid-19 na Papuda.** G1 DF. Distrito Federal. 2020. Disponível: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/20/ultima-vez-que-o-vi-foi-ano-passado-diz-irma-de-1o-detento-morto-pela-covid-19-na-papuda.ghtml>> Acesso em: 16 dez. 2020.

_____. **Ibaneis exonera secretário e integrantes da cúpula do sistema penitenciário no DF.** G1 DF. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/09/09/ibaneis-exonera-secretario-e-integrantes-da-cupula-do-sistema-penitenciario-no-df.ghtml>> Acesso em: 15 set. 2020.

FIOCRUZ. **Por que a doença causada pelo novo vírus recebeu o nome de Covid-19?** Fundação Oswaldo Cruz: Uma instituição a serviço da vida. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>> Acesso em: 21 set. 2020.

GALVÃO, Walder. **Papuda registra primeira morte por coronavírus; vítima é um policial penal.** Correio Braziliense. Brasília. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/05/17/interna_cidadesdf,855784/papuda-registra-primeira-morte-por-coronavirus-vitima-e-um-policial.shtml> Acesso em: 21 set. 2020.

GARZON, Matheus. **Covid-19: familiares de presos no DF fazem protesto e pedem videochamada.** Portal Metrôpoles. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/covid-19-familiares-de-presos-no-df-fazem-protesto-e-pedem-videochamada>> Acesso em 17 nov. 2020.

G1 BEM ESTAR. **'A segunda onda está chegando', alerta diretor de emergências da OMS.** G1 Bem estar. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/19/a-segunda-onda-esta-chegando-alerta-diretor-de-emergencias-da-oms.ghtml>> Acesso em: 1 dez. 2020.

_____. **Taxa de transmissão da Covid-19 no Brasil volta a cair ao menor patamar desde abril, aponta Imperial College.** G1 BEM ESTAR. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/09/15/taxa-de-transmissao-da-covid-19-no-brasil-volta-a-cair-ao-menor-patamar-desde-abril-aponta-imperial-college.ghtml>> Acesso em: 21 set. 2020.

G1 DF. **Detento de 32 anos é 1ª morte por coronavírus no sistema prisional do DF.** G1 DF. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/19/detento-de-32-anos-e-1a-morte-por-coronavirus-no-sistema-prisional-do-df.ghtml>> Acesso em: 21 set. 2020.

_____. **Militares da Marinha e Exército fazem desinfecção da Penitenciária da Papuda, no DF.** Portal G1 DF. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/12/militares-da-marinha-e-exercito-fazem-desinfeccao-da-penitenciaria-da-papuda-no-df.ghtml>> Acesso em: 21 nov. 2020.

_____. **'Vamos tratar como uma gripe', diz Ibaneis sobre Covid-19 no DF.** G1 DF. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/06/30/vamos-tratar-como-uma-gripe-diz-ibaneis-sobre-casos-de-covid-19-no-df.ghtml>> Acesso em 14 out. 2020.

G1 ES. **Estudo estima que 31,6% dos presos do ES tiveram Covid-19.** Portal G1 ES. Espírito Santo. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/09/16/estudo-estima-que-316percent-dos-presos-do-es-tiveram-covid-19.ghtml>> Acesso em: 9 nov. 2020.

G1, O GLOBO, EXTRA, ESTADÃO, FOLHA, UOL. **Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19.** G1 Política. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>> Acesso em: 21 set. 2020.

G1 SP. **Primeiro caso confirmado de Covid-19 no Brasil ocorreu em SP e completa seis meses nesta quarta.** G1 SP. São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/08/26/primeiro-caso-confirmado-de-covid-19-no-brasil-ocorreu-em-sp-e-completa-seis-meses-nesta-quarta.ghtml>> Acesso em: 16 set. de 2020.

IBGE. **PNAD Covid19: até julho, 13,3 milhões de pessoas tinham feito o teste para coronavírus no Brasil.** Agência IBGE Notícias. Editoria: Séries Especiais. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28640-pnad-covid19-ate-julho-13-3-milhoes-de-pessoas-tinham-feito-o-teste-para-coronavirus-no-brasil>> Acesso em: 21 set. 2020.

JAN, Cecilia. **OMS alerta que talvez nunca se descubra um remédio contra a covid-19.** Madri. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-08-03/oms-alerta-que-talvez-nunca-se-descubra-um-remedio-contr-a-covid-19.html>> Acesso em 18 set. 2020.

JUNQUEIRA, Caio; MACHIDA, Kenzô. **Após 29 dias no cargo, Nelson Teich pede demissão do Ministério da Saúde.** CNN Brasil. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/15/nelson-teich-pede-demissao-do-ministerio-da-saude>> Acesso em: 21 set. 2020.

LIMA, Catarina. **Familiares de presos apresentam reivindicações sobre medidas tomadas para conter covid-19.** Jornal de Brasília. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/cidades/familiares-de-presos-apresentam-reivindicacoes-sobre-medidas-tomadas-para-conter-covid-19/>> Acesso em: 19 nov. 2020.

MALATRASI, Larissa, Galli. **Advogados e famílias sem comunicação com detentos.** Jornal de Brasília. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/cidades/advogados-e-familias-sem-comunicacao-com-detentos/>> Acesso em: 16 nov. 2020.

MATOS, Willian. **Advogados cobram até R\$ 900 para levar notícias de presos da Papuda.** Jornal de Brasília. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/cidades/advogados-cobram-ate-r-900-para-levar-noticias-de-presos-da-papuda/>> Acesso em: 16 nov. 2020.

MOURA, Renata. **Sistema Penitenciário do DF ganha independência.** Agência Brasília. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2020/05/27/sistema-penitenciario-do-df-ganha-independencia/>> Acesso em: 14 set. 2020.

OLIVEIRA, Marcelo. **Do Zika ao Ebola: OMS declarou emergência 5 vezes antes do coronavírus.** UOL. São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/01/30/antes-do-coronavirus-oms-havia-decretado-cinco-vezes-emergencia-global.htm>> Acesso em 15 set. 2020.

PERES, Sarah. **Covid-19: após fiscalização na Papuda, juíza rebate críticas de deputado.** Correio Braziliense. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/02/interna_cidadesdf,868959/covid-19-apos-fiscalizacao-na-papuda-juiza-rebate-criticas-de-deputa.shtml>. Acesso em: 17 nov. 2020.

_____. **Fuga de presos na Papuda é a maior dos últimos 10 anos no DF; veja os foragidos.** Correio Braziliense. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/10/4882307-a-fuga-da-decada.html>> Acesso em: 19 nov. 2020.

PINHEIRO, Mirelle. **DF: policiais penais protestam e pedem medidas eficientes contra a Covid-19.** Metrôpoles. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/df-policiais-penais-protestam-e-pedem-medidas-eficientes-contr-a-covid-19>>. Acesso em: 17 de nov. 2020.

_____. **Parentes de presos da Papuda cobram notícias e retorno das visitas.** Metrôpoles. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/parentes-de-presos-da-papuda-cobram-noticias-e-retorno-das-visitas>> Acesso em: 17 nov. 2020.

PINHEIRO, Roberta; PERES, Sarah. **Familiares de presos pedem por retomada de visitas e mais transparência.** Correio Braziliense. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/23/interna_cidadesdf,874774/familiares-de-presos-pedem-por-retomada-de-visitas-e-mais-transparenci.shtml> Acesso em: 17 nov. 2020.

REUTERS. **Vacina contra Covid-19 pode estar pronta até final do ano, diz chefe da OMS.** G1 Bem Estar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2020/10/06/vacina-contracovid-19-pode-estar-pronta-ate-final-do-ano-diz-chefe-da-oms.ghtml>> Acesso em 14 out. 2020.

RIOS, Alan. **Ministério da Saúde confirma primeiro caso de coronavírus no DF.** Correio Braziliense. Correio Braziliense. Brasília. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/03/07/interna_cidadesdf,832774/ministerio-da-saude-confirma-primeiro-caso-de-coronavirus-no-df.shtml> Acesso em: 18 set. 2020.

RODRIGUES, Alex. **Conselho proíbe uso de contêineres para separar presos com covid-19.** Agência Brasil. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/conselho-proibe-uso-de-containers-para-separar-presos-com-covid-19>> Acesso em: 9 nov. 2020.

STABILE, Arthur. **Em lista de 47 países, Brasil é 4º com mais mortes de presos pela Covid-19.** Ponte Jornalismo. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/em-lista-de-47-paises-brasil-e-4o-com-mais-mortes-de-presos-pela-covid-19/>> Acesso em: 29 de out. 2020.

_____. **Primeira morte de preso pela Covid-19 no Brasil é registrada no RJ.** Ponte. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/primeira-morte-de-presos-pela-covid-19-no-brasil-e-registrada-no-rj/>> Acesso em: 21 set. 2020.

_____. **Primeiro caso de coronavírus em presídios é confirmado no Pará.** Ponte. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/primeiro-caso-de-coronavirus-em-presidios-e-confirmado-no-para/>> Acesso em: 21 set. 2020.

UFMG. **H1N1: fatos e fakes. Série do Saúde com Ciência esclarece os riscos das infecções pelo vírus H1N1 e outros tipos de gripe e as principais formas de prevenção.** Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais. 2020. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/h1n1-fatos-e-fakes/>> Acesso em 15 set. 2020.

VASCONCELOS, Caê; MENDONÇA, Jeniffer. **Governo Doria some com mais de 800 casos de coronavírus em prisões de SP.** Ponte. [S.I.]. 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/governo-doria-some-com-mais-de-800-casos-de-coronavirus-em-prisoos-de-sp/>> Acesso em: 21 set. 2020.

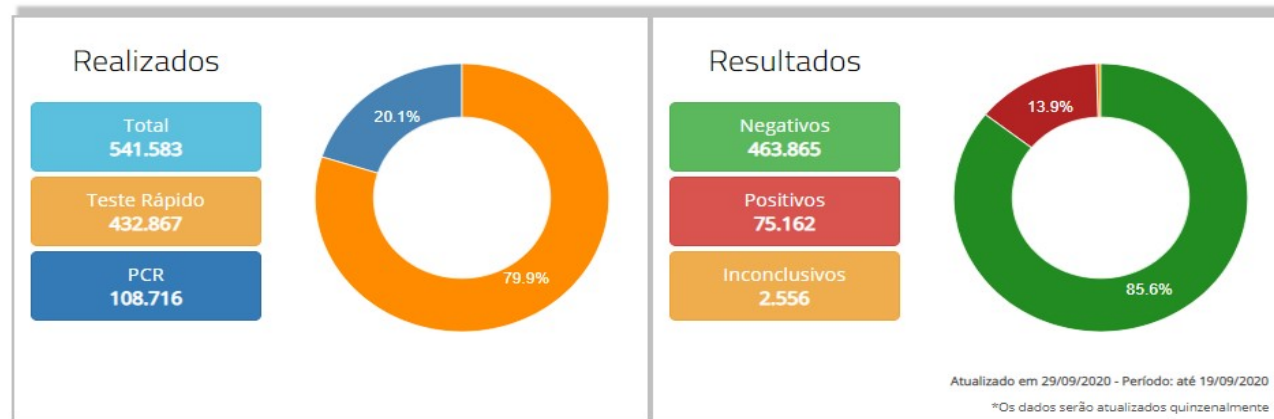
VEJA SÃO PAULO. **Covid-19: Vacinação em massa não deve ocorrer em 2021 no Brasil, diz vice-diretora da OMS.** Veja São Paulo. São Paulo. 2020. Disponível em:

<<https://vejasp.abril.com.br/saude/coronavirus-covid-19-campanha-vacinacao-oms-mariangela-simao/>> Acesso em: 15 out. 2020.

VERDÉLIO, Andreia. **Covid-19: governo do Distrito Federal suspende aulas por mais 15 dias.** Agência Brasil. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/covid-19-governo-do-distrito-federal-suspende-aulas-por-mais-15-dias>> Acesso em: 13 out. 2020

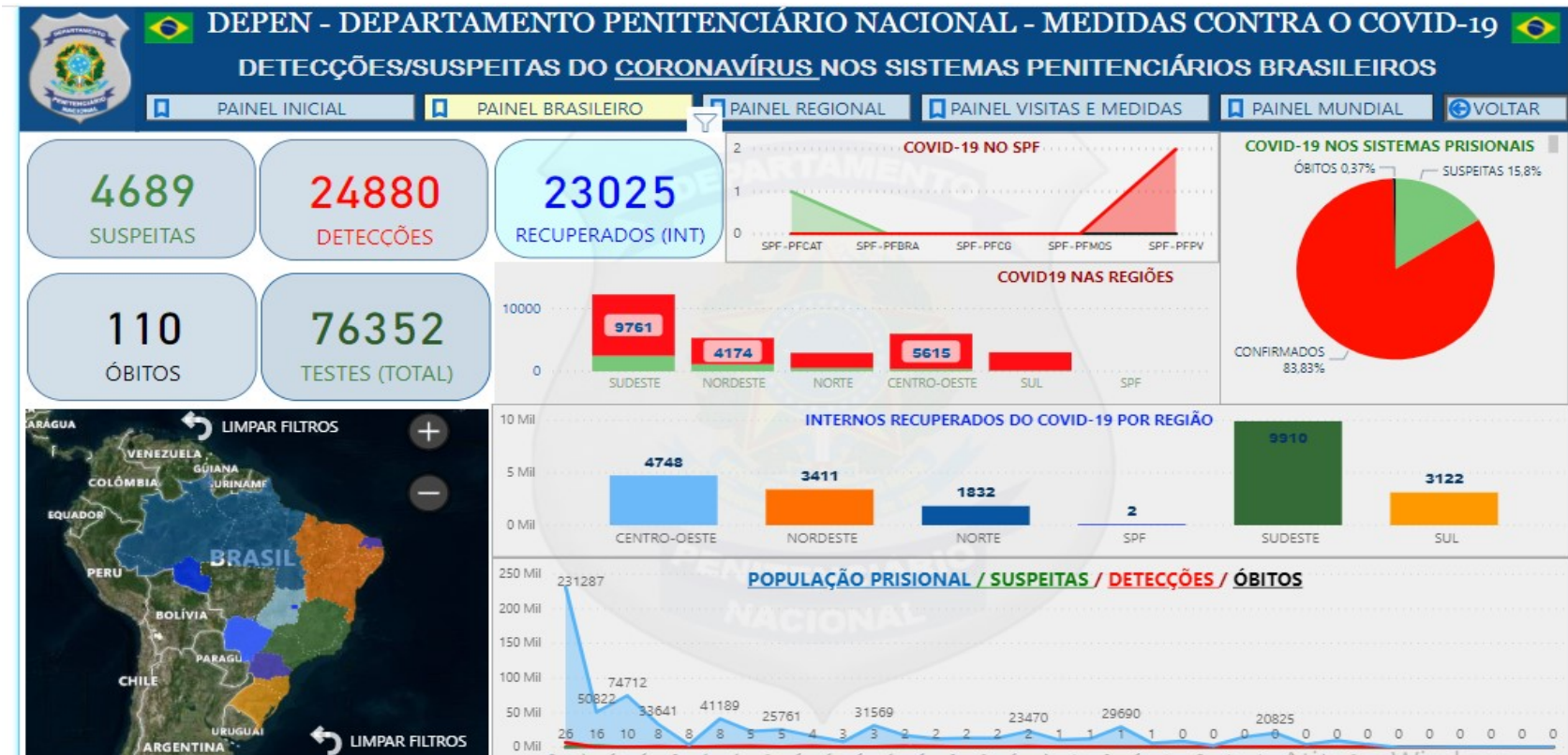
YOSHIMINE, Rita; ALVES, Pedro. **Ibaneis libera funcionamento de shoppings no DF a partir de 27 de maio; veja detalhes.** TV Globo e G1 DF. Distrito Federal. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/22/ibaneis-libera-funcionamento-de-shoppings-no-df-a-partir-de-27-de-maio-veja-detalhes.ghtml>> Acesso em: 13 out. 2020.

Fonte: Universidade de Medicina de Johns Hopkins (Link: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>)

Anexo B – Testes de Covid-19 realizados no DF**Até 19 de setembro de 2020**[Principal](#)
TESTES

Anexo C – Coronavírus nas unidades de privação de liberdade

Até 17 de setembro de 2020



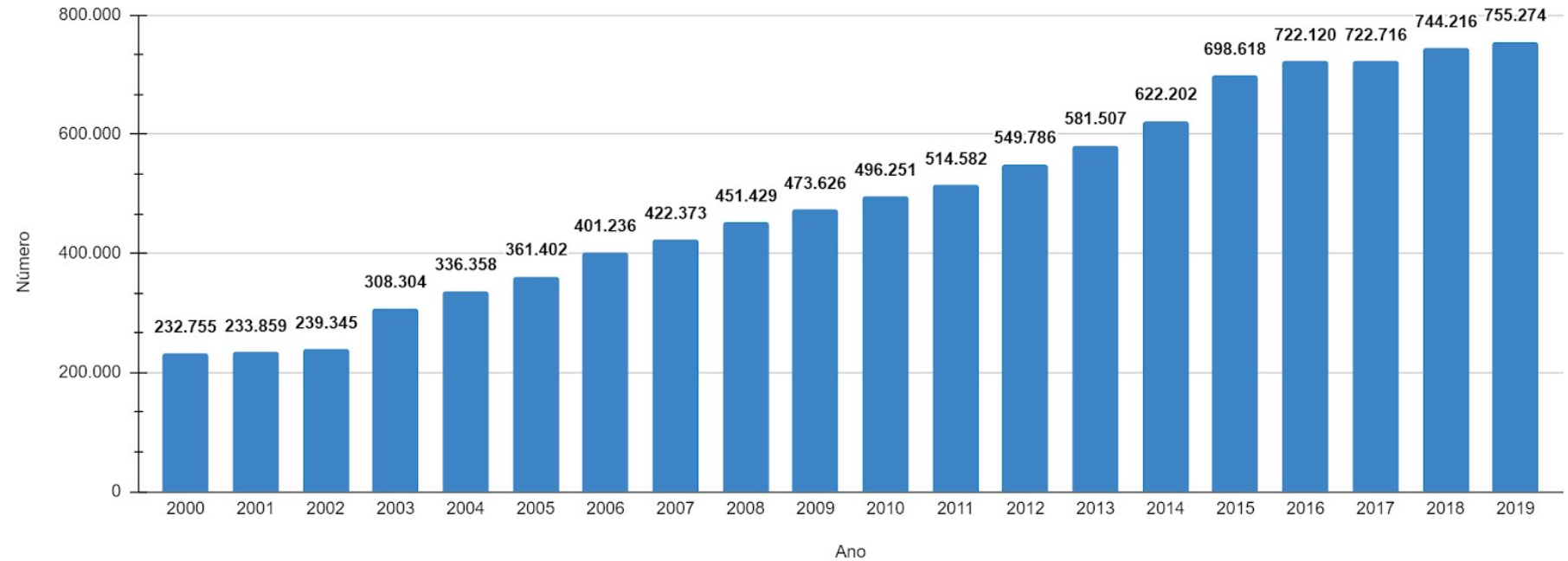
Fonte: DEPEN/MJSP

Anexo D - *In Loco* - Taxa de isolamento social horizontal no Brasil



Anexo E – Infográfico – População Prisional

População Prisional por Ano

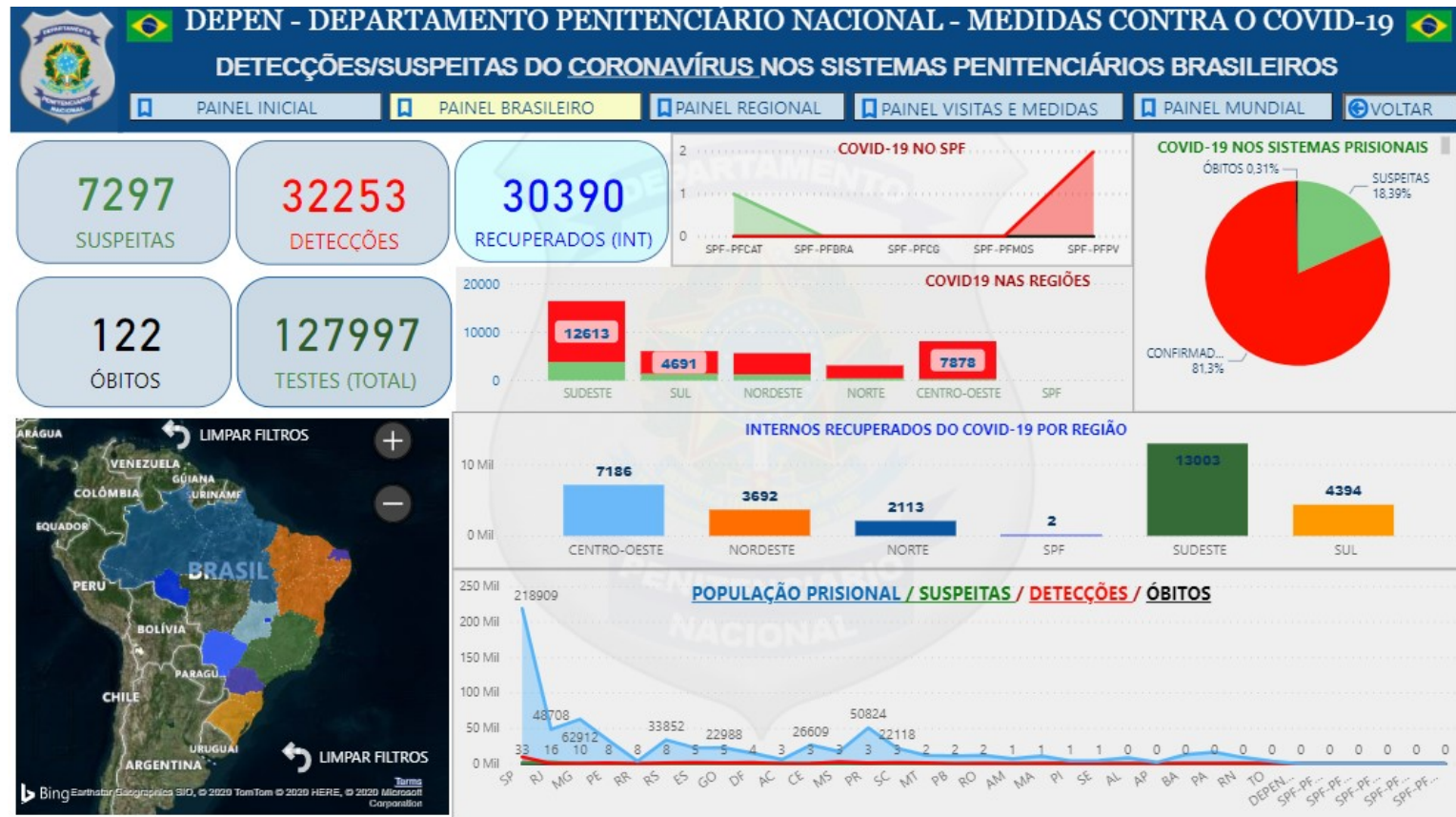


Fonte: INFOPEN – Dezembro/2019

Anexo F – Painel DEPEN – Covid-19

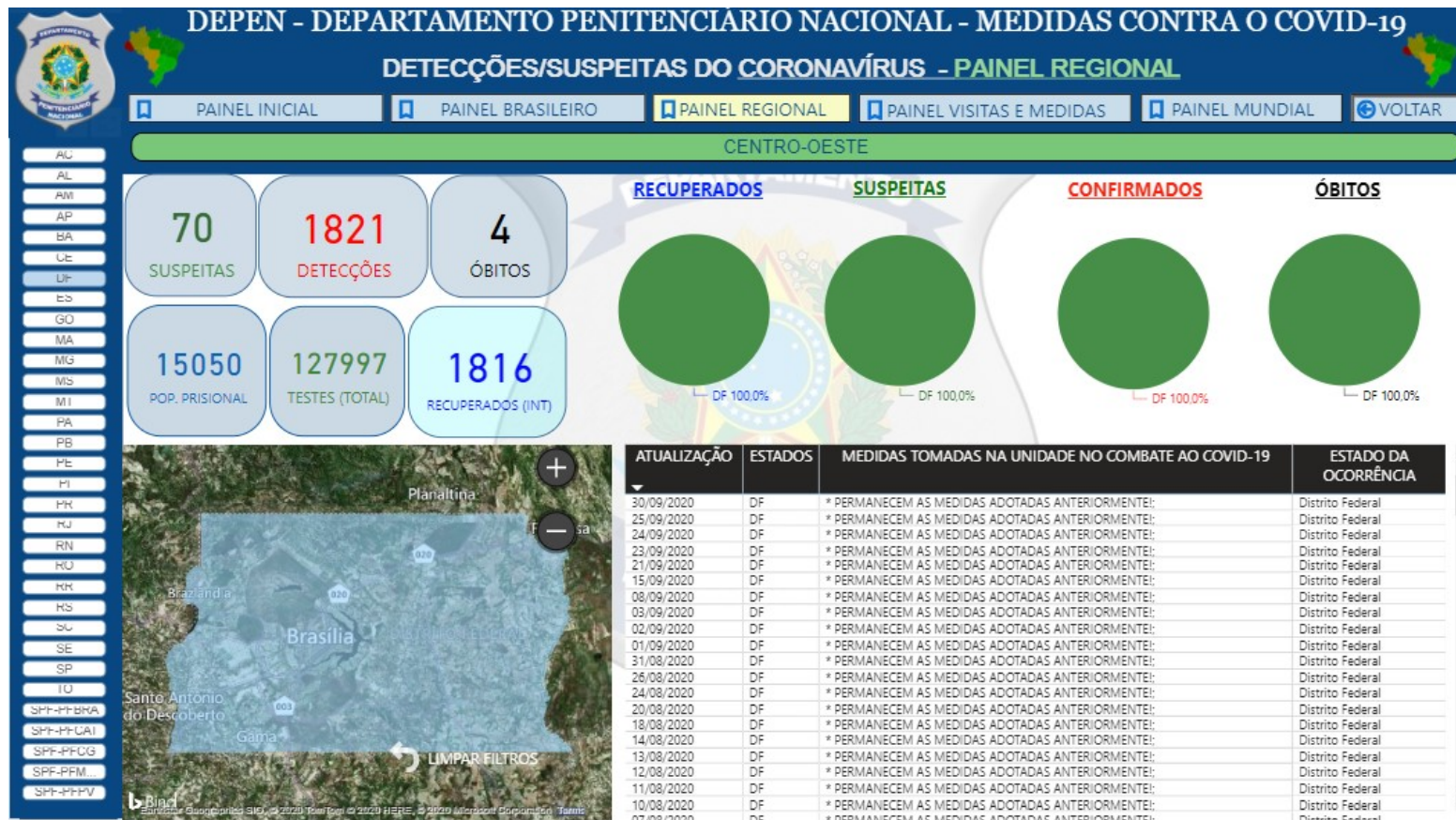
Fonte: DEPEN/MJSP

Painel Brasileiro



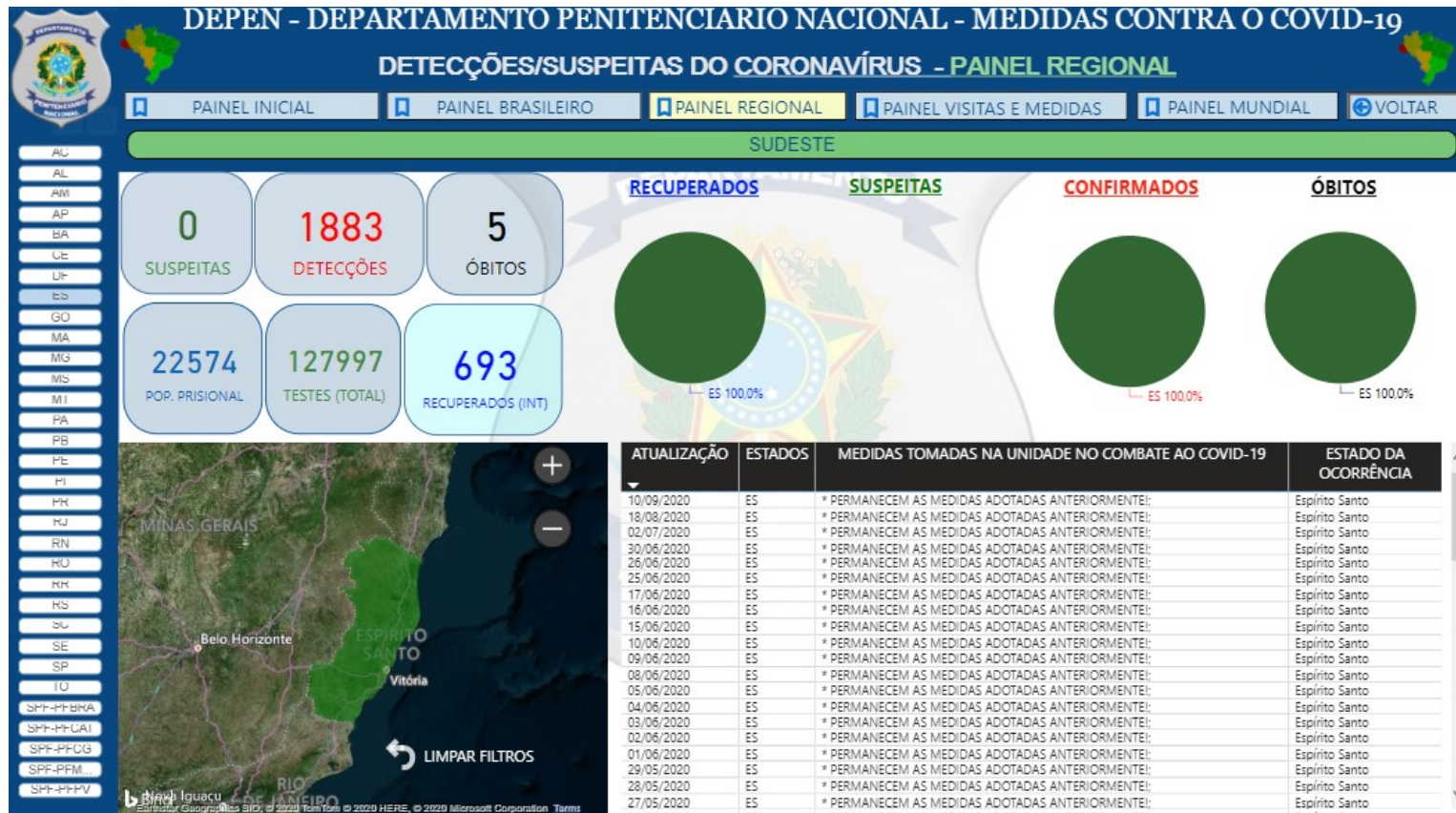
Fonte: DEPEN/MJSP

Painel regional – Distrito Federal



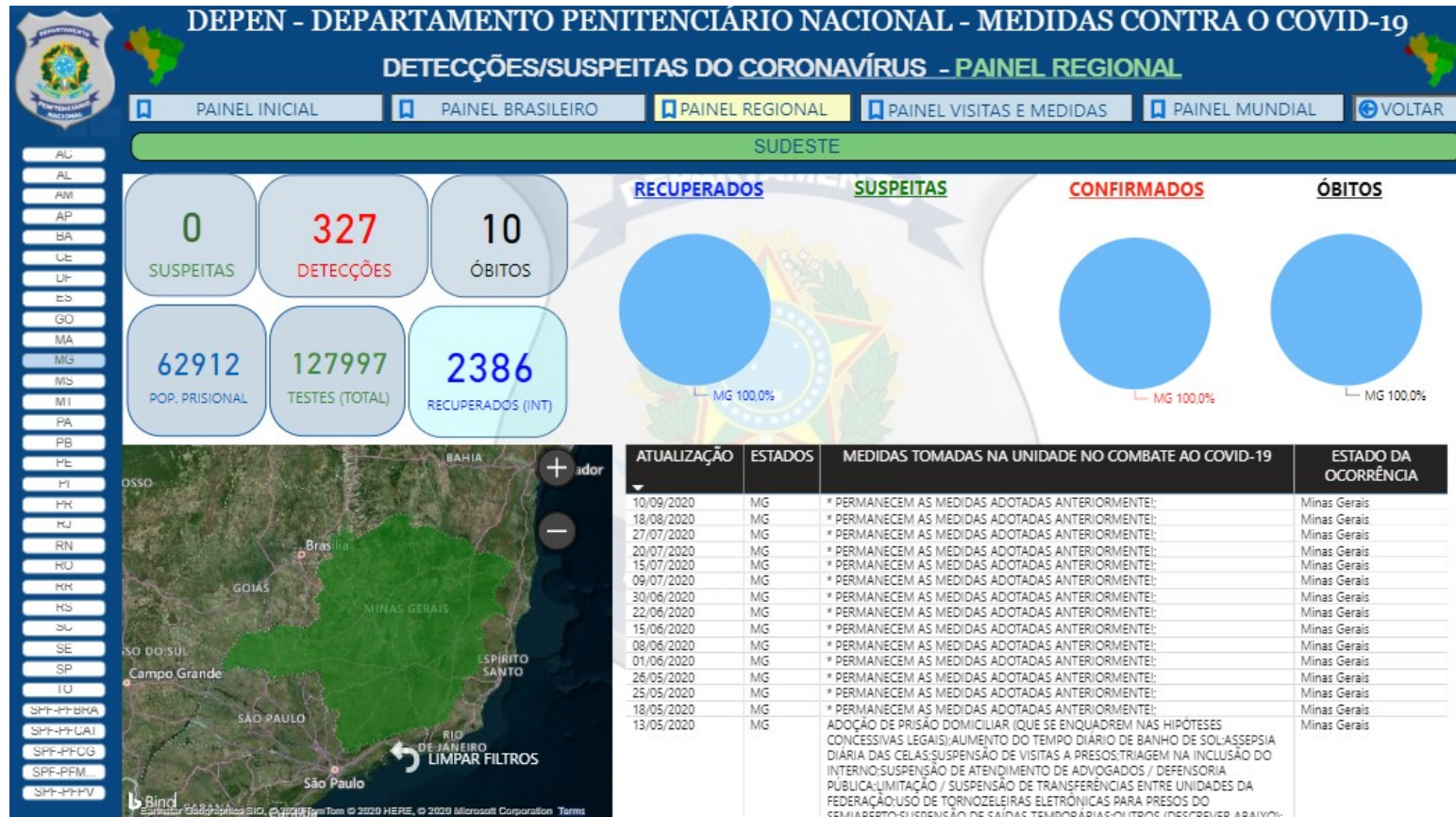
Fonte: DEPEN/MJSP

Painel regional – Espírito Santo



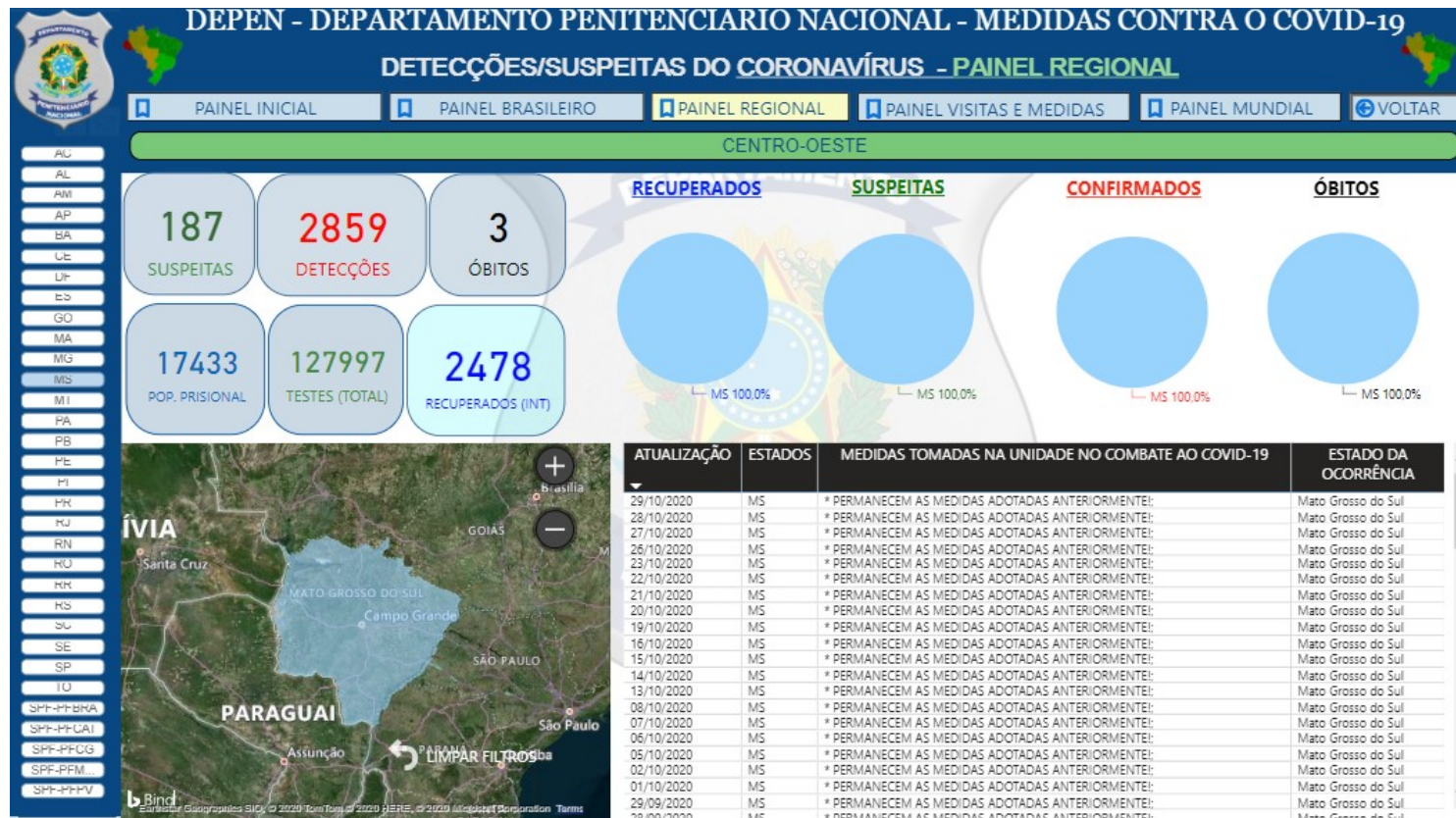
Fonte: DEPEN/MJSP

Painel regional – Minas Gerais



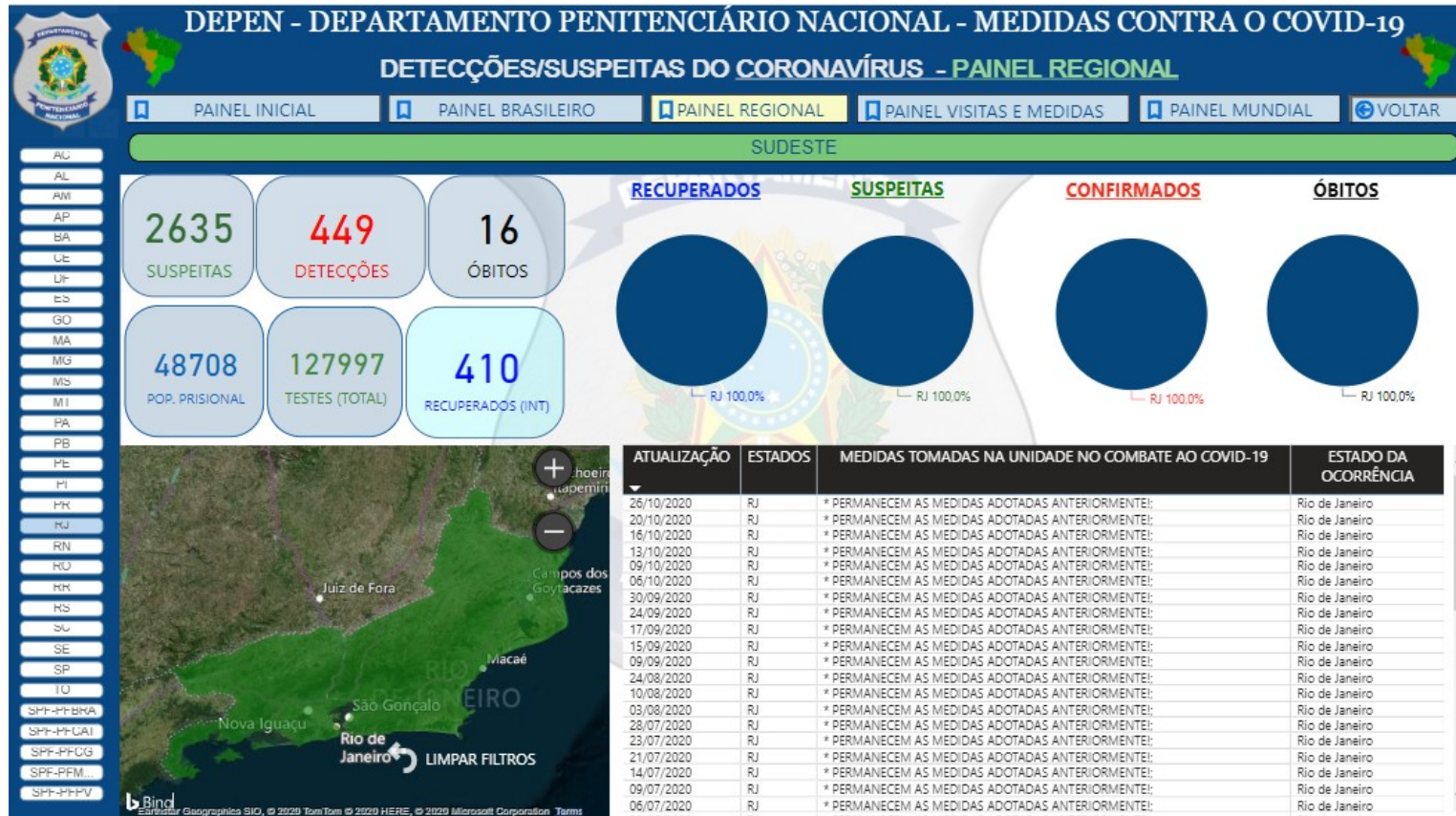
Fonte: DEPEN/MJSP

Painel regional – Mato Grosso do Sul



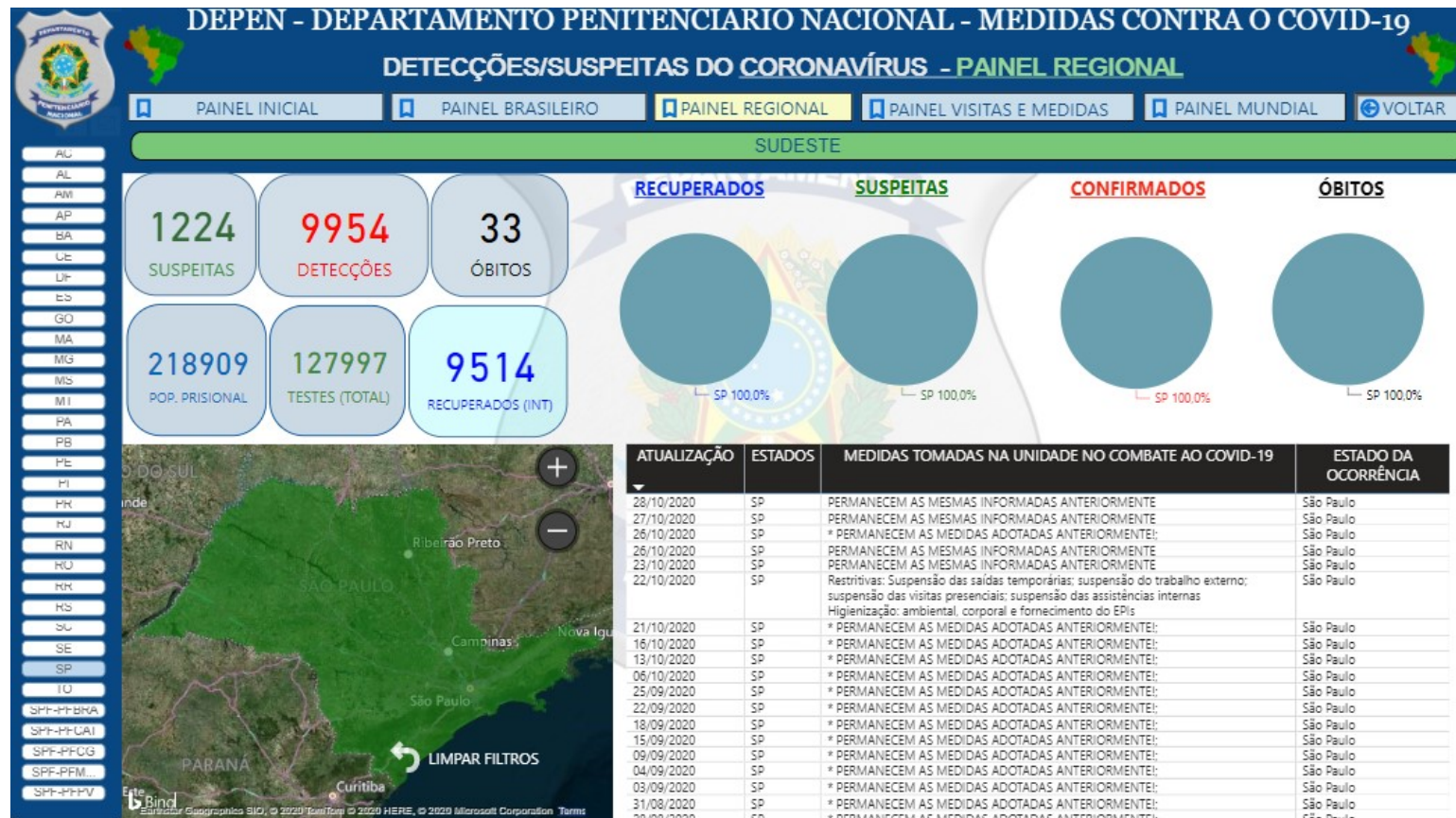
Fonte: DEPEN/MJSP

Painel regional – Rio de Janeiro



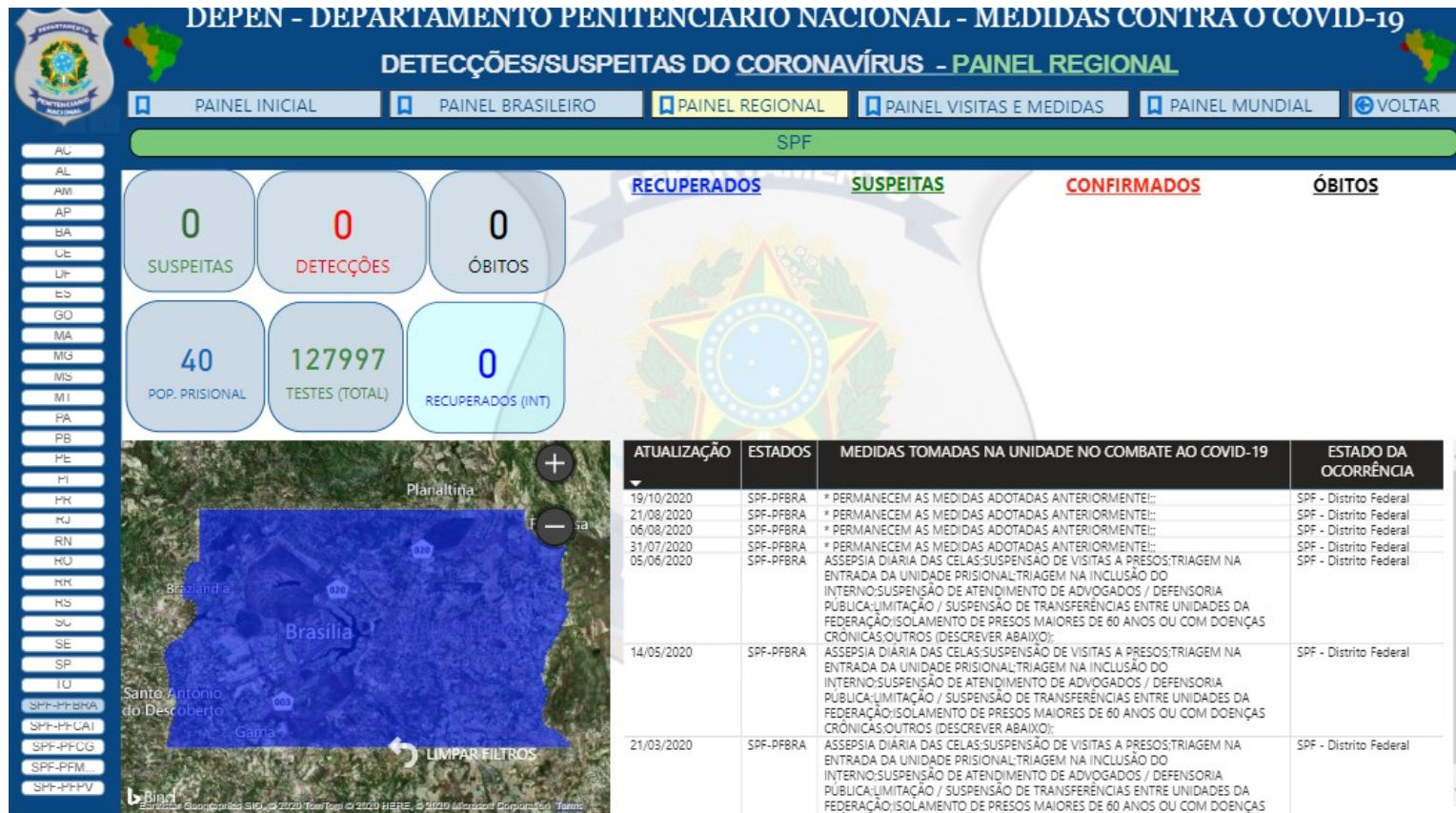
Fonte: DEPEN/MJSP

Painel regional – São Paulo



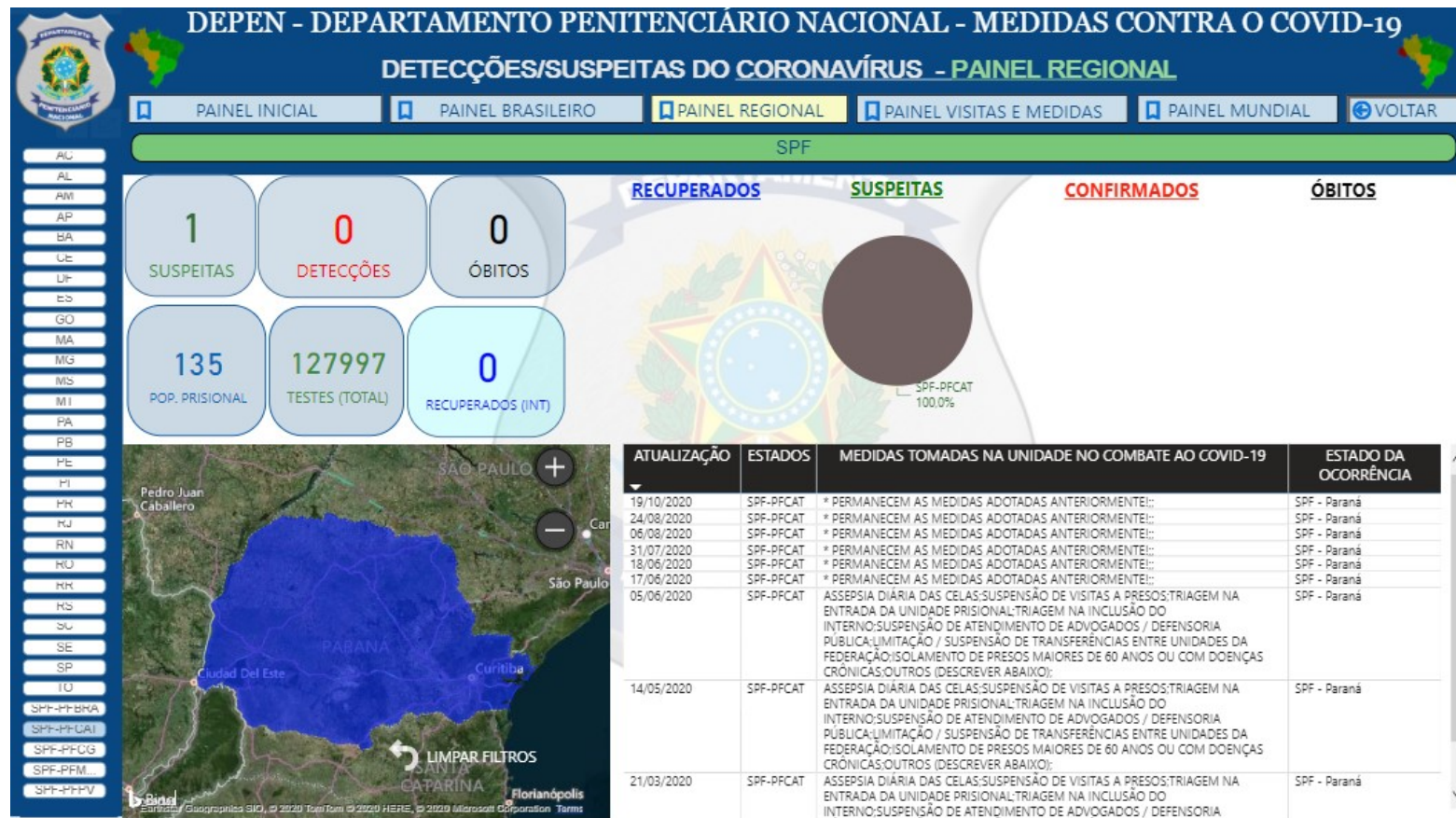
Fonte: DEPEN/MJSP

Painel regional – Penitenciária Federal de Brasília



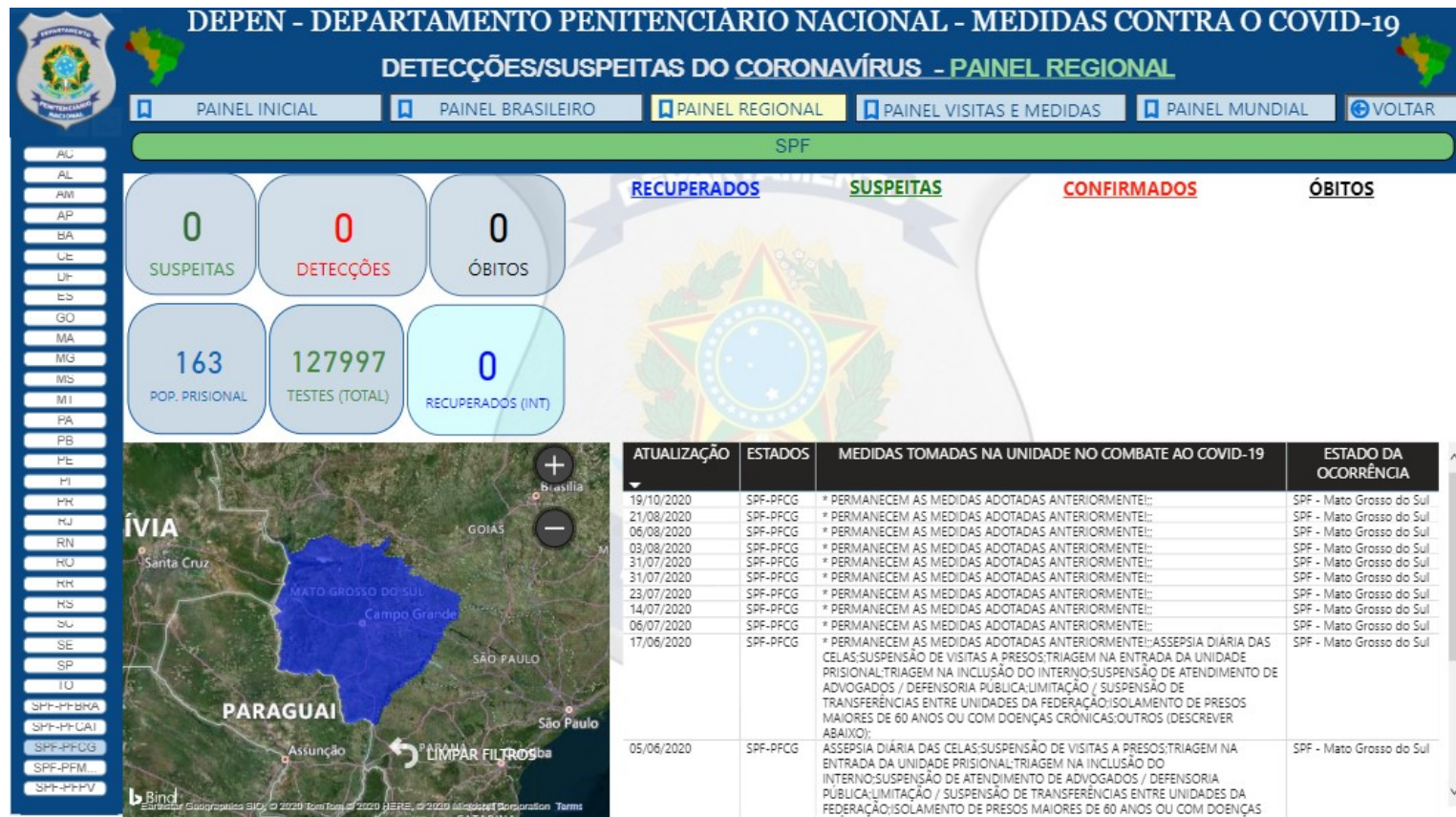
Fonte: DEPEN/MJSP

Painel regional – Penitenciária Federal de Catanduvas



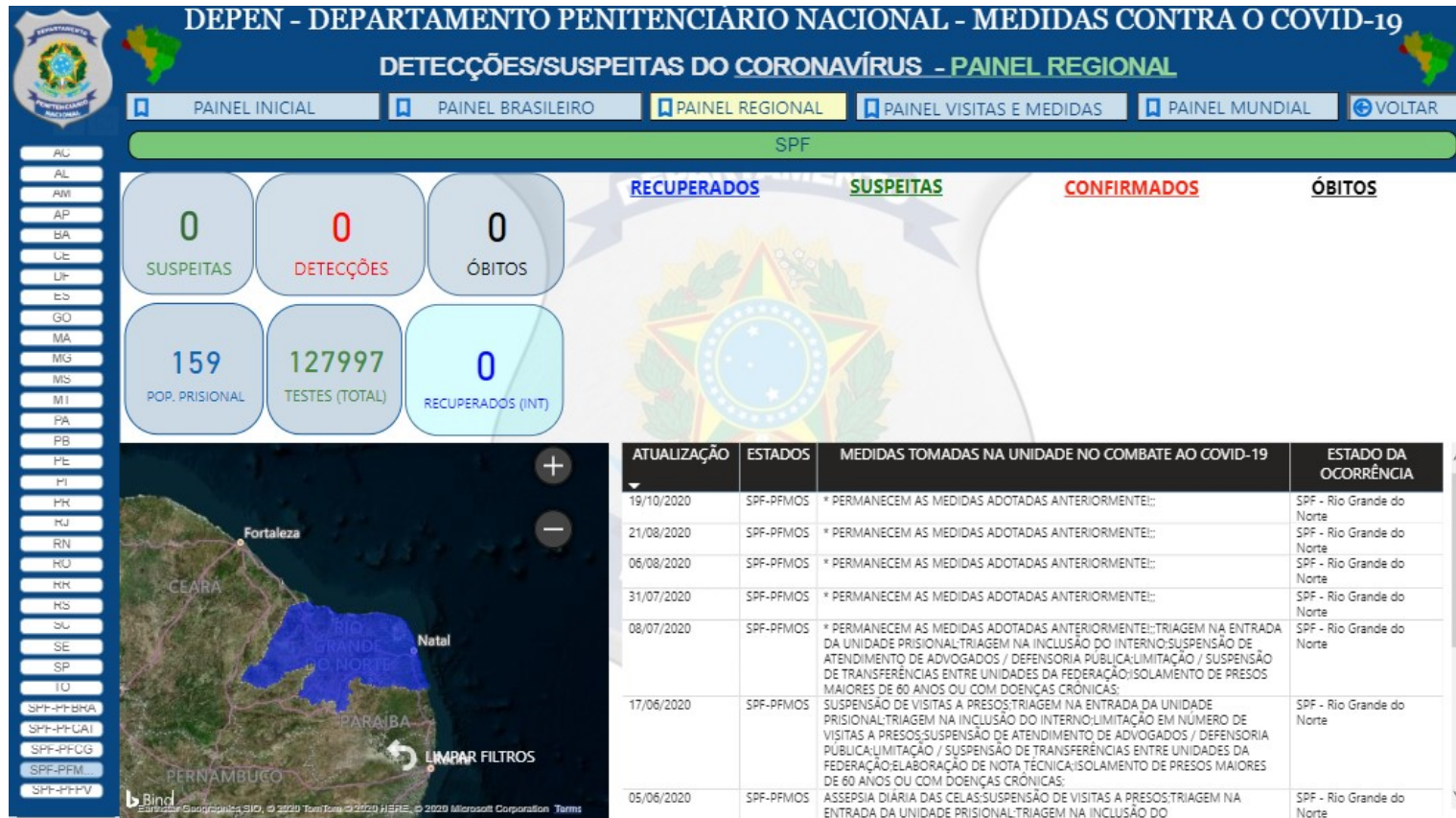
Fonte: DEPEN/MJSP

Painel regional – Penitenciária Federal de Campo Grande



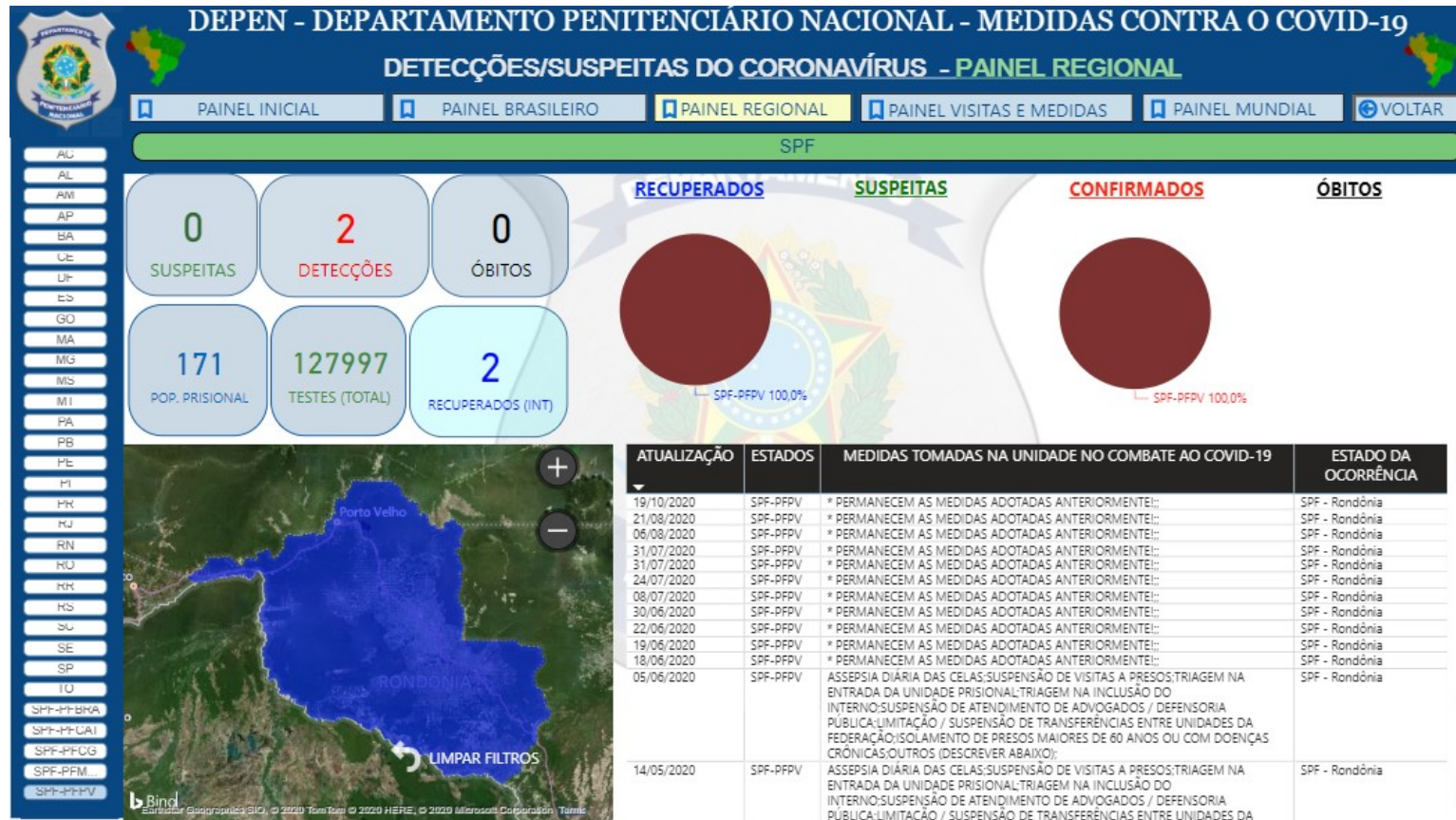
Fonte: DEPEN/MJSP

Painel regional – Penitenciária Federal de Mossoró



Fonte: DEPEN/MJSP

Painel regional – Penitenciária Federal de Porto Velho



Fonte: DEPEN/MJSP

Anexo G - SEJUS ES

SEJUS
Secretaria da Justiça

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

[Portal ES](#)
[Ministério da Justiça](#)
[Infopen-ES](#)
[Ouvidoria](#)

Página Principal

Institucional ▾

Contato ▾

Legislação

Licitações

Licitação por Regime Diferenciado de Contratação (RDC)

Servidor ▾

Processo seletivo ▾

Unidade Executora de Controle Interno (UECI) ▾

Escritório Local de Processos e Inovação (ELPI) ▾

Tratamento Penal ▾

Página Inicial

COVID-19

Covid-19 no sistema prisional:
Internos:
 763 curados
 3 óbitos
 03 ativos

(Atualização dos dados em 28/10/2020)

Anexo H

Tabela 4 – População carcerária da América do Sul			
País	População	Taxa de encarceramento por 100 mil habitantes	Data da última atualização
Brasil	755.274	357	Dezembro de 2019
Argentina	103.209	230	31/12/2018
Colômbia	100.216	199	30/09/2020
Peru	96.440	290	30/04/2020
Venezuela	57.096	178	2017
Chile	40.371	217	31/08/2020
Equador	39.251	224	01/01/2020
Bolívia	19.161	164	Abril de 2019
Paraguai	16.804	241	Junho de 2019
Uruguai	11.755	337	31/01/2020
Guiana	2.069	264	Junho de 2019
Suriname	1.000	183	Novembro de 2014
Guiana Francesa	547	180	01/07/2020
Fonte: WPB			

Anexo I

Tabela 5 – Painei DEPEN – Atualizado até 29 de outubro de 2020					
Estado	População Prisional	Confirmados	Óbitos	Suspeitos	Recuperados
São Paulo	218.909	9.954	33	1.224	9.514
Mato Grosso do Sul	17.433	2.859	3	187	2.478
Espírito Santo	22.574	1.883	5	0	693
Distrito Federal	15.050	1.821	4	70	1.816
Rio de Janeiro	48.708	449	16	2.635	410
Minas Gerais	62.912	327	10	0	2.386
Rondônia - Porto Velho	171	2	0	0	2
Paraná - Catanduvas	135	0	0	1	0
Mato Grosso do Sul - Campo	163	0	0	0	0

Grande					
Rio Grande do Norte - Mossoró	159	0	0	0	142
Distrito Federal - Brasília	40	0	0	0	0

Fonte: Fonte: DEPEN/MJSP

Anexo J

Tabela 6 – Porcentagem da população carcerária

Estado	População carcerária total	População estimada 2020 – IBGE – Pessoas	Porcentagem
Acre	8.414	894.470	0,940668776
Rondônia	13.611	1.796.460	0,757656725
Mato Grosso do Sul	17.578	2.809.394	0,625686536
Roraima	3.688	631.181	0,584301492
Espírito Santo	23.427	4.064.052	0,576444396
Distrito Federal	16.636	3.055.149	0,54452336
São Paulo	231.287	46.289.333	0,499655072
Goiás	25.761	7.113.540	0,362140369
Rio Grande do Sul	41.189	11.422.973	0,360580385
Mato Grosso	12.519	3.526.220	0,355026062
Minas Gerais	74.712	21.292.666	0,350881379
Pernambuco	33.641	9.616.621	0,349821419
Ceará	31.569	9.187.103	0,343623012
Paraíba	13.326	4.039.277	0,329910526
Santa Catarina	23.470	7.252.502	0,323612458
Amapá	2.750	861.773	0,319109557
Rio de Janeiro	50.822	17.366.189	0,292649124
Rio Grande do Norte	10.290	3.534.165	0,291157883
Tocantins	4.481	1.590.248	0,281779949
Alagoas	9.161	3.351.543	0,273336788
Sergipe	6.244	2.318.822	0,269274658
Paraná	29.831	11.516.840	0,259020704
Amazonas	10.890	4.207.714	0,258810366
Pará	20.825	8.690.745	0,239622725
Maranhão	12.346	7.114.598	0,173530535
Piauí	4.433	3.281.480	0,135091483
Bahia	15.108	14.930.634	0,101187933

Fonte: INFOPEN – Dezembro/2019 e IBGE

Anexo K

Tabela 7 – Covid-19 no sistema penitenciário do DF

ABRIL		
Dia	Casos	Óbitos
8	1	0
9	14	0
10		
11		
12		
13	23	0
14	23	0
15	38	0
16	38	0
17	41	0
18	60	0
19	72	0
20	85	0
21	91	0
22	99	0
23	100	0
24	111	0
25	113	0
26	161	0
27	161	0
28	163	0
29	178	0
30	184	0
MAIO		
Dia	Casos	Óbitos
1º	246	0
2	279	0
3	288	0
4	290	0
5	290	0
6	317	0
7	370	0
8	419	0
9	428	0
10	444	0
11	444	0
12	455	0
13	468	0
14	477	0
15	493	0
16	510	0
17	539	0

18	548	0
19	555	1
20	584	1
21	590	1
22	656	1
23	658	1
24	667	1
25	671	1
26	675	1
27	692	1
28	691	1
29	728	1
30	758	1
31	759	1
JUNHO		
Dia	Casos	Óbitos
1º	764	1
2	780	2
3	786	2
4	790	2
5	793	2
6	811	2
7	809	2
8	850	2
9	870	2
10	872	2
11	878	2
12	883	2
13	885	2
14	881	2
15	882	2
16	991	2
17	983	2
18	980	2
19	1.006	2
20	1.054	3
21	1.066	3
22	1.073	3
23	1.134	3
24	1.202	3
25	1.215	3
26	1.286	3
27	1.295	3
28	1.289	3

29	1.290	3
30	1.348	3
JULHO		
Dia	Casos	Óbitos
1º	1.348	3
2	1.348	3
3	1.375	3
4	1.374	3
5	1.374	3
6	1.444	3
7	1.453	3
8	1.505	3
9	1.519	3
10	1.531	3
11	1.527	3
12	1.524	3
13	1.543	3
14	1.556	3
15	1.569	3
16	1.600	3
17	1.618	3
18	1.618	3
19	1.617	3
20	1.620	3
21	1.625	3
22	1.625	3
23	1.631	3
24	1.634	3
25	1.670	3
26	1.669	3
27	1.669	3
28	1.670	3
29	1.699	3
30	1.699	3
31	1.708	3
AGOSTO		
Dia	Casos	Óbitos
1º	1.708	3
2	1.708	3
3	1.706	3
4	1.736	3
5	1.739	3
6	1.732	3
7	1.732	3

8	1.732	3
9	1.732	4
10	1.737	4
11	1.740	4
12	1.742	4
13	1.741	4
14	1.759	4
15	1.763	4
16	1.763	4
17	1.764	4
18	1.768	4
19	1.767	4
20	1.768	4
21	1.768	4
22	1.776	4
23	1.777	4
24	1.774	4
25	1.775	4
26	1.776	4
27	1.777	4
28	1.782	4
29	1.782	4
30	1.782	4
31	1.794	4

SETEMBRO

Dia	Casos	Óbitos
1º	1.794	4
2	1.792	4
3	1.793	4
4	1.792	4
5	1.792	4
6	1.792	4

7	1.792	4
8	1.809	4
9	1.808	4
10	1.815	4
11	1.819	4
12	1.817	4
13	1.817	4
14	1.815	4
15	1.815	4
16	1.815	4
17	1.815	4
18	1.815	4
19	1.816	4
20	1.814	4
21	1.815	4
22	1.828	4
23	1.835	4
24	1.835	4
25	1.840	4
26	1.840	4
27	1.840	4
28	1.843	4
29	1.842	4
30	1.842	4

OUTUBRO

Dia	Casos	Óbitos
1º	1.842	4
2	1.843	4
3	1.843	4
4	1.844	4
5	1.840	4
6	1.840	4

7	1.840	4
8	1.844	4
9	1.843	4
10	1.844	4
11	1.844	4
12	1.856	4
13	1.856	4
14	1.856	4
15	1.855	4
16	1.856	4
17	1.856	4
18	1.867	4
19	1.863	4
20	1.863	4
21	1.863	4
22	1.863	4
23	1.864	4
24	1.864	4
25	1.867	4
26	1.869	4
27	1.864	4
28	1.867	4
29	1.867	4
30	1.868	4
31	1.868	4

Fonte: SES/DF